

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)**

BEATRIZ ROCHA DE OLIVEIRA

**DISCURSO, RELIGIÃO E POLÍTICA: FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO
PORTA-VOZ NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2021

BEATRIZ ROCHA DE OLIVEIRA

**DISCURSO, RELIGIÃO E POLÍTICA: FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO
PORTA-VOZ NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Texto, Significado e Discurso

Orientador: Edvania Gomes da Silva

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2021

O46d	<p>Oliveira, Beatriz Rocha de. Discurso, religião e política: funcionamento discursivo do porta-voz nas eleições presidências de 2018. / Beatriz Rocha de Oliveira; orientadora Edvania Gomes da Silva. – Vitória da Conquista, 2021. 111f.</p> <p>Dissertação (mestrado – Programa de Pós-Graduação em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2021. Inclui referência F. 108 – 111.</p> <p>1. Discurso – Política - Religião. 2. Porta-voz - Discurso. 3. Campanha Eleitoral 2018. I. Silva, Edvania Gomes da (orientadora). II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós- Graduação em Linguística. T. III.</p> <p style="text-align: right;">CDD: 410</p>
------	--

Catalogação na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
 UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Discourse, religion and politics: the spokesperson's discursive functioning in the 2018 presidential election.

Palavras-chave em inglês: Discourse; politics; spokesperson; religion.

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca examinadora: Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva (Presidente Orientadora); Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca Silva (UESB); Prof. Dr. Wedencyl Alves Santana (UFJF)

Data da defesa: 29/03/2021

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-3872-0471>

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6858357778498395>

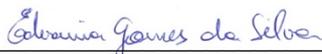
BEATRIZ ROCHA DE OLIVEIRA**DISCURSO, RELIGIÃO E POLÍTICA: FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO
PORTA-VOZ NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Data da aprovação: 29 de março de 2021.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva
(Presidente-Orientadora)
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca
Silva
Instituição: UESB

Ass.: 

Prof. Dr. Wedencley Alves Santana
Instituição: UFJF

Ass.: 

*O que os livros escondem
as palavras ditas libertam.
E não há quem ponha
um ponto final na história.*

Conceição Evaristo

*Todos esses que aí estão
Atravancando meu caminho,
Eles passarão...
Eu passarinho!*

Mário Quintana

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), pela oportunidade de realização da minha formação em nível de graduação, especialização e mestrado.

À Capes: “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.¹

À Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva, pela orientação, pelo incentivo, por toda dedicação na construção deste trabalho e, principalmente, por ter acreditado em mim durante o processo de pesquisa e de escrita. Agradeço por todas as trocas, por todo conhecimento compartilhado, que vai além do acadêmico, e, sobretudo, pela sensibilidade em considerar, no processo de produção, as questões emocionais afetadas por este contexto de pandemia que estamos vivendo. Agradeço por me inspirar a não desistir e a confiar mais em mim.

Aos membros da banca de qualificação, Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva e Profa. Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes, por aceitarem avaliar o trabalho e pelas valiosas contribuições.

Aos membros da Banca de Defesa, Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva e Prof. Dr. Wedencley Alves Santana, pela leitura atenta e pelas importantes considerações.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística, pelo conhecimento compartilhado, pelo comprometimento na realização do trabalho e pela dedicação à luta por uma educação pública de qualidade.

À Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva, que me orientou na iniciação científica e na especialização, contribuindo, de forma significativa, para a minha formação.

Às funcionárias do PPGLin, Vanêide Ribeiro e Luciana Ferraz, pela atenção, cuidado e carinho que sempre tiveram conosco, procurando, sempre, atender às demandas com presteza.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (GPADis), em especial, a Leandro Chagas, um grande amigo, que está ao meu lado nesta caminhada desde a graduação.

Aos colegas e amigos das turmas do mestrado e do doutorado 2019.1, pela parceria nesta trajetória. Agradeço, especialmente, a Ivanei, amigo de uma vida inteira, que trilhou comigo esse caminho do mestrado, dividindo as alegrias e as angústias que fizeram parte do

¹ Forma padrão em conformidade com Portaria CAPES nº 206/2018 e esclarecimento do Ofício Circular nº 19/2018-CPG/CGSI/DPB/CAPES.

processo. Ele sempre traz as palavras mais doces de incentivo e faz com que eu acredite, cada vez mais, no meu potencial. Agradeço, imensamente, a Milca e a Graciete, que se tornaram grandes amigas, pela companhia, por cada conversa, por cada palavra de incentivo, por cada risada e, principalmente, por todo amor dispensado a mim desde o dia em que a vida nos proporcionou esse encontro.

Aos meus pais, meu aconchego, que, mesmo diante das poucas possibilidades que lhes foram ofertadas, lutaram para que eu tivesse acesso à educação, apontando o caminho para que eu me tornasse a mulher e a profissional que sou hoje. A eles, minha eterna gratidão.

Aos meus irmãos, por todo amor e pelo apoio incondicional às minhas decisões.

Aos meus sobrinhos, que me inspiram a ser exemplo de vida para eles.

Aos meus amigos, por todo apoio, especialmente a Cirlene, Mari, Roberta, Paulo e Luciene, que estiveram comigo e seguraram a minha mão nos momentos mais difíceis destes últimos dois anos. Obrigada por tudo e por tanto!

Às Direções (Geral e Administrativa) do IFBA Campus Brumado, por terem me apoiado durante essa jornada.

Aos meus colegas de trabalho do IFBA, pelo incentivo e pela compreensão, especialmente, a Juliano e Vanúcia, por trazerem alegria e leveza para os nossos dias.

A todos aqueles que resistem ao desmonte da ciência brasileira e continuam lutando em defesa da valorização da pesquisa científica e da educação pública.

A Deus, por tudo.

RESUMO

Neste trabalho, apresentamos resultados de uma pesquisa que objetivou analisar como se constituiu a relação entre o discurso político e o discurso religioso na campanha eleitoral 2018, considerando as campanhas dos candidatos José Maria Eymael (DC), Cabo Daciolo (Patriota), Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT). O *corpus* da pesquisa foi constituído por recortes de materialidades linguísticas que compõem os planos de governo e as publicações, feitas nas redes sociais *Twitter* e *Facebook*, desses candidatos, e por excertos de reportagens que tratam das eleições, veiculados na mídia digital, no período de 16 de agosto a 27 de outubro de 2018, período que corresponde à campanha eleitoral do referido ano. A hipótese que guiou a pesquisa é a de que, no acontecimento discursivo da campanha das eleições presidenciais de 2018, a relação entre o discurso político e o discurso religioso se estabelece com base no funcionamento do lugar discursivo do porta-voz, que se constitui a partir das diferentes posições-sujeito nas quais os sujeitos políticos se subjetivam como candidatos à presidência. Para averiguar essa hipótese, realizamos a análise discursiva das materialidades, com base nos pressupostos teóricos da Escola Francesa de Análise de Discurso, principalmente, nas noções de posição-sujeito e de porta-voz. Os resultados indicam que, no acontecimento discursivo da campanha eleitoral de 2018, os quatro candidatos, apesar de se referirem a uma coletividade, na ilusão de uma totalidade uniforme, não representam a vontade coletiva de um suposto povo brasileiro uno e indiviso, pois a forma de se identificarem com o lugar discursivo do porta-voz aponta para a deriva de sentidos, indicando que essa suposta unidade do “povo brasileiro” é apenas um efeito relacionado à ilusão subjetiva. Assim, nessa ilusória representação de uma coletividade, os porta-vozes da campanha eleitoral de 2018 se constituem por meio das diferentes posições-sujeito que ocupam, enunciam a partir delas e em nome daqueles que se identificam com essas mesmas posições. É nesse funcionamento do lugar discursivo do porta-voz que se estabelece a relação entre o discurso político e o discurso religioso, pois os quatro candidatos, como agentes da mudança, ao apresentarem propostas políticas para o país, ocupam posições-sujeito que associam as práticas políticas a questões religiosas, o que ocorre com base em diferentes funcionamentos discursivos.

PALAVRAS-CHAVE

Discurso. Política. Porta-voz. Religião.

ABSTRACT

In this work, we present the results of a research that aimed to analyze how the relationship between the political discourse and the religious discourse was constituted in the 2018 election campaign, considering the campaigns of the candidates José Maria Eymael (DC), Cabo Daciolo (Patriota), Jair Bolsonaro (PSL), and Fernando Haddad (PT). The corpus of the research was composed of linguistic materialities cutouts of the government plans and publications by these candidates on the social networks Twitter and Facebook, and the election reportings, published on digital media, from August 16 to October 27, 2018, a period that corresponds to the electoral campaign of that respective year. Our working hypothesis is that, in the discursive event of the 2018 presidential election campaign, the relationship between the political discourse and the religious discourse is established based on the functioning of the spokesperson's discursive place, that is constituted from the different subject positions in which political subjects subjectify themselves as candidates for the presidency. To verify this hypothesis, we carried out a discursive analysis of the materialities, based on the theoretical assumptions of the French School of Discourse Analysis, mainly in the notions of subject-position and spokesperson. The results indicate that, in the discursive event of the 2018 electoral campaign, the four candidates, despite referring to a collectivity, in the illusion of a uniform totality, do not represent the collective will of a supposedly one and undivided Brazilian people, because the way of identifying themselves with the spokesperson's discursive place points to the drift of meanings, indicating that this supposed unity of the "Brazilian people" is only an effect related to the subjective illusion. Thus, in this illusory representation of a collectivity, the spokespersons of the 2018 electoral campaign are constituted through the different subject positions they occupy, enunciate from them, and on behalf of those who identify themselves with these same positions. It is in this functioning of the spokesperson's discursive place that the relationship between political and religious discourse is established, since the four candidates, as agents of change, when presenting political proposals for the country, occupy subject positions that associate the political practices to religious issues, which occurs based on different discursive functions.

KEYWORDS

Discourse. Politics. Spokesperson. Religion.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
DC	Partido Político Democracia Cristã
DOI- Codi	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
IBGE	O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
MBL	Movimento Brasil Livre
NOVO	Partido Político Brasileiro
PATRIOTA	Partido Político Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PGR	Procuradoria Geral da República
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PODE	Podemos - Partido Político Brasileiro
PP	Partido Progressista
PPL	Partido Pátria Livre
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
REDE	Partido Político Rede Sustentabilidade
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Considerações gerais: definição do problema de pesquisa e da hipótese	11
1.2 Constituição do <i>corpus</i> e o percurso metodológico da pesquisa.....	27
1.3 Organização dos capítulos	29
2 CAMPANHA ELEITORAL DE 2018 COMO ACONTECIMENTO DISCURSIVO ..	31
2.1 Considerações iniciais	31
2.2 Campanha eleitoral de 2018: do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo	32
2.2.1 O acontecimento histórico	32
2.2.2 O acontecimento discursivo	36
2.2.2.1 Definições teóricas	36
2.2.2.2 Campanha eleitoral na mídia e nas redes sociais dos candidatos	41
2.3 Considerações finais	53
3 FUNCIONAMENTO DA FIGURA DO PORTA-VOZ NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018.....	54
3.1 Considerações iniciais	54
3.2 Sobre a noção de sujeito	54
3.3 Sobre a figura do porta-voz.....	61
3.4 Análise dos dados: posição sujeito e porta-voz na campanha eleitoral de 2018.....	64
3.4.1 Posição-sujeito e porta-voz na campanha de José Maria Eymael (DC)	64
3.4.2 Posição-sujeito e porta-voz na campanha de Cabo Daciolo (Patriota).....	68
3.4.3 Posição-sujeito e porta-voz na campanha de Jair Bolsonaro (PSL)	73
3.4.4 Posição-sujeito e porta-voz na campanha de Fernando Haddad (PT)	86
3.5 Considerações sobre a figura do porta-voz nas campanhas eleitorais	99
4 CONCLUSÃO	102
REFERÊNCIAS.....	108

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações gerais: definição do problema de pesquisa e da hipótese

Neste trabalho, apresentamos os resultados de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto temático *Sentidos, sujeitos e religiões na relação com diferentes campos discursivos* e temos como objeto de investigação a campanha eleitoral da eleição para presidente da República, realizada no ano de 2018, no Brasil. No intuito de contextualizar a questão-problema proposta na/pela pesquisa que resultou este trabalho, inicialmente, apresentamos um breve histórico das eleições presidenciais no Brasil e tratamos da configuração política do país nos últimos anos.

Segundo Fausto (2006), as eleições presidenciais brasileiras tiveram início após a Proclamação da República (1889), mais especificamente, a partir da promulgação da Constituição da República (1891), que estabeleceu o sistema presidencialista de governo no país. Nas palavras do autor, apesar da Constituição fixar o direito do voto direto e universal, os primeiros presidentes e vice-presidentes do Brasil foram eleitos pelo voto indireto da Assembleia Constituinte, a qual se tornou o Congresso Comum. Assim, segundo o autor, em 1891, o congresso elegeu Deodoro da Fonseca à presidência da República e Floriano Peixoto à vice-presidência, sendo que este último assumiu o poder, em novembro de 1891, quando o presidente eleito renunciou ao cargo, e governou até 1894, ano em que foi eleito o seu sucessor, Prudente de Moraes, pelo voto direto.

As eleições diretas vigoraram até 1930, quando Júlio Prestes foi eleito presidente do Brasil, porém este não chegou a tomar posse por conta da Revolução de 1930². Nesse contexto, conforme Fausto (2006), Getúlio Vargas se tornou o chefe do Governo Provisório que foi instituído no país e, em 1938, foi eleito presidente da República pelo voto indireto da Assembleia Nacional Constituinte, devendo governar o país até 1938, quando aconteceria uma eleição direta. Entretanto, essa eleição não aconteceu, pois, ainda conforme Fausto (2006), em novembro de 1937, Getúlio Vargas promoveu um autogolpe e instituiu o Estado Novo, permanecendo no poder até 1945, quando foi deposto. Neste ano, segundo Fausto (2006), as eleições diretas para Presidente da República voltaram a acontecer e vigoraram até 1964, quando ocorreu o golpe civil-militar³, dando início ao período de ditadura militar, que

² Informação obtida em: <https://cutt.ly/vgdcPeg>. Acesso em: 10/03/2020.

³ O Golpe de Estado (1964-1988) que instaurou a ditadura no Brasil - em que pese divergências historiográficas – foi um movimento que extrapola o meramente militar (o golpe foi civil-militar). Em

durou vinte e um anos. Depois de um longo processo de luta pela redemocratização, após a promulgação da Constituição Federal, em 1988, foi reinstituída a eleição presidencial direta, que ocorreu em 1989.

Essa eleição ficou marcada na história por ter sido a primeira a ser realizada após o fim da ditadura militar, por ter acontecido num cenário de crise econômica e hiperinflação e pelo grande número de candidatos (vinte e dois, no total). A disputa foi decidida em segundo turno entre Fernando Collor de Mello (PRN), que saiu vitorioso com 53% dos votos válidos, e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que obteve 47% dos votos válidos⁴. Segundo Fausto (2005), enquanto Lula enfatizou o tema da desigualdade social em sua campanha e apelou para os setores populares organizados, Fernando Collor insistiu na necessidade de combate à corrupção, de modernização do país e redução dos gastos públicos. Para o autor, a eleição de 1989 mostrou que o Brasil estava se transformando em uma democracia de massas e que a votação expressiva de Lula indicava a firmação deste como um líder popular (FAUSTO, 2005, p. 290-291).

Na perspectiva de Santos (2016), a chegada de Fernando Collor à presidência da República configurou um acontecimento histórico significativo no processo de redemocratização do país, tendo em vista que simbolizou a concretização do princípio democrático, solidificado pela recém-inaugurada Constituição Federal de 1988, segundo o qual todo poder emana do povo. Ainda segundo o autor, “no decurso do seu mandato, entretanto, Collor mostrou que era *mais do mesmo*. Sua atuação no âmbito econômico, que instigava a elite neoliberal, mostrou-se contraproducente” (SANTOS, 2016, p. 13, grifo do autor), pois houve confiscos financeiros, descontrole inflacionário, privatizações e aumento da pobreza e do desemprego. Para ele, no âmbito político, o desempenho de Collor não foi diferente, tendo em vista a existência de arbitrariedades no exercício de sua função, incapacidade de articulação política e corrupção. A discursivização desses fatos na mídia,

linhas gerais, segundo Calil (2014), o golpe civil-militar resultou de “ampla articulação, envolvendo grupos civis e militares, associações da sociedade civil e entidades de classe representativas dos diferentes setores da burguesia [...] atendendo a interesses de classe e viabilizando a afirmação de uma nova fase do desenvolvimento capitalista brasileiro” (CALIL, 2014, p. 13). Além de textos como esse de Calil, que, no trecho citado acima, aponta para um aspecto mais amplo do alicerce econômico-social da ditadura civil-militar, há textos que materializam discursos segundo os quais a ditadura militar no país foi uma das mais brutais da América Latina, o que se configurou por meio de repressões políticas sistemáticas, torturas, censura e destituição de direitos. Dentre esses textos, citamos: *A Ditadura Escancarada*, de Elio Gaspari (2002) e o *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* (2014), elaborado por um colegiado instituído pelo governo federal para investigar as violações dos direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988.

⁴ Informação obtida em: <https://cutt.ly/sf31cos>. Acesso em 28/02/2020.

segundo Santos (2016), produziu um excesso de memória que desconstruiu a imagem do presidente, inviabilizando sua permanência no cargo.

Apesar das sucessivas crises políticas e econômicas, como as medidas econômicas do Plano Collor e o *impeachment* do presidente, acusado de corrupção, em 1992, o recente regime democrático se consolidou no Brasil, possibilitando a continuidade da realização de eleições diretas no país. Desse modo, em 1994, foi realizada a segunda eleição presidencial, após o fim da ditadura militar, que foi disputada por nove candidatos. Nessa eleição, os candidatos mais votados foram Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que foi eleito com 54,28% dos votos válidos⁵. Segundo Fausto (2005), o Plano Real teve papel decisivo nesse resultado. Para o autor, o plano econômico, que possibilitou queda da inflação, aumento do poder aquisitivo e estabilização da moeda, lançado em momento estratégico, facilitou a vitória do candidato Fernando Henrique Cardoso (FAUSTO, 2005, p. 293). Para Kinzo (1996), a vitória do candidato do PSDB resultou, também, da construção de uma imagem política deste, isto é, de uma “imagem de líder confiável que começou a se formar a partir do momento em que Fernando Henrique Cardoso, na condição de ministro da Fazenda, lançou seu Plano de Estabilização” (KINZO, 1996, p. 102).

Na perspectiva de Freitas (2018), a eleição de 1994 pode ser considerada o primeiro momento antagônico entre PT e PSDB no cenário político/partidário, tendo o plano real como ponto nodal desse conflito (FREITAS, 2018, p. 549). Para o autor, os argumentos se constituíram em “momentos dos discursos peessedebista e petista caracterizados por disputas políticas antagônicas, e que são refletidas até os dias de hoje, apresentando continuidades e discontinuidades” (FREITAS, 2018, p. 587).

De 1994 a 2014, PT e PSDB protagonizaram as eleições presidenciais no Brasil, sendo que o PSDB venceu no primeiro turno em 1994 e em 1998, e o PT, por sua vez, saiu vitorioso em 2002, 2006, 2010 e 2014, no segundo turno. Segundo Cortez (2009), uma explicação para a manutenção desses dois partidos nos polos de disputa é a estratégia adotada de articular as eleições estaduais às nacionais. Para o autor, tanto o PT como o PSDB conseguiram utilizar as eleições para governador como instrumento para fixar bases políticas nos Estados, seja através de candidaturas próprias ou de apoio a candidaturas de outras legendas, o que contribuiu para o contínuo e nacionalizado processo de persuasão e mobilização (CORTEZ, 2009, p. 64).

Após três derrotas seguidas ao cargo de presidente do Brasil, em 2002, Lula (PT) tornou-se o primeiro governante de esquerda eleito na história do Brasil, ao vencer, com

⁵ Informação obtida em: <https://cutt.ly/ef31vzK>. Acesso em 28/02/2020.

61,27% dos votos válidos, o candidato do PSDB, José Serra⁶. Segundo Vizoná (2019), essas eleições aconteceram num contexto de crise econômica que marcou a década de 1990 e o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Desse modo, conforme a autora, o aumento da dívida pública e do desemprego possibilitou discussões em torno da questão da capacidade governamental para geração de renda e da possibilidade de equilíbrio da inflação, temas centrais para a opinião pública durante o pleito eleitoral (VIZONÁ, 2019, p. 88). Ainda segundo a referida autora, uma estratégia utilizada pelo candidato do PT para ganhar a confiança do mercado financeiro foi a divulgação do documento denominado de “Carta ao Povo Brasileiro”, em junho de 2002, no qual o candidato indicava intenção de diálogo com o mercado financeiro, mantendo os fundamentos da estabilidade econômica” (VIZONÁ, 2019, p. 89). A divulgação dessa carta, segundo Machado (2013), serviu tanto para diminuir as desconfianças do Capital quanto para “tranquilizar os potenciais e eventuais patrocinadores quanto aos compromissos assumidos durante a campanha, vinculados ou não à captação de financiamento político-eleitoral” (MACHADO, 2013, p. 53).

Para Machado (2013), o governo eleito, após a posse, utilizou como estratégia, para compor a frente parlamentar e ampliar a base parlamentar no Congresso Nacional, a aliança com partidos e parlamentares de centro-direita. Essa aliança, segundo o autor, aconteceu sem formação de coalizão e partilha de poder, via pagamento de despesas eleitorais e de distribuição de cargos, empregos, funções públicas ou verbas orçamentárias (MACHADO, 2013, p. 52). Na perspectiva de Costa (2018), os governos de Lula foram marcados pela reunião de uma base aliada com muitos partidos e trânsito fácil com a oposição, assim como por escândalos de corrupção envolvendo o PT. Estudo realizado por Fonseca- Silva (2009), no qual a autora analisou a discursivização de escândalos políticos de corrupção na Revista *Veja*, ratifica a tese de Costa (2018) acerca dos escândalos de corrupção, pois mostra que, durante os Governos Lula, no período de janeiro de 2003 a julho de 2008, houve cento e nove casos de escândalos de corrupção, sendo setenta e três entre janeiro de 2003 e dezembro de 2005, e trinta e seis entre janeiro de 2007 e julho de 2008 (FONSECA-SILVA, 2009, p. 199).

Dentre esses casos de corrupção, o que mais repercutiu na mídia foi o chamado “Mensalão”, que veio à tona em junho de 2005, quando o jornal *Folha de S. Paulo* publicou entrevistas do então deputado federal Roberto Jeferson (PTB-RJ), em que foi revelado um esquema de corrupção envolvendo membros do governo. Conforme afirma Machado (2013), segundo denúncia apresentada pela Procuradoria Geral da República (PGR), que resultou na

⁶ Informação obtida em : <https://cutt.ly/wf31bmH>. Acesso em: 28/02/2020.

instauração da Ação Penal n.º 470/2007, o PT havia organizado um esquema de pagamento de propina mensal a partidos com representação no Congresso e a parlamentares para alinhamento e votação favorável em projetos que eram de interesse do Governo Federal. Segundo o autor, o resultado das três Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito (Bingos, Mensalão e Correios), que investigaram o escândalo do mensalão, foi o indiciamento de dezoito deputados, sendo que, destes, onze foram absolvidos, quatro renunciaram e três tiveram o mandato cassado, inclusive o ministro da Casa Civil, à época da denúncia, José Dirceu.

Segundo Peixoto e Crespo (2018), as denúncias relacionadas ao “mensalão” expuseram práticas políticas supostamente condenadas pelo PT, trazendo certa desconfiança ao governo petista, bem como questionamentos acerca da legitimidade dos políticos envolvidos (PEIXOTO; CRESPO, 2018, p. 135). Nesse sentido, Machado (2013) afirma que houve uma queda na popularidade de Lula ao longo do ano de 2005, ao ponto de formadores de opinião e veículos de comunicação apontarem como certa a derrota do presidente nas eleições de 2006.

Apesar da crise política ocasionada pelas denúncias do caso “mensalão”, Lula recuperou a sua popularidade no ano de 2006. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha⁷, em fevereiro do referido ano, sua aprovação era de 36%, chegando a 52% no mês de agosto, após o início do horário eleitoral gratuito. Com popularidade alta e liderando as pesquisas de intenção de voto desde o início da corrida eleitoral, o presidente foi reeleito com 60,8% dos votos, derrotando, no segundo turno, o candidato Geraldo Alckmin (PSDB)⁸. Singer (2012) defende que, nas eleições de 2006, houve um realinhamento eleitoral, que dividiu o eleitorado entre ricos e pobres, fazendo surgir o chamado “lulismo”, representado pelo subproletariado, e o “antilulismo”, representado pela classe média.

Esse realinhamento, segundo Singer (2012), decorreu tanto da implantação de políticas voltadas para redução da pobreza e para ativação do mercado interno, o que garantiu o apoio do subproletariado do PT, como da crise do mensalão, que estimulou o afastamento da classe média (SINGER, 2012, p. 16). No que diz respeito a essa divisão social, Brito (2016) afirma que, dentre as eleições pós ditadura-militar, apenas nas de 2006 um candidato teve apoio quase total da população mais pobre do Brasil. Segundo a autora, “dentre todas as eleições para presidente da República, desde as eleições de 1989 a 2006, apenas nas eleições de 2006, o voto do pobre se distancia intensamente do voto da classe média” (BRITO, 2016, p. 42).

⁷ Informação obtida em: <https://cutt.ly/7f31QAa>. Acesso em 02/03/2020.

⁸ Informação obtida em: <https://cutt.ly/of31WnM>. Acesso em 02/03/2020.

Para Vizoná (2019), a reeleição de Lula consolidou um realinhamento de forças na política brasileira, tendo em vista que, segundo ela, restou ao PSDB assistir à queda da própria força política, enquanto o novo governo, ao corresponder ao mercado e aos anseios populares, passava a ser “um legítimo representante da Social Democracia” (VIZONÁ, 2019, p. 96).

No segundo mandato do presidente Lula (PT), surgiram novas denúncias de casos de corrupção política. Como exemplos, podemos citar o caso dos cartões corporativos, em que funcionários do Planalto foram acusados de fazer uso irregular de cartões de crédito oficiais; e a denúncia de tráfico de influência, envolvendo a então ministra da casa civil Erenice Guerra, que deixou o cargo em setembro de 2010. Apesar dos escândalos políticos, segundo Vizoná (2019), os governos Lula (2002 a 2010) foram marcados pelo crescimento econômico, que possibilitou a inserção das classes populares ao mercado de consumo, e pela implementação de projetos de políticas públicas e sociais, que, principalmente no segundo mandato, foram responsáveis pela redução da pobreza extrema no país. Esse resultado, segundo a autora, teve grande impacto nas eleições de 2010 (VIZONÁ, 2019, p. 41).

Conforme pesquisa realizada em novembro de 2010, pelo Instituto Datafolha, o presidente Lula (PT) terminou o mandato com a maior popularidade da história, 83% de aprovação⁹. Foi nesse contexto que o PT elegeu, em 2010, Dilma Rousseff como sucessora de Lula, com 57,24% dos votos válidos contra o candidato José Serra, do PSDB. Nessa eleição, conforme Vizoná (2019), o PT formou uma coligação com dez partidos, dentre estes, o PMDB, partido que detinha a maior bancada na Câmara Federal. Segundo a autora, essa aliança, formalizada na chapa Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB), além de agregar tempo de TV à campanha petista, prometia condições favoráveis de governabilidade.

A eleição de Dilma Rousseff (PT) configurou um marco na história da política brasileira, pois foi a primeira vez que o Brasil elegeu uma mulher para o cargo de presidente da República. Ao final do primeiro ano de seu mandato, a presidente Dilma obteve alto índice de aprovação popular (59%), segundo pesquisa do Datafolha, considerado o maior índice para esse período desde a redemocratização¹⁰. Esse primeiro ano de governo também ficou conhecido como o período da “faxina ética”, por conta das demissões (oito, no total) de ministros envolvidos em casos de corrupção.¹¹ Entretanto, essa popularidade entrou em

⁹ Informação obtida em: <https://bit.ly/34kycwW>. Acesso em 28/02/2020.

¹⁰ Informação obtida em: <https://bbc.in/2VfSp2S>. Acesso em 28/02/2020.

¹¹ Informação obtida em: <https://cutt.ly/xf31EmA>. Acesso em 28/02/2020.

declínio a partir das manifestações populares de junho de 2013, passando de 65% de aprovação em março para 30% no final de junho¹².

Essas manifestações começaram como protestos isolados, em algumas capitais, organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL), contra o aumento da tarifa de transporte coletivo. Porém, a partir de convocações, via redes sociais, rapidamente, o movimento se transformou na maior onda de manifestação política do país, desde o *impeachment* do presidente Fernando Collor, em 1992¹³. Dentre as mais variadas pautas, destacavam-se pedidos por investimento em saúde, emprego, educação, segurança, fim da corrupção, assim como críticas aos gastos com a Copa das Confederações de 2013 e com a Copa do Mundo de 2014, refletindo, de certa forma, uma insatisfação com o governo Dilma. Para Queiroz (2018), as manifestações de 2013 fortaleceram o campo político alinhado ao projeto neoliberal conservador com o surgimento de novos movimentos sociais de direita e extrema direita, como o Movimento Brasil Livre (MBL), que se tornaram importantes elementos na crise política, a qual culminou com o *impeachment* da presidente Dilma, em 2016 (QUEIROZ, 2018, p. 147).

No início de 2014, vieram à tona as primeiras revelações da Operação Lava Jato, deflagrada pela Polícia Federal para investigar esquemas de corrupção e de pagamento de propina na Petrobrás, envolvendo empreiteiros e políticos, sendo vários deles ligados ao governo Dilma Rousseff¹⁴. Apesar de não ter sido formalmente acusada, a presidente enfrentou uma queda na aprovação do seu governo, que chegou a 33% em junho de 2014, segundo pesquisa do Datafolha, ao passo que o índice de reprovação chegou a 28%¹⁵. Nesse cenário de escândalos políticos, aliados aos protestos ocorridos durante a Copa do Mundo, deu-se início a uma das campanhas eleitorais mais acirradas da história do Brasil, desde a redemocratização.

Essa eleição, na qual foram oficializadas onze candidaturas, foi marcada pela morte do candidato Eduardo Campos (PSB), vítima de um acidente aéreo, durante a campanha eleitoral do primeiro turno, fato que levou sua vice, Marina Silva (PV), à disputa pela presidência. A candidata, apesar de ter aparecido bem colocada nas pesquisas, não chegou ao segundo turno, que foi disputado, novamente, pelos candidatos do PT e do PSDB. Segundo Vizoná (2019), a corrupção foi a principal temática da campanha do segundo turno, pois, nas palavras da autora, enquanto o PSDB tirou proveito das denúncias e investigações que atingiam os

¹² Informação obtida em: <https://bbc.in/34kvasF>. Acesso em: 28/02/2020.

¹³ Informação obtida em: <https://bit.ly/3c1nNJU>. Acesso em: 28/02/2020.

¹⁴ Informação obtida em: <https://bbc.in/2wIR159>. Acesso em 28/02/2020.

¹⁵ Informação obtida em: <https://bbc.in/2VhoBmO>. Acesso em 01/03/2020.

membros do PT, este partido utilizou como técnica de defesa a exploração de casos de corrupção em que o PSDB estava envolvido, além de ressaltar os pontos positivos dos últimos anos de governo (VIZONÁ, 2019, p. 101).

Para Silva (2017), outra característica importante dessa campanha eleitoral foi o uso intenso dos sites de redes sociais, tanto pelos candidatos, que utilizaram esses espaços para estender os debates das plataformas tradicionais e discutir novos temas, como pelos eleitores, que travaram grandes discussões nas plataformas digitais. Na perspectiva de Brito (2016), as redes sociais, em especial o *Facebook*, é um fator que diferencia a repercussão das eleições presidenciais de 2014 das anteriores, tendo em vista que, segundo a autora, a popularização dos *smartphones* facilitou o acesso das pessoas à internet e, conseqüentemente, o uso das redes sociais. Desse modo, conforme a autora, o acirramento da disputa no segundo turno intensificou as discussões entre internautas nas redes sociais, fazendo com que as eleições de 2014 fossem marcadas por um forte ‘ring virtual’ (BRITO, 2016, p. 66). Nesse sentido, a autora afirma que a memória discursiva sobre as eleições pós Ditadura Militar e anteriores às de 2014 possibilita a emergência do efeito-sentido de novidade segundo o qual a eleição de 2014 foi a mais acirrada da história no período democrático do Brasil (BRITO, 2016, p. 80).

Esse acirramento na disputa foi comprovado no resultado final das eleições. A presidente Dilma Rousseff (PT) foi reeleita com 51,64% dos votos válidos, derrotando o candidato Aécio Neves (PSDB), que obteve 48,36%¹⁶. Essa baixa diferença de votos entre os candidatos, segundo Vizoná (2019), fez com que o PSDB iniciasse uma campanha de deslegitimação da vitória de Dilma, inflamando a opinião pública para que esta exigisse que fossem investigadas possíveis fraudes nas eleições.

Segundo Brito (2016), “na discursivização da mídia sobre as Eleições Presidenciais de 2006, 2010 e 2014, funciona o efeito-sentido de divisão do Brasil por região” (BRITO, 2016, p. 79). Nessa divisão, ainda segundo a autora, os eleitores das regiões Norte e Nordeste identificam-se com o candidato do PT, enquanto que os eleitores das regiões Sul e Sudeste identificam-se com o candidato do PSDB ou do PV. Os resultados da pesquisa de Brito (2016) indicaram, ainda, que o efeito de divisão do Brasil, já identificado nas eleições anteriores, foi reconfigurado pelas novas mídias, mais especificamente pelo *Facebook*, nas eleições de 2014. Nesse caso, segundo a autora, na repercussão dessas eleições,

[...] funciona o efeito-sentido de divisão do Brasil entre a posição-sujeito de eleitor petista e a posição-sujeito de eleitor antipetista que produzem os

¹⁶ Informação obtida em: <https://bit.ly/3aU7jLZ>. Acesso em: 01/03/2020.

efeitos de petismo e antipetismo num amalgama de divisão do Brasil entre Norte/Nordeste e Sul/Sudeste (BRITO, 2016, p. 79).

No segundo mandato, segundo Peixoto e Crespo (2018), Dilma enfrentou uma série de dificuldades. Dentre elas, os autores citam os desdobramentos da Operação Lava Jato; a crise econômica; a acusação, por parte dos seus opositores, de que a presidente teria cometido “estelionato eleitoral”, devido à implementação de uma agenda política de ajuste fiscal e à nomeação, como ministro da Fazenda, de Joaquim Levy, considerado um economista ortodoxo. Nesse sentido, os autores afirmam que “Dilma Rousseff passou a ser vista como um entrave para a retomada do crescimento econômico do país” (PEIXOTO; CRESPO, 2018, p. 132). Esse cenário de ajustes fiscais e crise econômica contribuiu para o aumento do índice de reprovação do governo, que chegou a 65%, segundo pesquisa do Datafolha¹⁷, e levou a grandes protestos nas ruas, nos quais os militantes levantaram bandeiras contra a corrupção, a favor do *impeachment* da presidente, bem como apoiaram a atuação do juiz Sérgio Moro, na Operação Lava Jato.

Segundo Silva (2017), “os protestos pós-eleitorais organizados pela direita davam continuidade ao que muitos chamaram de ‘terceiro turno da campanha eleitoral’” (SILVA, 2017, p. 127). Para a autora, foi o momento em que surgiram e ressurgiram diversos movimentos com pautas de direita, como o *Movimento Brasil Livre (MBL)*, o *Vem pra Rua* e o *Movimento contra a Corrupção*. Esses movimentos, ainda segundo a autora, disputaram, por meio de discussões e debates políticos, as ruas e os sites de redes sociais com os movimentos de esquerda que apoiavam a presidente Dilma, como a *União Nacional dos Estudantes (UNE)*, o *Movimento dos Sem Terra (MST)* e alguns partidos como PSOL, PCdoB e PCO.

As organizações de direita, na perspectiva de Tatagiba (2018), combinaram a defesa de pautas conservadoras no plano da moral e contaram com o apoio financeiro e logístico de organizações como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), redes religiosas, maçônicas, a mídia e algumas centrais sindicais, como a dos caminhoneiros (TATAGIBA, 2018, p. 119). A autora cita, também, o movimento neopentecostal como outra rede importante na veiculação de mensagens antipetistas através de movimentos, como a “Marcha para Jesus”. Para a autora, os protestos resultaram da construção de um processo de identificação, em que o elemento catalisador foi o antipetismo. Assim, ela afirma que “o antipetismo ofereceu a energia moral para o

¹⁷ Informação obtida em: <https://bbc.in/39N3aip>. Acesso em 01/03/2020.

engajamento ativo e os marcos simbólicos para o enquadramento do conflito, em um contexto de intensa polarização política” (TATAGIBA, 2018, p. 131).

Silva (2017) mostra, ainda, que, em meio a uma profunda crise política e econômica, ao final de 2015, a população estava desacreditada do PT e convencida a respeito da abertura do processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff. Segundo pesquisa do Datafolha, até o fim de novembro de 2015, 65% da população era a favor da abertura do processo de *impeachment*¹⁸. No mês seguinte, o Ibope divulgou pesquisa segundo a qual o governo Dilma tinha aprovação de 9% e reprovação de 70%¹⁹.

Em 02 de Dezembro de 2015, um dos 37 pedidos de *impeachment* da presidente Dilma foi acatado na Câmara pelo então presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB). Tal denúncia foi protocolada pelos juristas Janaína Paschoal, Miguel Reale Jr. e Hélio Bicudo e tinha como fundamento a acusação de que a presidente havia cometido crimes de responsabilidade fiscal, que ficariam conhecidos como “pedaladas fiscais”. No dia 11 de abril de 2016, foi aprovada, pela comissão especial, a abertura do processo de *impeachment* contra Dilma, sendo 38 votos a favor e 27 contrários. Já no dia 17 do mesmo mês, após votação nominal, a câmara dos deputados autorizou a abertura do referido processo por 367 votos a favor, 137 votos contra e 7 abstenções²⁰.

Essa sessão de votação, marcada por protestos e troca de acusações, foi transmitida ao vivo por diversos meios de comunicação, através dos quais a população pôde assistir ao voto e à justificativa de cada deputado favorável ou contrário à admissibilidade do *impeachment*. Conforme pesquisa realizada por Luz (2018), que considera esse processo de admissibilidade um acontecimento discursivo²¹, das 511 justificativas de votos realizadas na sessão, somente em 12% foi identificado o efeito-sentido jurídico de crime de responsabilidade, sendo que, em 88% das justificativas, esse efeito deslizou para outras motivações, como corrupção, Deus, família e povo (LUZ, 2018, p. 46). Dessa forma, segundo a autora, os efeitos-sentido jurídico foram “esvaziados das justificativas dos votos favoráveis ao *impeachment* de Dilma Rousseff e quase apagados, e, em seu lugar, funcionaram outros objetos discursivos que em nada se aproximam dos dispositivos legais” (LUZ, 2018, p. 96).

Em 12 de Maio de 2016, o Senado, após aprovação do relatório da Comissão Especial por 15 votos a favor e 5 contra, decidiu pela abertura do processo e afastou a presidente do cargo por 180 dias, abrindo espaço para o então vice-presidente Michel Temer (PMDB)

¹⁸ Informação obtida em: <https://bit.ly/3e2GLkH>. Acesso em 01/03/2020.

¹⁹ Informação obtida em: <https://glo.bo/2Vae4K3>. Acesso em 01/03/2020.

²⁰ Informação obtida em: <https://bit.ly/2xWznqw>. Acesso em 01/03/2020.

²¹ Este conceito será discutido na segunda seção.

assumir interinamente o cargo de presidente da República. O julgamento, que culminou no *impeachment* da presidente, foi concluído, no Senado, em 31 de agosto de 2016, sendo 61 votos favoráveis e 20 contrários. A presidente teve o mandato cassado, mas pôde manter seus direitos políticos²². Na perspectiva de Costa (2018), que analisou a Sessão Extraordinária de Julgamento do *Impeachment* de Dilma Rousseff, considerando-a como acontecimento discursivo, a posição-sujeito réu, jurídica e formalmente, é ocupada somente por Dilma Rousseff, contudo, discursivamente, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores também ocupam tal posição “porque são defendidos das acusações que lhes são feitas, e para que haja defesa, é necessário que esse lugar seja ocupado” (COSTA, 2018, p. 84). Entretanto, segundo a autora, isso não implica dizer que esses sujeitos assumem a posição-sujeito culpados, mas são convocados a ocupar um lugar de responsabilidade como se fossem um só, enquanto unidade, sujeito unitário, que ocupa a posição-sujeito réu, “mas de réu enquanto responsável pela crise econômica-política que atinge o país e que por isso deve ser afastado em definitivo do poder, por uma determinada posição-sujeito” (COSTA, 2018, p. 84).

Concluído o processo de *impeachment*, Michel Temer (PMDB) ocupou definitivamente o cargo de presidente e governou até 01 de janeiro de 2019. O resultado desse processo gerou o descontentamento de uma parcela da população, que foi às ruas protestar contra o governo de Michel Temer, pedindo novas eleições. Esse governo foi marcado pela aprovação de uma série de medidas econômicas, como a reforma trabalhista, a PEC 55, que limitou os gastos públicos, e a Lei da Terceirização. Essas medidas, assim como denúncias de corrupção contra o presidente, proposta de reforma da previdência, extinção de ministérios, dentre outras questões, contribuíram para que o presidente terminasse o seu mandato como o mais impopular da história desde a redemocratização, segundo pesquisa do Datafolha, que indicou um índice de reprovação de 74%²³.

Logo após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT), o juiz Sérgio Moro aceitou denúncia do Ministério Público contra Lula (PT), que estava sendo acusado de corrupção e lavagem de dinheiro, na Operação Lava Jato. Em julho de 2017, Lula foi condenado pelo juiz Sérgio Moro a nove anos de prisão. O juiz considerou Lula culpado por, segundo a acusação, ter aceito e reformado um triplex pago pela construtora OAS em troca de contratos públicos²⁴. O ex-presidente reagiu à condenação se declarando candidato nas

²² Informação obtida em: <https://bit.ly/3e9NJ7F>. Acesso em 02/03/2020.

²³ Informação obtida em: <https://cutt.ly/Bf31Tog>. Acesso em 02/03/2020.

²⁴ Informação obtida em: <https://cutt.ly/Af31YfE>. Acesso em 02/03/2020.

eleições de 2018. Na primeira pesquisa eleitoral realizada após essa condenação, pelo instituto Datafolha, Lula liderava e aparecia com até 35% das intenções de voto. Ao mesmo tempo, corria o processo que poderia torná-lo inelegível²⁵.

No julgamento em segunda instância, após a negação de uma série de recursos, os magistrados confirmaram, por unanimidade, a condenação de Lula e aumentaram a pena deste para 12 anos e um mês de prisão²⁶. O ex-presidente teve a prisão decretada em 05 de abril de 2018 e se entregou à Polícia Federal no dia 07 de abril de 2018, sob forte apoio de manifestantes contrários à sua prisão. Mesmo preso, Lula liderava as pesquisas eleitorais em todos os cenários, variando entre 30% e 31% das intenções de voto, segundo pesquisa do instituto Datafolha²⁷.

Pelo exposto até aqui, verificamos que o Brasil passou, nos últimos anos, por diversos momentos de crise na política, envolvendo grandes escândalos de corrupção, entre outras questões. Essa crise teve como consequência, além do desgaste da economia, o descrédito em relação às instituições democráticas. Segundo pesquisa realizada pelo Datafolha, ainda em 2017, os partidos políticos, o Congresso Nacional e a Presidência da República eram as instituições de menor confiança junto aos brasileiros ao passo que as Forças Armadas eram a instituição em que os brasileiros mais depositavam confiança²⁸.

Além disso, houve um fortalecimento da polarização ideológica no país, associada à propagação de ideais liberais e conservadores e ao sentimento de antipetismo. Para Tatagiba (2018), o antipetismo tem uma dupla face: por um lado se configura como um fenômeno político-eleitoral, isto é, uma rejeição exclusiva a um partido; por outro lado, constitui um fenômeno sócio-político que é expresso pelo ódio ao PT (TATAGIBA, 2018, p. 112). Ainda segundo a autora, esse fenômeno teve sua matéria-prima nos escândalos de corrupção desde

²⁵ Informação obtida em: <https://cutt.ly/df31O0W>. Acesso em: 02/03/2020.

²⁶ Todas as condenações relacionadas às investigações da Operação Lava Jato, impostas pela Justiça Federal do Paraná ao ex-presidente Lula (PT), foram anuladas, em 08/03/2021, pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, que apontou incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba para julgar os processos do ex-presidente. Com essa decisão, Lula recuperou os direitos políticos e se tornou elegível. Em 12/03/2021, a PGR recorreu dessa decisão do ministro, pedindo que os processos permaneçam na Justiça Federal do Paraná e que sejam mantidas as condenações. Por conta disso, o caso deve ser levado para julgamento no plenário do STF, o que está previsto para acontecer no dia 14/04/2021. Em 23/03/2021, a Segunda Turma do STF declarou em julgamento que o ex-juiz federal Sérgio Moro agiu com parcialidade ao condenar o ex-presidente Lula no caso do triplex de Guarujá, tornando sem efeito todo o processo do referido caso. Informação obtida em: <https://cutt.ly/1ctAmIa> e <https://cutt.ly/sctAGX6>. Acesso em: 31/03/2021.

²⁷ Informação obtida em: <https://bit.ly/39N3Sw5>. Acesso em 02/03/2020.

²⁸ Informação obtida em: <https://cutt.ly/Xf31D5A>. Acesso em 02/03/2020.

2005, mas foi fortalecido, principalmente em 2015, quando foi possível não só vincular o PT à corrupção, mas colocar esta última como o principal problema do Brasil.

Nesse cenário de instabilidade política, ao final de 2017, segundo pesquisa realizada pelo IBOPE, divulgada em março de 2018, 44% da população se mostrava pessimista em relação às eleições de 2018, enquanto que 20% estava otimista. Para os pessimistas, segundo dados da pesquisa, os principais motivos citados foram: corrupção (30%); falta de confiança no governo e nos candidatos (19%); e falta de opção entre os pré-candidatos (16%). O resultado dessa pesquisa demonstrou, também, que as características pessoais dos(as) candidatos(as) mais desejadas foram: ser honesto(a) (87%), não ter se envolvido em corrupção (84%), transmitir confiança (82%), ter uma família bem estruturada (62%) e acreditar em Deus (79%)²⁹. Foi nessa configuração de crise política e de representatividade que teve início a corrida presidencial de 2018, objeto de investigação da pesquisa que originou este trabalho.

Consideramos essa eleição um acontecimento histórico que configura mudanças significativas no contexto socioeconômico e político do país. Além de ter sido realizada em um momento de crise política e de representatividade, foi a primeira eleição presidencial após o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), o qual marcou o fim de um ciclo político de 13 anos consecutivos do governo petista no Brasil. Somam-se a essas condições históricas: o grande número de registros de candidaturas (maior número desde 1989), a substituição do candidato do PT no decorrer da campanha, a aplicação de novas regras eleitorais definidas pela reforma política de 2017, a regulamentação das campanhas nas redes sociais, dentre outras questões que diferenciam esse pleito dos anteriores e que serão apresentadas na segunda seção deste texto.

Durante o período de campanha (16 de agosto a 27 de outubro de 2018), vimos circular nos meios de comunicação e, principalmente, nas mídias sociais, diversas materialidades significantes referentes às candidaturas dos presidenciáveis. A partir da observação dessas materialidades, começou a surgir o problema de pesquisa que subsidiou a construção deste trabalho, pois elas indicavam que política e religião estiveram, em alguma medida, relacionadas na referida eleição, seja de forma direta, ao fazer referência a Deus ou ao cristianismo, seja de forma mais indireta, quando da discussão de temas que atravessam o campo religioso, como ética, moral, família, ideologia de gênero, dentre outros. Além disso, defendemos que essas materialidades linguísticas, ao mesmo tempo em que instauram o efeito

²⁹ Informação obtida em: <https://glo.bo/2xfmZBV>. Acesso em 02/03/2020.

de novidade, atualizam uma memória que vincula a campanha eleitoral de 2018 a uma rede de acontecimentos que a antecede, tais como escândalos de corrupção, eleições anteriores, antipetismo, polarização partidária, ditadura militar.

Considerando essas questões, na pesquisa que originou este trabalho, partimos de dois pressupostos: i) o de que a campanha eleitoral de 2018 se constitui como um acontecimento discursivo; ii) o de que a relação entre discurso político e discurso religioso encontra-se materializada na referida campanha.

O primeiro pressuposto em que nos baseamos está amparado na noção de acontecimento discursivo como o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória, conforme definido por Michel Pêcheux (2008 [1983a])³⁰. Ao tratar do discurso enquanto estrutura e acontecimento, o autor defende que é necessário considerar o equívoco da formulação, ou seja, o que é, ao mesmo tempo, da ordem da estrutura e do acontecimento, que corresponde ao novo, à ruptura, ao irremediavelmente equívoco.

Com base nesses postulados, Lessa (2014) defende que, na campanha eleitoral presidencial de 2010, “a questão do aborto, vinculada ao discurso religioso, funcionou, na atualidade das campanhas, como memória que irrompeu sobre a atualidade, constituindo assim um *acontecimento discursivo*” (LESSA, 2014, p. 88, grifo do autor). Na mesma perspectiva, Brito (2016) considera as eleições presidenciais de 2014 como um acontecimento discursivo, tendo em vista que, segundo a autora, os “efeitos-sentido sobre a divisão do Brasil (divisão socioeconômica, regional, partidária) são retomados e reatualizados, por meio desse encontro entre essa memória da divisão do Brasil e a atualidade das eleições de 2014” (BRITO, 2016, p. 63), enquanto que o efeito-sentido de divisão entre petismo e antipetismo surge como novidade nas referidas eleições.

Consideramos, neste trabalho, que, assim como nas campanhas de 2010 e de 2014, conforme defendem Lessa (2014) e Brito (2016), respectivamente, há um encontro entre memória e atualidade nas formulações que compõem o material de campanha dos candidatos à presidência do Brasil, em 2018. Tais formulações indicam que, para além do acontecimento histórico, a campanha eleitoral de 2018 se constitui como um acontecimento discursivo, pois, nessa campanha, como afirma Indursky (2003), quando trata do referido conceito, há um trabalho de “ruptura do mesmo, com a instauração do novo” (INDURSKY, 2003, p. 108). Entretanto, a campanha eleitoral presidencial de 2018 apresenta um funcionamento discursivo diferente das demais, o qual será mostrado ao longo do trabalho.

³⁰ Discutimos este pressuposto na seção 2.

O segundo pressuposto está baseado na tese da precedência do interdiscurso sobre o discurso, que ganhou força na terceira fase da Análise de Discurso, quando, segundo Pêcheux (2014[1983c]), “o primado teórico do outro sobre o mesmo se acentua, empurrando até o limite a crise de maquinaria discursiva estrutural” (PÊCHEUX, 2014 [1983c], p. 311). Trata-se de reconhecer a heterogeneidade discursiva, isto é, de considerar o discurso na relação com outros discursos que o antecedem, mas que também o constituem³¹. Tais discursos, segundo Orlandi (2015 [1990]), emergem como uma memória discursiva, definida pela autora como um “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2015 [1990], p. 29). Nesse sentido, consideramos que diferentes campos estão em relação interdiscursiva, inclusive os campos religioso e político, uma vez que, conforme pesquisas realizadas sobre as eleições no Brasil, essa relação já está, de alguma forma, vinculada à memória da política brasileira.

Como exemplo dessas pesquisas que tratam da inter-relação entre os campos político e religioso, citamos, mais uma vez, o estudo de Lessa (2014), que analisou o papel da memória no funcionamento discursivo da campanha eleitoral presidencial brasileira de 2010 no entrecruzamento do discurso político com o discurso religioso, discutindo os diferentes efeitos-sentido decorrentes desse funcionamento. Ao descrever os principais fatos ocorridos no primeiro turno das eleições, o autor destaca questões relacionadas ao discurso religioso, tais como declaração de apoio de líderes evangélicos aos candidatos Dilma (PT) e José Serra (PSDB); boicotes à candidatura de Dilma e divulgação de cartas antipetistas, por parte de bispos e arcebispos da igreja católica; campanhas em igrejas e comunidades contra a candidata do PT; discussões que giraram, principalmente, em torno do tema do aborto.

Conforme Lessa (2014), a emergência dessas temáticas relacionadas ao discurso religioso contribuiu para a construção de uma imagem negativa do PT e de Dilma Rousseff, que caiu nas pesquisas de intenção de votos, principalmente entre eleitores católicos e evangélicos, em determinado momento da campanha eleitoral. No segundo turno, segundo o autor, os primeiros horários eleitorais dos candidatos foram pautados, principalmente, em temas religiosos e na questão do aborto, enfatizando questões relacionadas à família, ao respeito à vida e a Deus.

Com base nesses dois pressupostos apresentados, propomos, inicialmente, verificar como se deu a relação entre os campos político e religioso no acontecimento da campanha

³¹ Discutimos este pressuposto na seção 3, ao apresentarmos nossa hipótese.

eleitoral de 2018. A partir desse recorte inicial, a observação de dados para a constituição do *corpus* de pesquisa indicou que a referência ao campo religioso aparecia de forma mais acentuada nas campanhas de quatro candidatos, a saber, José Maria Eymael (DC), Cabo Daciolo (Patriota), Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT). Assim, considerando que, conforme defende Pêcheux (1983b), as materialidades verbais e não verbais não são legíveis em sua transparência, mas constituídas e atravessadas por discursos, propomos analisar a campanha eleitoral dos candidatos citados a fim de responder a seguinte questão-problema: **como se constituiu a relação entre o discurso político e o discurso religioso na campanha eleitoral 2018, considerando as campanhas dos candidatos José Maria Eymael (DC), Cabo Daciolo (Patriota), Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT)?**

Ancoradas nos postulados da Escola Francesa de Análise de Discurso, nos pressupostos apresentados e na questão problema que direciona esta pesquisa, defendemos a seguinte hipótese de trabalho: no acontecimento discursivo da campanha das eleições presidenciais de 2018, a relação entre o discurso político e o discurso religioso se estabelece com base no funcionamento do lugar discursivo do porta-voz, que se constitui a partir das diferentes posições-sujeito nas quais os sujeitos políticos se subjetivam como candidatos à presidência.

A partir da hipótese levantada, objetivamos analisar o funcionamento discursivo da campanha eleitoral de 2018 dos candidatos à presidência da república José Maria Eymael (DC), Cabo Daciolo (Patriota), Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), a fim de verificar como se constituiu a relação entre discurso político e discurso religioso nessas campanhas. A esse objetivo geral, vinculam-se os seguintes objetivos específicos: i) identificar as posições-sujeito em que estão subjetivados os quatro candidatos à presidência; ii) verificar se essas posições se aproximam da figura enunciativa do porta-voz; iii) identificar o entrecruzamento do discurso religioso com o discurso político na configuração do lugar discursivo do porta-voz.

Defendemos a relevância teórica deste trabalho e, conseqüentemente, da pesquisa que o embasou, pois ele ratifica a tese da precedência do interdiscurso sobre o discurso, uma vez que mostra a relação entre dois campos distintos, o político e o religioso, mas que se entrecruzam por meio de diferentes relações interdiscursivas. Além disso, acreditamos na importância social deste estudo, uma vez que este indica de que forma e até que ponto pode-se estudar a existência da relação entre política e religião e quais as implicações dessa relação em determinada configuração histórico-social.

1.2 Constituição do *corpus* e o percurso metodológico da pesquisa

Segundo Orlandi (2015 [1990]), a constituição do *corpus* na Análise de Discurso se dá por critérios teóricos e não empíricos. Isso porque, como, à AD, interessam as práticas discursivas, é necessário fazer um recorte dos dados empíricos a fim de transformá-los em *corpus* discursivo. Nesse sentido, ainda segundo a autora, construção e análise estão relacionadas na medida em que decidir o que faz parte do *corpus* é, em última instância, decidir sobre propriedades discursivas. Trata-se, ainda segundo a autora, de um trabalho do analista no limite da interpretação, o que é feito com base nos princípios teóricos que norteiam sua pesquisa.

O *corpus* da pesquisa da qual resultou este trabalho é constituído por recortes de materialidades linguísticas utilizadas como material de campanha dos candidatos Jair Bolsonaro (PSL), Fernando Haddad (PT), José Maria Eymael (DC) e Cabo Daciolo (Patriota) e por trechos de reportagens que tratam das eleições, veiculadas na mídia digital no período de 16 de agosto a 27 de outubro de 2018. Esse intervalo de tempo foi escolhido por compreender os períodos oficiais de campanha estipulados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para o primeiro e segundo turno das eleições. Estão inclusos no material de campanha recortes de materialidades linguísticas, que compõem os planos de governo, e trechos de publicações dos referidos candidatos feitas nas redes sociais *Twitter* e *Facebook*. Não foi incluído no *corpus* o horário eleitoral gratuito, tendo em vista a dificuldade de se ter acesso aos dados e a discrepância no tempo de programa disponibilizado para cada candidato.

A escolha de analisar o conteúdo publicado nas redes sociais dos candidatos se deu por considerarmos a facilidade de acesso aos dados, a velocidade de circulação dos textos e as novas condições de produção (regulamentação da campanha das redes sociais e processo de universalização dessas redes). Além disso, consideramos que grande parte da campanha eleitoral foi realizada nas redes sociais, como, por exemplo, a campanha do candidato eleito Jair Bolsonaro (PSL), que tinha apenas oito segundos do tempo do horário eleitoral gratuito e não participou de debates televisivos. Optamos, ainda, por pesquisar reportagens que tiveram como tema as eleições presidenciais de 2018 para mostrarmos o funcionamento de regularidades discursivas em ambientes midiáticos diferentes das redes sociais, a fim de circunscrever melhor o acontecimento histórico e discursivo³².

³² As redes sociais e os sites de notícia são considerados, neste trabalho, como suporte para as materialidades que compõem o *corpus*. Não faremos uma análise discursiva do ambiente digital, tendo em vista que não é este o objetivo do trabalho. Sobre discurso digital, ver, por exemplo: DIAS,

Inicialmente, selecionamos excertos dos planos de governo e pesquisamos todas as publicações feitas pelos candidatos nas páginas das suas redes sociais no período de 16 de agosto a 27 de outubro de 2018. No caso do candidato Fernando Haddad (PT), consideramos as publicações feitas a partir de onze de setembro de 2018, data em que o PT anunciou, oficialmente, sua candidatura nas eleições presidenciais. Após essa seleção, procedemos à catalogação dos dados por categoria temática.

A partir dos gestos de leitura e interpretação, fizemos um recorte e, em seguida, selecionamos para análise aquelas materialidades que serviram de base para responder à questão-problema proposta na/pela pesquisa, constituindo, assim, o *corpus* discursivo do trabalho. Selecionamos 6 excertos de reportagens veiculadas em sites de notícias e excluímos aquelas reportagens que não estavam relacionadas aos objetivos do trabalho. Dentre o material de campanha dos candidatos, selecionamos para análise, no total, 120 excertos³³, distribuídos conforme tabela abaixo:

Tabela 01 – Número de excertos do material de campanha

Candidato	Plano de Governo	Redes Sociais	Total de excertos
Cabo Daciolo (Patriota)	06	09	15
Fernando Haddad (PT)	10	45	55
Jair Bolsonaro (PSL)	07	34	41
José Maria Eymael (DC)	03	06	09
Total	26	94	120

Fonte: Construída pela autora com base nos dados da pesquisa.

Após a delimitação do *corpus*, fizemos as análises com base no quadro teórico-metodológico da Escola Francesa de Análise de Discurso, partindo dos indícios textuais para identificarmos o funcionamento discursivo materializado no *corpus* analisado. Antes de iniciar as análises, fizemos, também, leituras de textos acadêmicos e jornalísticos referentes às eleições presidenciais no Brasil e à configuração política do país nos últimos anos. Na subseção seguinte, apresentamos um breve percurso histórico sobre essas duas questões.

Cristiane. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. **Estudos linguísticos**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 972-980, set.-dez. 2015. Disponível em: <https://cutt.ly/McyVUlo>. Acesso em: 15. dez. 2020.

³³ Na segunda seção, apresentamos apenas os excertos referentes ao material de campanha dos candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), que disputaram o segundo turno das eleições, devido à quantidade maior de dados disponível e por considerarmos que a relação entre atualidade e memória estava mais estruturada no material de campanha desses candidatos.

1.3 Organização dos capítulos

Na primeira seção, constituída por esta Introdução, fazemos um breve histórico sobre as eleições presidenciais no Brasil, tratamos da configuração política do país nos últimos anos e tecemos algumas considerações sobre o nosso objeto de pesquisa e sobre os pressupostos dos quais partimos. Além disso, apresentamos a questão problema, que direciona esse estudo, a hipótese levantada e os objetivos do trabalho. Indicamos o percurso teórico-metodológico que utilizamos na seleção, catalogação e análise dos dados e, por fim, mostramos como estão organizados os capítulos desta dissertação.

Na segunda seção, mostramos como a campanha eleitoral de 2018 é discursivizada em textos veiculados na mídia digital e em textos publicados pelos presidentiáveis em suas redes sociais. Primeiramente, descrevemos a campanha eleitoral para presidente da República no ano de 2018, destacando os principais fatos ocorridos. Em seguida, apresentamos os dispositivos teóricos da Escola Francesa de Análise de Discurso que se referem aos pressupostos nos quais nos baseamos para realizar a pesquisa. E, por último, mostramos e discutimos alguns dados, os quais indicam que a campanha eleitoral de 2018, além de um acontecimento histórico, configurou-se, também, como acontecimento discursivo. Por mais que esta não seja a questão central deste trabalho, constatamos a necessidade de mostrar alguns exemplos que apresentam indícios de que essa campanha eleitoral se caracteriza como acontecimento discursivo, aproximando-se de outras campanhas eleitorais, mas, ao mesmo tempo, distanciando-se delas, tendo em vista que possui um funcionamento que lhe é peculiar. A partir dessa caracterização, pudemos apresentar, discutir e trabalhar a nossa hipótese na seção seguinte.

Na terceira seção, mostramos como se constituem as diferentes posições-sujeito que buscam se instituir no lugar de representante político nas eleições presidenciais, quais memórias tais posições retomam e se/como funciona a figura do porta-voz na campanha eleitoral dos candidatos Cabo Daciolo (Patriota), José Maria Eymael (DC), Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL). Além disso, indicamos como se estabelece a relação entre o discurso político e o discurso religioso nas campanhas dos referidos candidatos. Para tanto, apresentamos, em um primeiro momento, a noção de sujeito, conforme definida por Pêcheux (2014[1975]), e de porta-voz, postulada por Pêcheux (1990 [1982]) e desenvolvida por Zoppi-Fontana (1997). Em seguida, dividimos a parte analítica em quatro blocos e analisamos os dados referentes a cada candidato separadamente. Após as análises, apresentamos algumas

considerações sobre o funcionamento da figura do porta-voz na campanha eleitoral dos quatro candidatos.

Na quarta seção, apresentamos a síntese dos resultados dessa pesquisa e, por último, indicamos as referências que nortearam a elaboração deste trabalho.

2 CAMPANHA ELEITORAL DE 2018 COMO ACONTECIMENTO DISCURSIVO

2.1 Considerações iniciais

Nesta seção, objetivamos apresentar a forma como a campanha eleitoral de 2018 é discursivizada em textos veiculados na mídia digital, assim como nos textos publicados pelos presidentiáveis em suas redes sociais, apresentando dados que indicam que a referida campanha, além de um acontecimento histórico, configurou-se, também, como acontecimento discursivo.

Consideramos que uma parte significativa da campanha eleitoral de 2018 foi realizada nas redes sociais, por meio das quais os candidatos puderam interagir de uma maneira mais dinâmica com os eleitores, e, também, com os adversários, produzindo, assim, uma vasta materialidade significativa passível de análise. Compreendemos, conforme Fonseca-Silva (2009), que as atividades políticas se realizam na dimensão pública instituída pela rede de mídias, em diferentes ambientes midiáticos, os quais se constituem como lugares de memória discursiva³⁴.

Nesse sentido, optamos por apresentar, além das publicações dos candidatos nas redes sociais, reportagens que tiveram como tema as eleições presidenciais de 2018, a fim de mostrarmos o funcionamento de regularidades discursivas mesmo em ambientes midiáticos diferentes, circunscrevendo melhor o acontecimento discursivo. Para tanto, recorreremos ao arcabouço teórico-analítico da Escola Francesa de Análise de Discurso, especialmente, aos conceitos de discurso, acontecimento discursivo e de memória.

Inicialmente, descrevemos a campanha eleitoral para presidente, realizada no ano de 2018, destacando os principais fatos ocorridos. Em seguida, indicamos um percurso teórico da Análise de Discurso para discorrermos sobre os conceitos de discurso, memória, interdiscurso e de acontecimento discursivo, referentes aos pressupostos dos quais partimos para a realização da pesquisa. Posteriormente, apresentamos a discussão dos dados, seguida das considerações finais da seção.

³⁴ Fonseca-Silva (2007), em *Mídia e Lugares de Memória Discursiva*, cunha o conceito de lugar de memória discursiva operando um deslocamento dos conceitos de *memória discursiva*, de Courtine (1981) e de *lugar de memória*, de Nora (1984). Assim, considerando que, na perspectiva da Análise de Discurso, o simbólico investe os lugares de memória, a autora afirma que “toda e qualquer materialidade simbólica de significação funciona como lugar de memória discursiva” (FONSECA-SILVA, 2007, p. 19).

2.2 Campanha eleitoral de 2018: do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo

Nesta subseção, apresentamos a campanha eleitoral de 2018, inicialmente, como um acontecimento histórico. Dividimos essa subseção em outras duas subseções: na primeira (2.2.1), descrevemos esse acontecimento, elencando suas características e os principais fatos ocorridos durante o período de campanha; na segunda (2.2.2), mostramos como esse acontecimento histórico se configurou, também, como acontecimento discursivo. Para tanto, apresentamos, primeiramente, na subseção 2.2.2.1, os conceitos teóricos nos quais nos baseamos e, posteriormente, na subseção 2.2.2.2, discutimos os dados. Apresentamos, inicialmente, excertos de reportagens que trataram das eleições presidenciais de 2018 e, em seguida, publicações feitas nas redes sociais oficiais dos candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT)³⁵. Em seguida, apresentamos, na subseção 2.3, as considerações finais desta seção.

2.2.1 O acontecimento histórico

O ano de 2018 foi marcado pela realização da primeira eleição presidencial após o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT). Neste trabalho, consideramos que essa eleição se constitui como um acontecimento histórico, o qual, de acordo com Pêcheux, é “um elemento histórico descontínuo e exterior” (1983b, p. 49), que, pela relevância de sua ocorrência, passa a ser lembrado na/pela história.

O primeiro ponto de destaque da referida eleição foi a indefinição na composição das chapas, pois, às vésperas do prazo final para a realização das convenções nacionais, a maioria dos candidatos à presidência ainda não havia definido quem seriam os candidatos à vice-presidência. Até o dia 15 de agosto de 2018, prazo final para o registro oficial das candidaturas, estipulado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram oficializadas 13 candidaturas presidenciais, o maior número desde as eleições de 1989. As convenções partidárias escolheram os (as) seguintes candidatos (as) à presidência e à vice-presidência, respectivamente: Álvaro Dias (PODE) e Paulo Rabelo (PSDC); Cabo Daciolo (PATRIOTA) e Suelene Balduino (PATRIOTA); Ciro Gomes (PDT) e Kátia Abreu (PDT); Geraldo Alckmin

³⁵ Conforme dito na introdução, apresentamos, nesta seção, apenas os excertos referentes ao material de campanha dos candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), que disputaram o segundo turno das eleições, devido à quantidade maior de dados disponível e por considerarmos que a relação entre atualidade e memória estava mais estruturada no material de campanha desses candidatos.

(PSDB) e Ana Amélia Lemos (PP); Guilherme Boulos (PSOL) e Sônia Guajajara (PSOL); Henrique Meirelles (MDB) e Germano Rigotto (MDB); Jair Bolsonaro (PSL) e Hamilton Mourão (PRTB); João Amoêdo (NOVO) e Christian Lohbauer (NOVO); João Goulart Filho (PPL) e Léo Alves (PPL); José Maria Eymael (DC) e Helvio Costa (DC); Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Haddad (PT); Marina Silva (REDE) e Eduardo Jorge (PV); Vera Lúcia (PSTU) e Hertz Dias (PSTU).

Essa configuração mudou em 31 de agosto de 2018, quando a candidatura de Lula foi impugnada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com base na Lei da Ficha Limpa, tendo em vista que o candidato havia sido condenado em segunda instância no âmbito da Operação Lava Jato. O PT, então, no último dia do prazo estipulado pelo TSE (11 de setembro) indicou Fernando Haddad (PT) para concorrer ao cargo, tendo como vice a deputada Manuela D'Ávila (PCdoB).

A campanha eleitoral oficial, que ocorreu no período de 16 de agosto a 27 de outubro de 2018, seguiu as novas regras eleitorais, segundo a reforma política aprovada em outubro de 2017. Dentre essas regras, pode-se citar o estabelecimento de um teto de gastos para as campanhas, a criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e a redução do tempo de campanha, que passou de 90 para 45 dias, em relação às eleições de 2014. Além disso, foi proibida, pelo STF, a doação de empresas para candidatos, e a campanha nas redes sociais foi regulamentada pela Justiça Eleitoral, sendo permitido aos candidatos receber doações por meio de “vaquinhas virtuais” e pagar para impulsionar conteúdos nas redes sociais. Foi, então, a primeira eleição presidencial financiada exclusivamente com recursos públicos e doações de pessoa física³⁶.

Diante dessas mudanças no cenário eleitoral, os candidatos utilizaram a internet e, principalmente, as redes sociais e o *Whatsapp* como principais ferramentas de campanha. O uso das tecnologias eleitorais já vinha sendo adotado em eleições anteriores, conforme afirmam Braga e Carlomagno (2018), que fizeram uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais pelas tecnologias digitais. Para os autores, as últimas campanhas eleitorais, no Brasil, se caracterizaram pelo uso e pela incorporação maciça da internet e das redes sociais, sendo que as eleições de 2014 e 2016 consolidaram essa tendência, quando todos os candidatos aos cargos majoritários utilizaram algum tipo de mídia digital. Segundo o estudo realizado por esses autores, as redes sociais *Twitter* e *Facebook* podem ser consideradas um divisor de águas nos padrões de interação entre políticos e

³⁶ Informação obtida em <https://cutt.ly/Wf31G4g>. Acesso em 03/03/2020.

cidadãos, tendo em vista que tais ferramentas universalizaram o uso do meio digital como recurso de campanha (BRAGA; CARLOMAGNO, 2018, p. 40).

Segundo dados de pesquisa domiciliar realizada pelo IBGE (PNAD Contínua TIC 2017), o percentual de domicílios que usavam a internet subiu de 69,3% para 74,9%, de 2016 para 2017, assim como o percentual de pessoas que acessaram à Internet através do celular aumentou de 94,6% para 97,0% neste mesmo intervalo de tempo³⁷. Nesse contexto de ampliação do uso da internet no Brasil, segundo Silva e Kerbauy (2019), “o uso das redes sociais passou a ter importância nas estratégias de campanhas, especialmente dos candidatos com pouco tempo no horário eleitoral” (SILVA; KERBAUY, 2019, p. 128). Para as autoras, as eleições de 2018 foram as mais digitais da história política brasileira. Elas defendem que redes sociais como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram* são uma espécie de extensão da campanha realizada “corpo a corpo” na conquista de eleitores, tendo em vista que, diferentemente dos meios de comunicação em massa, trabalham com círculos, na medida em que estabelecem uma interconexão entre perfis (SILVA; KERBAUY, 2019, p. 129).

Além das redes sociais, o aplicativo de troca de mensagens *WhatsApp* teve papel de destaque nas eleições de 2018, sendo considerado um dos principais meios de divulgação de material de campanha, assim como de notícias falsas. Segundo Petrola (2019), “se, por um lado, as redes sociais e aplicativos de mensagens favorecem o surgimento de jornalismo alternativo à grande mídia, também favorecem a difusão de boatos, desinformação e conteúdos extremistas” (PETROLA, 2019, p. 114). Para o autor, as chamadas *fake news* são criadas, frequentemente, visando ao lucro por meio da geração de cliques para os conteúdos disseminados, assim como podem ter motivação ideológica, visando à influência na opinião do eleitor em relação a determinado candidato.

Na perspectiva de Petrola (2019), a disseminação de *fake news* ocorre “como forma de demonstrar adesão ou repúdio a certas plataformas ideológicas, que se transformam em signos identitários” (PETROLA, 2019, p.120). O autor mostra que, nas eleições de 2018, essas *fake news* estiveram associadas à polarização ideológica entre PT e PSL e giraram em torno de questões relacionadas à moral, valores religiosos, denúncias de fraudes, corrupção, ideologia de gênero, dentre outras questões.

Esse fenômeno das *fake news* resultou em um escândalo de corrupção durante a campanha eleitoral envolvendo o candidato Jair Bolsonaro (PSL), que foi acusado de receber doações de empresas que teriam comprado pacotes de disparos em massa de mensagens

³⁷ Informação obtida em: <https://bit.ly/2RIBAT1>. Acesso em: 02/03/2020.

contra o PT por meio do aplicativo de mensagens *WhatsApp*³⁸. O caso levou à criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das *Fake News*, que teve como objetivo investigar a criação de perfis falsos e ataques cibernéticos nas redes sociais, com possível interferência no processo eleitoral. Essa comissão está em funcionamento, tinha previsão de conclusão dos trabalhos até o final de outubro de 2020, porém a contagem de prazo foi suspensa em março de 2020, devido à pandemia do novo coronavírus, até que as atividades regulares do Senado sejam retomadas³⁹.

Ao final da campanha eleitoral, referente ao primeiro turno das eleições, o Instituto Datafolha realizou pesquisa segundo a qual 68% dos eleitores disseram ter alguma conta em rede social e 66% disseram utilizar o aplicativo *WhatsApp*. Considerando os candidatos mais bem colocados, a pesquisa identificou que, dos eleitores do candidato Jair Bolsonaro, 81% são usuários de alguma rede social, contra 59% dos eleitores do candidato Fernando Haddad e 72% dos eleitores do candidato Ciro Gomes. A pesquisa também indicou que estão entre os eleitores de Jair Bolsonaro os maiores índices daqueles que se informam e compartilham notícias sobre política pelo *WhatsApp* (57%) e pelo *Facebook* (61%)⁴⁰.

As redes sociais foram as ferramentas de campanha mais utilizadas pelo candidato Jair Bolsonaro (PSL). Este, além de ter apenas oito segundos em cada bloco do horário eleitoral gratuito, foi impedido de fazer campanha nas ruas devido ao seu estado de saúde, após ter sofrido um atentado durante um ato de campanha, no dia 06 de setembro de 2018. Alegando o mesmo motivo (o atentado que sofreu), o candidato, que liderou as pesquisas de intenção de votos após a impugnação da candidatura de Lula, não participou dos debates televisivos. Nesse contexto, passou a se comunicar com seus eleitores apenas pelas redes sociais.

Essa campanha foi marcada, também, por uma série de protestos contrários e favoráveis ao candidato do PSL. Uma das manifestações que ganhou mais destaque e ocorreu em diversas regiões do Brasil e do mundo, no dia 29 de setembro de 2018, foi organizada por mulheres por meio das redes sociais. O movimento, que ficou conhecido como *#EleNão*⁴¹, surgiu a partir de um grupo do *Facebook* denominado de “Mulheres Unidas

³⁸ Informação obtida em: <https://cutt.ly/9f31JKB>. Acesso em 02/03/2020.

³⁹ Informação obtida em: <https://cutt.ly/Cgsafg4>. Acesso em: 13/10/2020.

⁴⁰ Informação obtida em: <https://glo.bo/3e1iQlv>. Acesso em: 02/03/2020.

⁴¹ O movimento obteve visibilidade nas redes sociais por meio da formulação linguística *#EleNão*, que circulou nas mídias sociais e nas ruas, produzindo sentidos. Nessa perspectiva, Fonseca-Silva e Bittencourt (2019), a partir da análise de formulações linguísticas e pictóricas que circularam na manifestação, afirmam que a saída da formulação linguística *#EleNão* das redes sociais para as ruas configurou um acontecimento discursivo, no qual há o encontro de uma atualidade e de uma memória, conforme Pêcheux (1983a). Segundo as autoras, na análise das materialidades, foram identificados dizeres que associam a imagem do sujeito político Bolsonaro a “uma posição-sujeito que marca o

Contra Bolsonaro” e teve como objetivo protestar contra a candidatura à presidência da República do referido sujeito político. Apesar de ter sido considerado o maior protesto já realizado por mulheres no Brasil e a maior manifestação contra um candidato durante a campanha eleitoral, pesquisa realizada pelo DataFolha, após a data do protesto, apontou que o candidato Bolsonaro subiu de 28% para 32%, enquanto seu principal oponente, Fernando Haddad (PT), caiu de 22% para 21%. Essa pesquisa também indicou que, pela primeira vez, desde 1989, o PSDB não chegaria à disputa do segundo turno⁴², o que, de fato, aconteceu.

A eleição presidencial de 2018 foi decidida em segundo turno entre os candidatos Fernando Haddad (PT), que obteve 44,87% dos votos, e Jair Bolsonaro (PSL), que venceu com 55,13% dos votos válidos⁴³. Como acontecimento histórico, a campanha eleitoral dessa eleição pode ser descrita e ter os fatos narrados, mas, se pensada na ordem do simbólico, numa perspectiva discursiva, é possível analisar as relações de poder que se estabeleceram, os jogos ideológicos, enfim, os sentidos que foram constituídos ao longo do processo eleitoral. Nesse sentido, objetivamos mostrar em que medida a campanha eleitoral de 2018, além de um acontecimento histórico, configurou-se, também, como acontecimento discursivo. Para tanto, serão utilizados os pressupostos teóricos da Escola Francesa de Análise de Discurso, especialmente os conceitos apresentados na seção seguinte.

2.2.2 O acontecimento discursivo

2.2.2.1 Definições teóricas

Na perspectiva da Escola Francesa de Análise de Discurso, considera-se que a linguagem não é transparente, mas faz sentido porque se inscreve na história. Desse modo, importa para o analista compreender que “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos” (2015 [1990] p. 28).

funcionamento discursivo de extrema-direita, caracterizado pela memória dos regimes autoritários e pelos efeitos-sentido de racismo, de machismo, de homofobia e de xenofobia” (FONSECA-SILVA; BITTENCOURT, 2019, p. 193). Além disso, as autoras apontam para um processo de desestruturação/reestruturação da formulação #EleNão, que se inscreve em outras posições-sujeito, produzindo sentidos de adesão e de rejeição ao candidato do PSL e a outros políticos na campanha eleitoral de 2018.

⁴² Informação obtida em: <https://bit.ly/2VdWrbZ>. Acesso em: 03/03/2020.

⁴³ Informação obtida em: <https://cutt.ly/df31ZIA>. Acesso em: 03/03/2020.

Pêcheux (2014 [1975]) defende que o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados é mascarado pela ideologia e consiste na dependência constitutiva de um “todo complexo das formações ideológicas”. Assim, o sentido de palavras, expressões ou proposições não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas envolvidas no processo sócio-histórico em que são produzidas, isto é, o sentido relaciona-se com as formações ideológicas nas quais as diferentes posições-sujeito se inscrevem. O autor denomina formação discursiva “aquilo que, numa formação ideológica dada, [...] determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 147). Desse modo, a formação discursiva é considerada como a matriz do sentido, tendo em vista que as palavras, expressões, proposições recebem seu sentido na formação discursiva em que são produzidas.

Toda formação discursiva, segundo Pêcheux (2014 [1975]), “dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 148-149). Esse “todo complexo com dominante” é chamado por Pêcheux de interdiscurso, sendo que este também é submetido à lei da desigualdade-contradição-subordinação que caracteriza o complexo das formações ideológicas. Segundo o autor, a objetividade material contraditória do interdiscurso “reside no fato de que ‘algo fala’ (ça parle) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 149). Assim, o autor considera como partes constitutivas do interdiscurso os elementos denominados de pré-construído e a articulação:

O “pré-construído” corresponde ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”), ao passo que a “articulação” constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 151).

A partir desse conceito de interdiscurso e dos estudos de Michel Foucault, em *Arqueologia do Saber* (1969), especialmente no que diz respeito aos conceitos de enunciado e de arquivo, Courtine (2009 [1981]), em sua tese intitulada *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, cunha o conceito de memória discursiva no âmbito da Análise de Discurso. Para o autor, essa noção parece subjacente à análise das formações discursivas que Foucault (1969) efetua, segundo a qual toda formulação possui em seu domínio associado outras formulações que ela repete, transforma, refuta, em relação às quais possui efeitos de memória específicos. Assim, Courtine (2009 [1981]) define memória

como aquilo que diz respeito à “existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos” (COURTINE, 2009 [1981], p. 106), buscando compreender como a memória coletiva, no âmbito de uma Formação Discursiva, permite repetição, lembrança, refutação e, ao mesmo tempo, esquecimento dos enunciados e transformação de sentidos já cristalizados anteriormente.

Para responder a tais questões, Courtine (2009 [1981]) destaca que a existência de uma FD como “memória discursiva” e a caracterização de “efeitos de memória” em discursos produzidos em determinada conjuntura histórica devem estar associadas aos níveis de descrição do enunciado e das formulações, assim como à pluralidade dos tempos históricos. O autor defende ainda que os enunciados existem no tempo longo de uma memória, enquanto que as formulações são tomadas no tempo curto da atualidade de uma enunciação. Nessa perspectiva, ainda segundo o autor:

[...] a relação entre interdiscurso e intradiscurso que se representa nesse particular discursivo, por ocasião da qual uma formulação-origem retorna na atualidade de uma ‘conjuntura discursiva’, e que designamos efeito de memória (COURTINE, (2009 [1981], p. 106).

Para Courtine (2009 [1981]), é no interdiscurso de uma FD que se constitui o saber próprio dessa FD. Este funciona delimitando seu interior de seu exterior, mas não consiste num limite traçado, tendo em vista que se desloca, se inscreve em diversas formações discursivas por conta das disputas ideológicas e das transformações que fazem parte de uma determinada formação social. Nesse sentido, ainda segundo o autor, o interdiscurso de uma FD deve ser pensado como uma reconfiguração incessante na qual o saber de uma FD é levado a incorporar elementos pré-construídos, produzir sua redefinição, ao mesmo tempo em que pode provocar sua repetição, assim como seu esquecimento, apagamento ou denegação.

O interdiscurso, segundo Courtine (2009 [1981]), está numa dimensão vertical, interdiscursiva, em que temos todos os já ditos e esquecidos em uma estratificação de enunciados, ao passo que o intradiscurso, relacionado ao nível da formulação, está numa dimensão horizontal, funcionando como o lugar onde ocorre a sequencialização do saber, onde o desnivelamento interdiscursivo dos enunciados está linearizado. Assim, é possível que formulações já enunciadas retornem e sejam reformuladas na forma de uma memória que irrompe na atualidade de um acontecimento.

No livro *O discurso: estrutura ou acontecimento?*, Michel Pêcheux (2008 [1983a]) apresenta a noção de discurso como estrutura e acontecimento a partir da análise do

enunciado *on a gagné* [“Ganhamos”], tal como este atravessou a França no dia 10 de maio de 1981 por ocasião da vitória de Francois Mitterand nas eleições presidenciais. Tal enunciado, segundo Pêcheux, é um acontecimento, pois funciona como o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória. Esse enunciado, ainda segundo o autor, constitui uma retomada direta, no campo político, do grito coletivo de torcedores que festejam a vitória de suas equipes em estádios de futebol. Pêcheux defende que tal enunciado, no mundo esportivo, apresenta uma aparente univocidade lógica, ao passo que, no campo político, é profundamente opaco:

[...] sua materialidade léxico sintática [...] imerge esse enunciado em uma rede de relações associativas implícitas [...], em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável (PÊCHEUX, 2008 [1983a], p. 23).

Desse modo, segundo o autor, a interpretação político-esportiva do enunciado *on a gagné* [“Ganhamos”] não funciona como proposição estabilizada que designa um acontecimento como um ponto em um espaço de disjunções lógicas. É preciso, segundo ele, considerar o equívoco da formulação. A partir do exemplo apresentado, o autor levanta a questão do estatuto das discursividades que “trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc.) e formulações irremediavelmente equívocas” (PÊCHEUX, 2008 [1983a], p. 28), que abrem espaço para a interpretação.

Ao tratar do discurso como estrutura e como acontecimento, Pêcheux (2008 [1983a]) apresenta uma nova maneira de se trabalhar com as materialidades discursivas, distanciando-se das ciências régias. Contudo, ainda segundo o autor, para que essa nova forma de fazer análise funcione, é necessário cumprir algumas exigências que se impõem. A primeira delas é dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas, pois, na perspectiva de Pêcheux (2008 [1983a]), essa descrição supõe o reconhecimento de um real específico sobre o qual a descrição se instala, o real da língua. A segunda exigência diz respeito, justamente, à descrição do enunciado, tendo em vista a defesa de que toda descrição está exposta ao equívoco da língua. Assim, para Pêcheux (2008 [1983a]):

[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois linguisticamente descritível como uma série (léxico-

sintaticamente determinada) de pontos de deriva passíveis, oferecendo lugar à interpretação (PÊCHEUX, 2008 [1983a], p. 53).

A terceira exigência está relacionada à questão da discursividade como estrutura ou como acontecimento. Para Pêcheux, o discurso não é independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas, pelo contrário, “só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos (PÊCHEUX, 2008 [1983a], p. 54). Assim, o autor supõe uma posição de trabalho em que se possa detectar os momentos de interpretação enquanto atos que surgem como tomadas de posição por meio das descrições regulares de montagens discursivas (PÊCHEUX, 2008 [1983a], p. 54).

Em *Papel da Memória* (1999 [1983b]), Pêcheux argumenta que há uma tensão contraditória no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória, visto que há acontecimentos que não chegam a se inscrever e outros que são absorvidos na memória, como se não tivessem ocorrido. Para o autor, sob o peso do acontecimento discursivo novo, haveria um jogo de forças na memória, tendo em vista que ela pode absorver o acontecimento, mantendo a regularização, mas este também pode provocar desregulação e deslocamento dos implícitos associados à regularização anterior.

Essa memória, na perspectiva de Pêcheux (1999 [1983b]), pode ser compreendida a partir da noção de regularização, considerando que a repetição provoca uma regularização de sentidos, mas, ao mesmo tempo, pode levar a deslizamentos, ressignificações e, conseqüentemente, a uma quebra na regularização de sentidos. Segundo Pêcheux (1999[1983b]), por isso mesmo, a memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo teria um sentido homogêneo, visto que ela é “necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1999 [1983b], p. 56).

Diante desses pressupostos teóricos, pode-se dizer que falar de acontecimento discursivo implica falar em tensão entre repetibilidade (memória) e ruptura (novo), que faz produzir novos sentidos do mesmo enunciado. Desse modo, como afirma Indursky (2003), “um acontecimento discursivo rompe com a inscrição na ordem da repetibilidade, mas não tem como apagar a memória, a ressonância do sentido-outro” (INDURSKY, 2003, p. 107). Segundo a autora, nessa ruptura daquilo que é repetível, uma nova ordem se instaura, reorganizando a memória e organizando uma nova estrutura vertical que não deixa de manter

relações com a estrutura com a qual rompeu. Ainda segundo Indursky (2003), a estrutura, ao mobilizar a memória discursiva, trabalha com o repetível inscrito em um tempo de longa duração, ao passo que “o *acontecimento discursivo* trabalha com a ruptura do mesmo, com a instauração do novo, inscrevendo-se em uma outra espécie de tempo, de curta duração” (INDURSKY, 2003, p. 108).

Os conceitos de Formação Discursiva, Formação Ideológica e Intradiscurso - postulados por Pêcheux (2014 [1975]) - foram apresentados, aqui, para indicar um percurso teórico da Análise de Discurso (AD). Com base na reconfiguração do quadro epistemológico da teoria, na qual há uma desconstrução do fechamento das maquinarias discursivas e a acentuação o primado do outro sobre o mesmo, consideramos, nesta pesquisa, a noção de discurso enquanto estrutura e acontecimento, conforme Pêcheux (2008 [1983 a]).

Partindo desses postulados teóricos, dos trabalhos de Lessa (2014) e de Brito (2016), podemos supor⁴⁴, que toda eleição no Brasil, após a democratização, se constitui como acontecimento discursivo, na perspectiva de Pêcheux (2008 [1983a]), tendo em vista que cada eleição tem em si uma memória e uma atualidade. Nesse sentido, achamos necessário fazer uma discussão da campanha presidencial de 2018 como acontecimento discursivo, mesmo que este não seja o ponto central do trabalho, para que possamos, a partir da caracterização desse acontecimento, trabalhar a nossa hipótese referente ao que é peculiar a esta eleição, que é o funcionamento discursivo do porta-voz, no entrecruzamento do discurso político com o discurso religioso, conforme mostraremos na terceira seção. Vejamos como se dá o encontro entre memória e atualidade, que, como dito, constitui o acontecimento discursivo, nos dados abaixo.

2.2.2.2 *Campanha eleitoral na mídia e nas redes sociais dos candidatos*

Nesta subseção, considerando os pressupostos teóricos acima, apresentamos 06 (seis) excertos de textos que discursivizaram as eleições presidenciais de 2018 e que foram publicados em diferentes veículos de mídia digital e 10 (dez) publicações feitas pelos presidentiáveis Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT) na rede social *Twitter*, durante a campanha eleitoral. Como partimos do pressuposto de que a campanha eleitoral de 2018 funciona tanto como um acontecimento histórico quanto como um acontecimento discursivo,

⁴⁴ Dizemos “supor” porque o objetivo deste trabalho não é problematizar e/ou hipotetizar acerca das eleições como acontecimento, mas, como dito anteriormente, esse é um pressuposto do qual partimos.

objetivamos mostrar de que forma se dá a relação discursiva entre memória e atualidade nas formulações, que são opacas, constituídas pela falha, pelo equívoco. Os excertos foram separados em dois blocos, a saber: (i) Campanha eleitoral na mídia; (ii) Campanha eleitoral nas redes sociais dos candidatos. Esse último bloco foi subdividido em duas séries de formulações linguísticas: (a) Publicações do candidato Jair Bolsonaro; (b) Publicações do candidato Fernando Haddad.

(i) Campanha eleitoral na mídia

Com o objetivo de mostrar como a mídia inscreve a campanha eleitoral de 2018 como um acontecimento discursivo, pesquisamos reportagens que têm como tema a referida campanha. A escolha pelas mídias eletrônicas se deu pela facilidade de acesso aos dados e pela velocidade na disseminação das informações, as quais atingem um maior número de pessoas em menos tempo. Apresentamos, a seguir, excertos de reportagens que, em alguma medida, apresentam uma relação entre memória e atualidade ao tratar das eleições presidenciais de 2018, veiculadas nos sites *BBC News Brasil* e *El País Brasil*⁴⁵.

Excerto 1: O primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras sinaliza a **dissolução das atuais lealdades partidárias-eleitorais** e mostra uma **“troca de guarda” na representação da direita brasileira**. E a disputa do segundo turno entre Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT) ainda está em aberto (*BBC News*, 07/10/2018, grifo nosso).

O excerto trata do resultado do primeiro turno das eleições 2018. Na primeira oração, o substantivo “dissolução”, utilizado como complemento da forma verbal “sinaliza”, indica a existência de uma fidelidade por parte dos eleitores a determinados partidos políticos no Brasil, fidelidade esta que estaria sendo quebrada, segundo o resultado do primeiro turno das eleições. Do mesmo modo, o núcleo do objeto direto do verbo “mostra”, representado pela expressão “troca de guarda”, aponta para a existência de uma hegemonia de determinada ideologia de direita nas eleições presidenciais brasileiras. Segundo Bresser-Pereira (2007), a direita se configura como um conjunto de forças políticas que “luta sobretudo por assegurar a

⁴⁵ Sabemos que é possível analisar os atravessamentos discursivos dessas diferentes mídias, tendo em vista que enunciam a partir de lugares ideologicamente marcados e, portanto, ocupam determinadas posições-sujeito. Entretanto, como não é o objetivo deste trabalho analisar tal aspecto, não abordaremos as diferenças entre as posições-sujeitos ocupadas pelos veículos de divulgação de notícias aos quais recorreremos.

ordem, dando prioridade a esse objetivo enquanto a esquerda reúne aqueles que estão dispostos, até certo ponto, a arriscar a ordem em nome da justiça” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 26). Para o autor, a direita defende um papel de Estado mínimo, restrito à manutenção da ordem pública, dando preponderância ao mercado na organização da vida social, ao passo que a esquerda atribui ao Estado a responsabilidade pela redução da injustiça social.

Na perspectiva de Bresser-Pereira (2006), não existem grupos políticos de centro nas sociedades modernas e, aqueles que assim se autodenominam são, na verdade, de direita. Segundo o autor, a dicotomia entre direita e esquerda deve ser transformada numa “escala ideológica que vai da extrema direita para a extrema-esquerda, passando por direita, centro-direita, centro-esquerda e esquerda” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 31). Assim, segundo o autor, como o centro é inexistente nessa escala ideológica, ou um grupo político é de esquerda ou é de direita. Nesse sentido, podemos dizer, então, que, no Brasil, essa dicotomia foi constituída nas eleições de presidenciais de 1994 a 2014 pelos partidos PSDB (classificado ora como centro; ora como centro-direita) e pelo PT, partido tido como de esquerda ou como de centro-esquerda.

Considerando que a direita foi representada, durante esse tempo, nos polos de disputa presidencial, pelo PSDB, podemos afirmar que a materialidade linguística do excerto 1 retoma a memória discursiva das eleições anteriores à eleição de 2018, ao mesmo tempo que instaura o efeito de novidade, isto é, os termos “dissolução” e “troca de guarda”, que estão em relação parafrástica, indicam, também, o surgimento de uma nova direita como preferência dos eleitores, representada no pleito eleitoral em questão pelo candidato do PSL.

Segundo Miguel (2018), durante os anos em que o PT governou o Brasil, o PSDB liderou a direita, que, por sua vez, encontrou espaço para a radicalização. Conforme o autor, existe a confluência de diversos grupos na composição dessa nova direita, sendo que os setores mais extremados incluem três principais vertentes: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e uma reciclagem do antigo anticomunismo⁴⁶. Para Miguel (2018),

⁴⁶ Segundo Miguel (2018): a) a primeira vertente prega o Estado mínimo e defende que qualquer situação que surja de mecanismos de mercado é justa por definição, mesmo que seja desigual; b) a segunda vertente se define pela percepção da existência de uma verdade anuladora de qualquer possibilidade de debate, fazendo oposição a questões como aborto, políticas de combate à homofobia dentre outros temas conservadores; c) a terceira vertente recicla o anticomunismo, que ganhou uma nova roupagem na América Latina no Brasil, visto que “a ameaça passou a ser o ‘bolivarianismo’ venezuelano” (MIGUEL, 2018. p. 19) e o PT, que, ao ser considerado uma encarnação do comunismo no Brasil, gerou uma sobreposição entre anticomunismo e antipetismo.

tais vertentes não são estanques, tendo em vista que tendem a reunir forças para combater o debate em torno de pautas progressistas de esquerda. Na perspectiva de Casimiro (2018), a direita foi, paulatinamente, substituindo uma postura mais técnica e contida por uma postura mais agressiva, com forte apelo à pauta moralista.

No caso do excerto 1, então, o uso dos termos “dissolução” e “troca de guarda” produz, também, o efeito-sentido de mudança ideológica, visto que, diferentemente do PSDB, o PSL, representante dessa nova direita nas eleições de 2018, para além do liberalismo econômico, defende o conservadorismo nos costumes. Desse modo, podemos dizer que, como afirmam Possenti e Motta (2011), mesmo que haja uma defesa, principalmente em época de eleição, de que não existem mais conflitos ideológicos entre os diferentes candidatos e partidos, “contrariamente ao discurso do fim das ideologias (ou da história), as diferenças ideológicas estão vivas” (POSSENTI; MOTTA, 2011, p. 209). Vejamos, agora, o próximo excerto.

Excerto 2: Confirmado como o nome do PT para disputar a Presidência da República **a menos de um mês do primeiro turno**, Fernando Haddad encampou uma ousada estratégia eleitoral **no momento mais delicado da história do partido**. A partir de agora, no segundo turno, sua tarefa não será menos complexa: **contra a enorme onda antipetista que cresce desde 2014**, tentará ser eleito explorando exatamente **a rejeição de seu adversário**, Jair Bolsonaro (PSL), **tão alta quanto a sua**, além de lançar um apelo pela formação de uma frente democrática para, como diz, barrar o que considera a “barbárie” (*BBC News*, 07/10/10, grifo nosso).

No primeiro período desse excerto, a memória indica que o PT passa por um momento político difícil. A expressão “momento mais delicado da história do partido” diz respeito à atualidade da campanha eleitoral de 2018, na qual o partido enfrentou a impugnação da candidatura de Lula e, por consequência, o início tardio, marcado linguisticamente pela expressão “a menos de um mês do primeiro turno”, da campanha do seu substituto, Fernando Haddad. Mas, ao mesmo tempo, remete a outros momentos delicados da história do partido que antecederam as eleições de 2018, como, por exemplo, escândalos de corrupção, manifestações populares, *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, prisão e condenação do ex-presidente Lula, dentre outras questões.

No segundo período, a expressão “contra a enorme onda antipetista que cresce desde 2014” materializa um pré-construído segundo o qual há um movimento antipetista em crescimento no Brasil desde 2014. Esse movimento foi apontado na pesquisa de Brito (2016), segundo a qual, nas eleições de 2014, o Brasil ressurgiu dividido politicamente entre petismo

e antipetismo, assim como estiveram em funcionamento as posições-sujeito do “eleitor petista” e a do “eleitor antipetista”. No excerto em análise, a expressão “rejeição de seu adversário”, referindo-se a Jair Bolsonaro, comparada à rejeição de Fernando Haddad, por meio da expressão comparativa “tanto quanto a sua” retoma essa memória da polarização.

As formulações citadas indicam, portanto, que as eleições de 2018 inscrevem-se em uma rede de memória, mas também instauram o novo (a rejeição ou a simpatia pelo candidato Jair Bolsonaro), que é algo que não se mostrou em outros momentos. A partir da atualização de uma memória, cria-se, também, o efeito-sentido de uma nova polarização, isto é, não se trata mais da polarização entre PT/PSDB, mas de um embate ideológico entre progressistas e reacionários, representado, no excerto 2, pela relação dicotômica estabelecida entre os termos “frente democrática” e “barbárie”. Passemos à apresentação do próximo excerto:

Excerto 3: Mais ainda, sobre **estas eleições** se abatem já as nuvens negras de um **novo impeachment** caso Lula seja impedido de participar, já que foi cunhado o slogan “**eleição sem Lula é fraude**”, porque impediria 30% da população, a parcela que declara voto nele, de escolher o seu candidato. Na outra margem, ecoa também slogan inverso: “**Eleição com Lula é fraude**”, já que a lei da Ficha Limpa o impede de concorrer (*El País*, 15/08/18, grifo nosso).

O excerto acima materializa um efeito da memória sobre a atualidade na medida em que o texto do *El País* estabelece uma relação entre as eleições de 2018, referenciadas pela expressão “estas eleições”, e o tema do *impeachment* presidencial. O uso do adjetivo “novo”, usado para qualificar o substantivo “*impeachment*”, indica que tal processo já ocorreu em outros momentos da história do Brasil, remetendo, portanto, aos processos sofridos pelos presidentes Fernando Collor de Mello (PRN), em 1992, e Dilma Rousseff (PT), em 2016. Além disso, há uma retomada da memória referente à condenação do ex-presidente Lula, o que se dá por meio dos *slogans* “eleição sem Lula é fraude” e “Eleição com Lula é fraude”. O primeiro enunciado linguístico foi posto em circulação em meio ao processo de investigação da Operação Lava Jato, no qual Lula era investigado, e foi repetido nas ruas, nos meios midiáticos, nos manifestos em diferentes momentos.

Considerando que, conforme Indursky (2003), na repetição pode haver ressignificação, deslizamento de sentidos, quebra de regularização de sentidos, podemos afirmar que houve um deslizamento de sentido do enunciado “Eleição sem Lula é fraude” ao ser repetido por meio do enunciado “eleição com Lula é fraude”. Essa repetição produziu um efeito de confronto discursivo que marca a posição-sujeito petista e a posição-sujeito antipetista. Desse modo, o excerto se inscreve em uma rede de formulações que precede as eleições de 2018 e,

ao mesmo tempo, aponta uma ruptura com essa rede com a qual se relaciona, fazendo com que o sentido derive e se torne outro. Essa ruptura está na base do que Pêcheux (2008 [1983a]) designa como acontecimento discursivo. A seguir, apresentamos mais um excerto:

Excerto 4: Um dos apelos que **alguns dos aliados** fazem ao candidato é para que Haddad **seja mais “ele mesmo”, deixando de lado – ou ao menos minimizando – a imagem do PT**. Há, ainda, quem defenda a necessidade de uma **autocrítica sobre os erros de Lula e do partido**, acenos ao centro – o que parece inevitável -, além de um **afastamento da imagem de Lula** (condição que é reforçada nas críticas dos adversários) (*BBC News*, 07/10/2018, grifo nosso).

Esse excerto indica a vinculação da imagem do candidato Fernando Haddad às imagens do PT e de Lula. As expressões “deixando de lado – ou ao menos minimizando – a imagem do PT” e “afastamento da imagem de Lula” retomam uma memória segundo a qual tanto o PT quanto Lula estão com a imagem abalada. Essa memória, que remete à crise política vivenciada pelo partido nos últimos anos e à condenação do ex-presidente, por envolvimento em casos de corrupção, é atualizada por meio da expressão “erros de Lula e do Partido”, presente na segunda oração do excerto. Assim, a condição estabelecida para que Haddad obtenha sucesso nas eleições é que este se desvincule dessas duas imagens negativas, segundo o excerto em análise.

Além disso, a expressão “seja mais ele mesmo” produz o efeito de deriva em relação à existência ou não de uma imagem própria do candidato Fernando Haddad. Essa questão remete ao logotipo “Haddad é Lula”⁴⁷, cujo efeito-sentido se materializa por meio de um efeito metafórico em que há o estabelecimento de uma relação entre o candidato “Haddad” e o ex-presidente “Lula”, o que indica que um sujeito político pode ser tomado pelo outro e, portanto, votar em Haddad significa votar em Lula. Desse modo, podemos dizer que a memória se atualiza na campanha eleitoral, (re)produzindo sentidos, o que, mais uma vez, inscreve a referida campanha como um acontecimento discursivo. O próximo excerto

⁴⁷ O logotipo “Haddad é Lula” foi usado na propaganda eleitoral do candidato do PT, Fernando Haddad, durante a campanha do primeiro turno. A utilização do nome do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nesse logotipo foi contestada na Justiça Eleitoral pelos candidatos João Amoêdo (NOVO) e Jair Bolsonaro (PSL), com a alegação de que o uso do nome do ex-presidente poderia confundir os eleitores sobre quem seria, de fato, o candidato. Porém, em 26 de setembro de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitou as ações movidas pelos candidatos e decidiu, por 6 votos a 1, autorizar a veiculação do nome de Lula no logotipo “Haddad é Lula”, da coligação “O Povo Feliz de Novo” (PT/ PC do B/PROS). Informação obtida em: <https://cutt.ly/Kf31VMO>. Acesso em: 01/06/2020.

estabelece uma relação entre o antipetismo e o receio pela possibilidade de retorno do regime militar. Vejamos:

Excerto 5: Brasil vai às urnas guiado pelo ódio ao PT e o medo de Bolsonaro

Candidato do PSL e Fernando Haddad lideram as pesquisas nas eleições **mais emocionais da democracia**, que despertaram **temor do retrocesso com o ex-militar** e da **volta da corrupção com petista** (*El País*, 07/10/18, grifo nosso).

No excerto acima, o título “Brasil vai às urnas guiado pelo ódio ao PT e o medo de Bolsonaro” indica a existência de uma polarização entre os candidatos Fernando Haddad e Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, produzindo um efeito-sentido de rejeição às duas candidaturas, marcado pelos substantivos “ódio” e “medo”, presentes na formulação. Essa polarização está marcada linguisticamente na apresentação de dois temores: “retrocesso com o ex-militar”, que remete à memória da ditadura militar; e “volta da corrupção”, que atualiza a memória dos casos de corrupção em que o PT esteve envolvido no período em que governou o Brasil, um dos principais motivos utilizados para justificar o movimento antipetista no país. As expressões “retrocesso com o ex-militar”, “mais emocionais da democracia” e “volta da corrupção” funcionam como um efeito de memória que incide sobre a atualidade, mobilizam sentidos já ditos e, ao mesmo tempo, provocam uma ruptura, instituindo o novo. Nesse caso, a novidade é marcada na formulação linguística “mais emocionais da democracia”, que, a partir da retomada de uma memória, inscreve as eleições de 2018 como algo inédito. Abaixo, segue mais um excerto que retoma a memória da ditadura militar.

Excerto 6: Vale tudo menos o PT, mesmo que Bolsonaro traga com ele um time de militares para o Governo num país mal resolvido com os ecos da ditadura, que deseje mexer na formação escolar “expurgando Paulo Freire”, ou trate de maneira vulgar as minorias do Brasil (*El País*, 07/10/18, grifo nosso).

Nesse excerto, é estabelecida uma relação concessiva entre a primeira e as demais orações, o que se dá por meio do uso da locução adverbial “mesmo que”. Assim, ainda que a vitória de Bolsonaro represente a possibilidade da volta da ditadura militar, a extinção da pedagogia de Paulo Freire no sistema educacional e o desrespeito às minorias, conforme indicam as orações subordinadas que compõem este período, tal vitória é mais válida do que a volta do PT. Esse discurso é marcado linguisticamente pela oração “Vale tudo menos o PT”, em que o uso do pronome indefinido “tudo”, indica, também, que qualquer outro político ou qualquer outro projeto seria aceito no lugar do PT, produzindo um efeito de rejeição ao

Partido, marcado linguisticamente pelo advérbio “menos”. O uso da expressão “país mal resolvido com os ecos da ditadura” indica um pré-construído de que o Brasil ainda não superou os efeitos causados por esse regime ditatorial. É por meio da retomada dessa memória, assim como de dizeres e de ações atribuídos a Jair Bolsonaro em outros momentos da história, que o discurso antipetista é atualizado nesse excerto, ainda que em tom de ironia, a qual se marca tanto pela expressão “vale tudo menos o PT” quanto pelo uso das expressões “mal resolvido”, “expurgando Paulo Freire” e “trate de maneira vulgar”, que revelam certa discordância em relação ao que está sendo apresentado como solução contra o PT.

No bloco seguinte, apresentamos publicações dos candidatos Jair Bolsonaro e Fernando Haddad feitas nas suas redes sociais oficiais.

(ii) Campanha eleitoral nas redes sociais dos candidatos

Ao descrevermos as eleições de 2018 no tópico 2.2.1, mostramos que os candidatos fizeram amplo uso das redes sociais como ferramenta para realização da campanha eleitoral. Dentre elas, as mais utilizadas foram o *Facebook* e o *Twitter*, motivo pelo qual as publicações dessas redes foram escolhidas para compor o *corpus* deste trabalho. Os excertos apresentados abaixo foram publicados no *Twitter*⁴⁸ pelos candidatos que disputaram o segundo turno das eleições.

Com o objetivo de medir o grau de influência dos candidatos à presidência nas redes sociais, a empresa de marketing de influência, *Airfluencers*, realizou uma pesquisa faltando duas semanas para as eleições. O resultado desse levantamento indicou que o candidato Jair Bolsonaro liderava em número de seguidores nas principais redes sociais (*Facebook*, *Twitter* e *Instagram*), somando um total de 10,5 milhões de seguidores. Em relação aos *posts*, a pesquisa mostrou que, em três dias, 181.563 citaram “Bolsonaro”, enquanto que 106.999 mencionaram “Haddad” e a #Elenão foi citada 28.855 vezes⁴⁹.

Sobre as publicações dos próprios candidatos no *Twitter*, Coelho (2019) mostra que, no primeiro turno, Jair Bolsonaro postou um total de 425 *tweets*, enquanto o candidato

⁴⁸ Essa rede permite publicações de até 280 caracteres, imagens, vídeos, áudios, além de possuir a função do *retweet*, que possibilita a republicação de um *tweet* feito pelo próprio usuário ou por outra pessoa. Além disso, o *Twitter* possui as *hashtags*, que são utilizadas para marcar alguma publicação ou reunir postagens referentes ao mesmo tema, e os *trending topics*, que reúnem as palavras mais mencionadas no *Twitter* num mesmo momento. Todas essas funções, além de possibilitar uma interação mais rápida e dinâmica entre os usuários, permitem a aferição do grau de influência dos membros dessa rede. Informação obtida em: <https://cutt.ly/LlfpA7A>. Acesso em: 01/08/2020.

⁴⁹ Informação obtida em: <https://cutt.ly/Hf31MKB>. Acesso em: 01/08/2020.

Fernando Haddad publicou 804 *tweets*. Durante a campanha do segundo turno, segundo a autora, Jair Bolsonaro postou 353 *tweets* ao passo que Fernando Haddad postou 574 *tweets*. Além disso, a autora mostra que, por mais que Bolsonaro tenha postado menos que o seu adversário, foi o candidato que atingiu um maior engajamento, o qual não é sinônimo de participação ou troca de ideias políticas, tendo em vista que pode ser gerado por um simples “bom dia” aos seguidores ou pela divulgação de vídeos ou imagens.

Nos blocos seguintes (a e b), apresentamos algumas publicações dos referidos candidatos. Vejamos, inicialmente, os *tweets* publicados por Jair Bolsonaro em sua página oficial.

a) Publicações do candidato Jair Bolsonaro (PSL)

Excerto 7: É inegável o caráter criminoso do PT. Aliança com a ditadura cubana, venezuelana, **mensalão, Tesoureiros presos, marketeiros presos, presidentes presos**, e agora um **candidato que recebe ordens de um corrupto condenado preso**. Coloca qualquer **facção criminosa** no bolso (*Twitter*, 01/10/18, grifo nosso).

Excerto 8: BRASIL: Um povo esgotado de pagar impostos e não ter respostas, **dilacerado pelos maiores escândalos de corrupção da história protagonizados pelo partido do líder que continua dando ordens de dentro da cadeia**. Transborda no brasileiro o sentimento angustiante de **mudança**. #Ptnão (*Twitter*, 18/10/18, grifo nosso).

Excerto 9: O Brasil é gigante e honesto. O cidadão não aguenta mais ser massacrado enquanto premiam malfeitores. **Não merecemos ser governados de dentro da cadeia ou por seus alinhados políticos**. De Norte a Sul, a população exige mudanças urgentes! Estamos juntos nessa! (*Twitter*, 05/10/18, grifo nosso).

Excerto 10: A escolha é dos senhores. Serem governados por **alguém limpo ou pau mandado de preso por corrupção!** (*Twitter*, 08/10/18, grifo nosso).

Excerto 11: Essa história de o **fantoche de corrupto** admitir erros do seu partido é pra boi dormir. **A corrupção nos governos Lula/Dilma não era caso isolado, era regra para governar**. Por isso estão presos presidente, tesoureiros, ministros marketeiros, etc, além de tantos outros investigados (*Twitter*, 16/10/18, grifo nosso).

Na materialidade dessas formulações, são produzidos efeitos-sentido sobre política brasileira, sobre o PT e sobre os sujeitos políticos Lula e Fernando Haddad a partir de repetições, retomadas, atualizações e ressignificações de já-ditos.

A série de formulações de 7 a 11 materializa um discurso segundo o qual o PT é um partido corrupto, uma vez que atualiza a memória dos escândalos de corrupção em que o PT esteve envolvido durante os governos Lula e Dilma, como aponta, por exemplo, a formulação 7, por meio dos termos “mensalão”, “Tesoureiros presos”, “marketeiros presos”, “presidente preso”, e a formulação 8, por meio da expressão “maiores escândalos de corrupção da história protagonizados pelo partido”. Nesse sentido, o Partido dos Trabalhadores é discursivizado como um partido criminoso, conforme indicam as nomeações “caráter criminoso do PT” e “facção criminosa”, presentes no excerto 7.

Essas formulações retomam, também, a memória referente à prisão do ex-presidente Lula. Assim, no jogo metafórico entre as formulações, é estabelecida uma relação de vinculação direta entre Lula, PT e casos de corrupção. Desse modo, a referência ao sujeito político Lula como “corrupto condenado preso” (7) e “líder que continua dando ordens de dentro da cadeia” (8) produz o efeito-sentido de Lula como um político corrupto, além de associar a imagem do ex-presidente a uma posição-sujeito de liderança. Portanto, votar no PT, nas eleições de 2018, significaria votar em Lula, uma vez que, ainda segundo o discurso materializado no excerto, o país seria governado por ele (Lula), caso o candidato do PT, Fernando Haddad, fosse eleito, como indica a oração “Não merecemos ser governados de dentro da cadeia ou por seus alinhados políticos” (9).

A associação da imagem do ex-presidente Lula a uma posição-sujeito de liderança, no contexto da campanha eleitoral de 2018, apresentada nessas formulações, produz, também, um efeito de apagamento da imagem de Fernando Haddad e de contestação da força política do referido candidato. As nomeações do candidato Fernando Haddad como “candidato que recebe ordens de um corrupto condenado preso” (7); “pau mandado de preso por corrupção” (10); “fantoche de corrupto” (11) indicam que, para o discurso materializado nos referidos excertos, o candidato não tem identidade própria nem legitimidade, podendo ser facilmente manipulado, tendo em vista o uso os substantivos “pau mandado”, que se refere à pessoa que obedece a ordens sem contestação, e “fantoche”, cujo sentido está relacionado ao indivíduo que se deixa manipular facilmente.

Nessa série de excertos, há uma relação entre memória e atualidade, pois a construção da imagem do PT e dos sujeitos políticos Lula e Haddad se dá por meio do retorno e, ao mesmo tempo, da atualização de uma memória acerca dos casos de corrupção envolvendo o PT, assim como da prisão do ex-presidente Lula e de outros membros do referido partido. Desse modo, podemos dizer que a memória se atualiza nas formulações analisadas,

produzindo um efeito de rejeição ao PT. Vejamos, a seguir, os *tweets* publicados por Fernando Haddad, em sua página oficial.

b) Publicações do candidato Fernando Haddad (PT)

Excerto 12: O PT nunca violou o princípio democrático nos anos em que governou o país. **Nenhuma instituição democrática foi enfraquecida.** Quem tem de explicar o passado é meu adversário **que defende a ditadura**, que **afirmou que a ditadura errou por torturar e não matar** (*Twitter*, 14/10/18, grifo nosso).

Excerto 13: Meu adversário defende torturador até hoje, mesmo sabendo que nos **porões da ditadura** aconteciam estupros contra as mulheres presas (*Twitter*, 10/10/18, grifo nosso).

Excerto 14: Estamos alertando o Brasil. Meu adversário tem como principal herói o mais bárbaro torturador da ditadura militar. Ele **não respeita a redemocratização.** As qualificações dele não o habilitam pra governar o país em uma democracia. #HaddadNoRodaViva (*Twitter*, 22/10/18, grifo nosso).

Excerto 15: Vamos trabalhar até sábado para evitar o pior. Bolsonaro é arrogante, já está preparando transição com o Temer, mas quem decide é o povo domingo. Chamo ele de soldadinho de araque porque não coloca medo em ninguém. **O que dá medo é o que vem por trás dele, os porões da ditadura** (*Twitter*, 24/10/18, grifo nosso).

Excerto 16: A democracia está em risco. O deputado Jair Bolsonaro está sendo condenado diariamente pela Justiça Eleitoral a retirar as difamações que faz contra mim. E agora sabemos que ele está produzindo e distribuindo isso com dinheiro sujo (*Twitter*, 18/10/18, grifo nosso).

A série de excertos de 12 a 16 aponta para a vinculação do PT e do candidato Fernando Haddad à democracia e, ao mesmo tempo, por um efeito de memória sobre a atualidade, associa a imagem do candidato Jair Bolsonaro a regimes ditatoriais.

No excerto 12, o uso das expressões “nunca violou o princípio democrático” e “nenhuma instituição democrática foi enfraquecida” atribui ao PT um caráter democrático. O advérbio de negação “nunca” e o pronome indefinido “nenhuma” materializam o efeito-sentido de que esse caráter democrático faz parte do modo petista de governar. Além disso, essas formulações materializam um pré-construído, criado na/pela negação polêmica, segundo o qual existe um discurso que é antidemocrático. Isso permite ao menos duas interpretações: i) que o PT é acusado de ser antidemocrático e, nessas formulações, o candidato se defende e defende seu partido; ii) que antidemocrático é o partido/candidato adversário, na medida em

que é referido na formulação como aquele que defende a ditadura militar. A memória discursiva nos indica que essa segunda interpretação é a que se relaciona melhor com o cenário político-partidário de 2018. Contudo, não há nada que impeça o (e)leitor de assumir outro lugar interpretativo e dizer coisas como: “o candidato do PT está querendo negar que o partido é antidemocrático”. E isso só é possível porque a língua é opaca e o sentido não é transparente. A escolha pelo termo “ditadura”, e não outro, indica a atualização de uma memória de crítica e oposição às práticas e aos apoiadores do referido regime.

Nas formulações 13 e 14, a memória atualiza sentidos já-ditos em relação à ditadura militar, ao elencar algumas práticas de tortura realizadas durante o referido regime. As orações “Meu adversário defende torturador” (13) e “Meu adversário tem como principal herói o mais bárbaro torturador da ditadura militar” (14) remetem, também, à histórica sessão de votação pela admissibilidade da abertura do processo de *Impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados Federais, quando, ao declarar seu voto, o então deputado federal Jair Bolsonaro homenageou o coronel militar Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe do DOI-Codi do II Exército, em São Paulo, condenado por comandar atos de tortura durante o regime militar⁵⁰, que é o oposto do regime democrático atual do Brasil. Assim, a memória da ditadura é atualizada nessas formulações para associar o sujeito político Jair Bolsonaro a uma posição-sujeito marcada por um funcionamento discursivo de extrema-direita, ligado aos regimes políticos autoritários e ditatoriais.

Esse funcionamento está presente nas formulações 15 e 16, nas quais o candidato Jair Bolsonaro é discursivizado como uma ameaça à democracia, visto que a sua vitória significaria a possibilidade da volta do regime militar. Esse sentido está materializado nas formulações “O que dá medo é o que vem por trás dele, os porões da ditadura” (15) e “A democracia está em risco” (16). Assim, ao mesmo tempo em que a relação da memória com a atualidade permite a construção de efeitos-sentido segundo os quais o PT e o candidato Fernando Haddad possuem caráter democrático e contrário às Ditaduras, essa memória materializa efeitos-sentido que conferem ao candidato Jair Bolsonaro um caráter negativo, de

⁵⁰ Na justificativa do seu voto, o então deputado Jair Bolsonaro enalteceu o regime militar e fez referência às torturas sofridas por Dilma Rousseff durante o período em que ela esteve presa por lutar contra a ditadura militar: "Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim". Segundo relatório da Comissão Nacional da Verdade, que apurou casos de desaparecimento e tortura de presos políticos durante a ditadura militar, no período em que o referido coronel chefiou o DOI-Codi, foram registradas pelo menos 45 mortes, além de desaparecimentos forçados. Informação obtida em: <https://cutt.ly/FfmbzC0>. Acesso em: 01/08/2020.

contrariedade aos princípios democráticos e de apoio às práticas de movimentos fascistas e de regimes políticos ditatoriais.

2.3 Considerações finais

Com base nos dados apresentados, concluímos que a campanha eleitoral das eleições de 2018 inscreve-se em uma rede de memória que a vincula a outros acontecimentos, tais como escândalos de corrupção, ditadura militar, eleições anteriores, antipetismo, polarização partidária, dentre outros. Assim, ao mesmo tempo em que essas eleições estão vinculadas ao que as antecede, também instauram o novo, indicando que a referida campanha eleitoral configurou-se como um acontecimento discursivo.

Tanto as reportagens veiculadas na mídia como as publicações dos candidatos que disputaram o segundo turno das eleições apontam para a existência de uma polarização, produzindo um efeito de divisão do país. Essa polarização, que já existia em eleições anteriores, conforme concluiu Brito (2016), na campanha eleitoral de 2018, o que se deu a partir da atualização da memória da ditadura militar e do antipetismo, foi ressignificada, gerando um novo sentido de polarização, representado pelas oposições marcadas, por um lado, pela relação entre corrupção e anticorrupção, e, por outro, pela relação entre democracia e antidemocracia.

3 FUNCIONAMENTO DA FIGURA DO PORTA-VOZ NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018

3.1 Considerações iniciais

No acontecimento discursivo das eleições presidenciais de 2018, o qual foi apresentado e caracterizado na segunda seção, diferentes posições-sujeito buscam se instituir no lugar de representante político. Nesta seção, mostramos como se constituem tais posições, quais memórias elas retomam e se/como funciona a figura do porta-voz na campanha eleitoral dos candidatos José Maria Eymael (DC), Cabo Daciolo (Patriota), Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT). Além disso, indicamos como se estabelece a relação entre o discurso político e o discurso religioso nas campanhas dos referidos candidatos. Para tanto, analisamos excertos retirados dos planos de governo dos referidos candidatos e também postagens desses candidatos, feitas em suas redes sociais (*Twitter* e *Facebook*), durante o período de campanha eleitoral.

Nas análises, consideramos os pressupostos teóricos da Escola Francesa de Análise de Discurso, especialmente a noção de sujeito de Michel Pêcheux, conforme postulado em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (2014 [1975]) e em *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação* (2014 [1978]), respectivamente. Consideramos também o conceito de porta-voz, postulado por Pêcheux (1990 [1982]), no texto *Delimitações, inversões, deslocamentos*, e desenvolvido por Zoppi-Fontana (1997), em *Cidadãos Modernos: discurso e representação política*.

Apresentamos essa fundamentação teórica nas subseções 3.2 e 3.3 desta seção. Analisamos os dados na subseção 3.4, que foi dividida em quatro subseções, para que pudéssemos apresentar os dados de cada candidato separadamente. Por último, fazemos algumas considerações sobre o funcionamento da figura do porta-voz nas campanhas eleitorais dos referidos sujeitos políticos.

3.2 Sobre a noção de sujeito

Na Análise de Discurso (AD), a língua é considerada base material para processos discursivos e a noção de sujeito não está relacionada ao sujeito empírico, ao indivíduo, mas a um lugar na estrutura social. Segundo Pêcheux (2014 [1983c]), essa posição de base estruturalista promove uma recusa de “qualquer metalíngua universal supostamente inscrita

no inatismo do espírito humano, e de toda suposição de um sujeito intencional como origem enunciadora do seu discurso” (PÊCHEUX, 2014 [1983c], p. 307).

No livro *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (2014 [1975]), Pêcheux propõe questionar as evidências fundadoras da Semântica, no intuito de elaborar as bases de uma teoria materialista, isto é, de uma teoria do discurso. Para tanto, o autor parte da constatação de que a Semântica constitui para a Linguística “o ponto nodal das contradições que a atravessam e a organizam sob a forma de tendências, direções de pesquisas e ‘escolas linguísticas’ etc, as quais, em um mesmo movimento, *manifestam e encobrem* (tentam enterrar) essas contradições” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 18, grifo do autor) e defende que, considerando esse ponto, a Linguística tem a ver com a Filosofia e com o materialismo histórico.

Nessa perspectiva, Pêcheux (2014 [1975]) afirma que a intervenção da filosofia materialista no domínio da Linguística consiste em abrir campos de questões, em dar trabalho à Linguística por conta da sua relação com objetos da ciência das formações sociais (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 80). Ao apresentar pistas que remetem a fenômenos linguísticos (oposição explicação/determinação e oposição situação/propriedade), o autor afirma que esses elementos pertencem ao sistema linguístico, ao mesmo tempo que são pano de fundo para reflexões filosóficas. Assim, ele mostra que esses mecanismos linguísticos fazem parte da região de articulação entre Linguística e teoria histórica de processos ideológicos e científicos.

Ainda segundo Pêcheux (2014 [1975]), “o sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 81, grifo do autor). No entanto, ainda segundo o autor, isso não significa que esses personagens tenham o mesmo discurso, mas que a língua se apresenta como base material para processos discursivos diferenciados, os quais se inscrevem numa relação ideológica de classes.

Esses processos discursivos, na perspectiva de Pêcheux (2014 [1975]), não se desenvolvem como expressão de um puro pensamento ou de uma pura atividade cognitiva que utilizaria por acidente os sistemas linguísticos, mas sobre as bases das leis internas que constituem o objeto da Linguística. Para o autor, “as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantêm, necessariamente, entre si os ‘processos discursivos’” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 83-84). Assim, na tentativa de estudar a base comum sobre a qual os processos nocionais-

ideológicos e os processos conceptuais-científicos se constituem como processos discursivos, Pêcheux (2014 [1975]) toma como ponto de partida a relação explicação/determinação.

Desse modo, ao considerar a análise do exemplo “*Aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria*”, proposto por Frege, o autor afirma que, para Frege, o “funcionamento da língua [...] induz no ‘pensamento’ uma *ilusão*” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 86, grifo do autor), que advém de uma imperfeição da linguagem, a qual não haveria em uma língua artificial. Partindo da proposição de P. Henry do termo “pré-construído”, entendido como aquilo que remete sempre ao que foi dito antes, independentemente, em outro lugar, em oposição ao que é construído pelo enunciado, Pêcheux (2014 [1975]) afirma que essa ilusão a que Frege se refere não se trata do puro efeito de um fenômeno sintático, que resultaria de uma imperfeição da linguagem. Pois, para o autor,

O fenômeno sintático da relativa determinativa é, ao contrário, a condição formal de um efeito de sentido cuja causa material se assenta, de fato, na relação dissimétrica por discrepância entre dois "domínios de pensamento", de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro sob a forma do que chamamos "pré-construído", isto é *como se esse elemento já se encontrasse aí* (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 89, grifo do autor).

A característica principal do pré-construído, ainda segundo (Pêcheux (2014 [1975])), é a separação entre o pensamento e o objeto do pensamento, na medida em que o segundo preexiste ao primeiro. Tal separação é marcada por uma “discrepância entre dois domínios de pensamento, de tal modo que o sujeito encontra um desses domínios como o impensado de seu pensamento, impensado este que, necessariamente preexiste ao sujeito” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 93).

Segundo Pêcheux (2014 [1975]), Frege considera que o funcionamento da relativa explicativa constitui em si um pensamento, um elemento saturado na medida em que se opõe ao efeito de pré-construído e à relativa determinativa. A relativa explicativa é, então, considerada como suporte do pensamento de uma outra proposição, o que se dá por meio de uma relação de implicação entre duas propriedades. Essa relação é nomeada por Pêcheux de efeito de sustentação e a ela é atribuída a função de realizar a articulação entre as proposições constituintes. Desse modo, ainda segundo o autor, essa articulação, em oposição ao efeito do pré-construído, “constitui uma espécie de *retorno de saber no pensamento*” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 101-102, grifo do autor).

Nesse caminho de construção da teoria, Pêcheux (2014 [1975]) afirma que o obstáculo da concepção idealista para a construção de uma teoria do discurso se encontra na concepção ideológica de sujeito, pois, segundo ele, tanto a interpretação formalista dos mecanismos linguísticos-discursivos (encaixe e articulação) quanto o acobertamento da oposição ciências/ideologias têm como fundamento o efeito ideológico “sujeito”, pelo qual a subjetividade emerge como fonte, como ponto de partida. Para Pêcheux (2014 [1975]), ao contrário disso, uma teoria materialista do discurso não pode, com a finalidade de se constituir, limitar-se a reproduzir, como objeto teórico, o sujeito ideológico como “sempre-já dado”, não pode, portanto, dispensar uma teoria não subjetivista da subjetividade.

Nessa perspectiva, Pêcheux (2014 [1975]) se apropria da tese de Althusser, apresentada em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, segundo a qual *a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos*, para construir a teoria materialista dos processos discursivos. Assim, para chegar à concepção de sujeito do discurso, o autor considera a relação entre ideologia e inconsciente:

Se acrescentarmos, de um lado, que esse sujeito, com *S* maiúsculo – sujeito absoluto e universal-, é precisamente o que J. Lacan designa como o Outro (Autre, com *A* maiúsculo), e, de outro lado, que, sempre de acordo com a formulação de Lacan, ‘o inconsciente é o discurso do outro’, podemos discernir de que modo *o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico* estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar *como processo de Significante na interpelação e na identificação*, processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 124-125, grifo do autor).

A utilização do termo *condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção* deve-se ao fato do autor postular que não se pode considerar esses dois processos, o que contribui para a reprodução das relações de produção e o que contribui para sua transformação, como estando em lados diferentes, tendo em vista que a luta de classes atravessa o modo de produção em sua totalidade, o que significa que a luta de classes está relacionada aos *aparelhos ideológicos de Estado*. Para Pêcheux (2014 [1975]), não existe uma ideologia geral, que se imporia à sociedade de maneira homogênea, tampouco é possível atribuir a cada classe “sua ideologia”, pois o que existe é a relação entre os funcionamentos, a contradição.

Além disso, o autor destaca que os aparelhos ideológicos de Estado não são a expressão de uma ideologia dominante, apesar de serem o lugar de sua realização, e nem são instrumentos da classe dominante, que reproduzem somente as relações de produção, pois “os

aparelhos ideológicos de Estado constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 131). Essas considerações levam o autor a afirmar que só existe prática de e sob uma ideologia, do mesmo modo que só existe ideologia pelo sujeito e para o sujeito, o que prefigura a tese de que a categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia.

Segundo Pêcheux (2014 [1975]), o caráter comum das categorias *ideologia* e *inconsciente* “é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências ‘subjetivas’*” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 139, grifo do autor), nas quais o sujeito se constitui. Para o autor, essa evidência espontânea do sujeito aproxima-se da evidência do sentido, de modo que a constituição do sujeito está relacionada à constituição do sentido, não de um modo marginal, mas no interior da tese central althusseriana, por meio da figura da interpelação. Assim, o autor defende que a tese segundo a qual *a Ideologia interpela os indivíduos em sujeito* significa que o “não-sujeito” é constituído em sujeito pela ideologia e, portanto, todo indivíduo é sempre “já-sujeito”.

Essa interpelação, conforme Pêcheux (2014 [1975]), se dá pela identificação do sujeito com a formação discursiva na qual ele foi constituído como sujeito. Assim, o autor afirma que a identificação se sustenta no fato de que os elementos do interdiscurso (pré-construído e processo de sustentação) são reinscritos no discurso do sujeito, de modo que o determinam, impondo/dissimulando seu assujeitamento por meio da estrutura discursiva forma-sujeito. Para Pêcheux (2014 [1975]), a forma-sujeito “*simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso *aparece* como puro ‘já-dito’ do intradiscurso, no qual ele se articula por ‘correferência’” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 154, grifo do autor).

Ainda no processo de construção da teoria, Pêcheux (2014 [1975]) postula que a marca do inconsciente como “discurso do Outro” implica a presença eficaz do “Sujeito” no sujeito, fazendo com que todo sujeito tome posição em “total liberdade” e em “total consciência”. Essa tomada de posição, segundo o autor, não diz respeito a um ato originário do sujeito falante, mas ao efeito da determinação do interdiscurso como discurso-transverso, na forma sujeito. Desse modo, conforme Pêcheux, a tomada de posição é resultado desse retorno do ‘Sujeito’ no sujeito, “de modo que a não coincidência subjetiva que caracteriza a dualidade sujeito/objeto, [...] é fundamentalmente homogênea à coincidência-reconhecimento pela qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus ‘semelhantes’ e com o ‘Sujeito’” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 160).

Na perspectiva de Pêcheux (2014 [1975]), o sujeito é constituído como autor e responsável pelos seus atos na prática discursiva em que se inscreve, pela determinação da

formação ideológica, na qual ele é interpelado a ser “sujeito-responsável”. Essa interpelação, segundo o autor, supõe um desdobramento em sujeito da enunciação (sujeito do discurso) e sujeito universal (o sujeito da ciência ou que se pretende como tal). Tal desdobramento, ainda segundo Pêcheux (2014 [1975]), corresponde à relação entre pré-construído e articulação, e pode assumir diferentes modalidades.

A primeira modalidade caracteriza o discurso do “bom sujeito” e “consiste em uma superposição (um recobrimento) *entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal*, de modo que a ‘tomada de posição’ do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do *‘livremente consentido’*” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 199, grifo do autor). Trata-se, portanto, de uma identificação plena do sujeito à formação discursiva. A segunda modalidade caracteriza o discurso do “mau sujeito”, que se volta contra o sujeito universal por meio de uma tomada de posição, a qual se configura na separação, no distanciamento do sujeito universal. Há, portanto, uma contraidentificação do sujeito do discurso com a formação discursiva que lhe é imposta pelo interdiscurso. Entre essas duas modalidades, segundo o autor, existe um antagonismo (aceitação consentida/recusa), que se manifesta no interior da forma-sujeito na medida em que o efeito do interdiscurso *“continua a determinar a identificação ou a contraidentificação do sujeito com uma formação discursiva, na qual a evidência do sentido lhe é fornecida, para que ele se ligue a ela ou que a rejeite”* (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 200, grifo do autor).

A terceira modalidade diz respeito a uma tomada de posição não subjetiva, “caracterizada pelo fato de que ela integra o *efeito das ciências e da prática política do proletariado sobre a forma-sujeito*, efeito que toma a forma de uma *desidentificação*” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 201, grifo do autor). Esse efeito, segundo o autor, se concretiza, paradoxalmente, por meio da apropriação subjetiva dos conceitos científicos e da identificação com as organizações políticas de tipo novo. Assim, nesse funcionamento, há um rompimento do sujeito com a formação discursiva em que se inscreveu e, ao mesmo tempo, uma identificação com uma outra formação discursiva e com a sua respectiva forma-sujeito.

A modalidade da desidentificação e a suposição de uma identificação plena são revistas por Pêcheux (2014 [1978]) no texto *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*, o que ele faz com base na teoria lacaniana. Nesse sentido, o autor mostra que, em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, tudo se passa “como se o que foi dito *do sujeito* se confundisse tendencialmente com o que foi posto relativamente ao *ego* como ‘forma-sujeito’ da ideologia jurídica” (PÊCHEUX, 2014 [1978], p. 276, grifo do autor). Para o autor, a falha do referido texto é ter levado a sério a

ilusão de um ego-sujeito-pleno no qual não há falhas, isto é, a ilusão de uma identificação plena. Desse modo, conforme o autor:

Só há causa daquilo que falha (J. Lacan). É nesse ponto preciso que ao platonismo falta radicalmente o inconsciente, isto é, a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito da interpelação o captura; o que falta é essa causa na medida em que ela se ‘manifesta’ incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho, etc.) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais ‘apagados’ ou ‘esquecidos’, mas trabalham sem se deslocar, na pulsação *sentido/non-senses* do sujeito dividido (PÊCHEUX, 2014 [1978], p. 277, grifo do autor).

É nesse ponto, segundo Pêcheux (2014 [1978]), que é possível separar o conceito psicanalítico de recalque da ideia filosófica de esquecimento/apagamento. Nessa perspectiva, não é possível ao sujeito se desidentificar plenamente, porque não existe o esquecimento platônico, o que existe é o recalque psicanalítico, isto é, o que ocorre, no processo de desidentificação, é o deslocamento de uma forma-sujeito para outra com a qual o sujeito se identifica e nela se inscreve. Porém, nesse deslocamento, não há o apagamento/esquecimento total dos saberes da antiga forma-sujeito com os quais o sujeito está se desidentificando. Desse modo, para o autor,

Retraçar a vitória do lapso e do ato “falho” nas falhas da interpelação ideológica não supõe que se faça agora do inconsciente a fonte da ideologia dominada, depois do fracasso de fazê-lo o impulso do superego da ideologia dominante: a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deve ser pensada sem referência ao registro inconsciente (PÊCHEUX, 2014[1978], p. 278).

Nesse sentido, para Pêcheux (2014 [1978]), é preciso considerar tanto a ideologia quanto o inconsciente no processo de constituição do sujeito.

Segundo Orlandi (2007 [1996]), dizer que ideologia e inconsciente são noções solidárias implica compreender a língua como sistema de ordem significante que se inscreve na história para constituir o sentido, assim como implica considerar o sujeito discursivo enquanto sujeito histórico. Desse modo, ainda conforme a autora, no domínio discursivo, o sujeito é uma posição, dentre outras, e o modo pelo qual ele se constitui, enquanto posição, não lhe é acessível, devido ao efeito da ideologia e à não transparência da linguagem, na qual o sentido não é evidente.

Na perspectiva de Orlandi (2007 [1996]), “esse sujeito que se define como ‘posição’ é um sujeito que se produz entre diferentes discursos, numa relação regrada com a memória do

dizer (o interdiscurso), definindo-se em função de uma formação discursiva na relação com as demais” (ORLANDI, 2007 [1996], p. 49). Nesse sentido, segundo a autora, o analista do discurso trabalha com os gestos de interpretação do sujeito enquanto posição, na história, considerando o discurso como efeitos de sentidos entre locutores.

Com base nesses pressupostos, o sujeito de que tratamos neste trabalho não corresponde, como dissemos no início deste tópico, ao sujeito pragmático, empírico, àquele que se constitui como origem do que pensa e do que diz, mas ao sujeito enquanto posição. Então, não nos interessam os indivíduos Cabo Daciolo, José Maria Eymael, Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, enquanto sujeitos pragmáticos, mas as posições ocupadas por eles no contexto das eleições presidenciais. Assim, propomos identificar em qual(is) posição(ões) estão subjetivados esses candidatos nas materialidades que fizeram parte da campanha eleitoral de 2018.

3.3 Sobre a figura do porta-voz

Pêcheux (1990 [1982]), no texto *Delimitações, inversões, deslocamentos*, problematiza os efeitos da relação entre língua e história no espaço revolucionário, a partir da análise de três processos históricos: Revolução Francesa de 1789, Revolução Socialista do século XIX e as revoluções proletárias do século XX, os quais, segundo o autor, são envoltos por espectros, que fazem com que algo sempre retorne, na tentativa de rompimento da ordem que está posta e da instauração de uma nova ordem.

Desse modo, conforme Pêcheux (1990 [1982]), “a questão histórica das revoluções concerne por diversas vias ao contato entre o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não-realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades da ausência” (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 8). Essa existência do invisível, da ausência, segundo o autor, é materializada na língua, isto é, o encontro entre o real e o imaginário se estabelece por meio da língua, como lugar do simbólico. É pela língua que se materializa o imaginário da mudança em confronto com a impossibilidade de uma mudança plena.

Na perspectiva de Pêcheux (1990 [1982]), a questão da irrupção do irrealizado, dos efeitos de fronteira e da linguagem pode ser relacionada à figura da interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos, considerando que as práticas ideológicas são reguladas por rituais. Além disso, segundo o autor, “levar até as últimas consequências a interpelação ideológica como *ritual* supõe o reconhecimento de que não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura” (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 17, grifo do autor). Através dessa quebra de ritual, conforme o

autor, “uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um *acontecimento histórico* (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 17, grifo do autor), rompendo, assim, o círculo da repetição. É nesse momento, segundo Pêcheux (1990 [1982]), que surge a figura do porta-voz.

Nas palavras do autor, o porta-voz é, ao mesmo tempo, ator visível e testemunha ocular do acontecimento, de modo que, ao falar em nome de alguém ou de um grupo, exerce “um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar” (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 17). Trata-se, conforme o autor, de uma dupla visibilidade que coloca o porta-voz numa posição de negociador em potencial, em contato imediato com o adversário exterior. Assim, o lugar do porta-voz indica a possibilidade do novo, torna o “nós”, que ainda não foi realizado, possível de ser visto.

Na definição da figura do porta-voz, Pêcheux (1990 [1982]) considera o estudo de E. B. Conein, segundo o qual o surgimento do porta-voz durante a Revolução Francesa perturba a relação do campo político com a revolução, na medida em que os agentes políticos deixam de falar ao povo e passam a se dirigir ao porta-voz, cujo discurso é estranho ao discurso relatado. Além disso, os estudos de Conein indicam que não há uma representação do povo como locutor, assim como não existe a possibilidade de o povo ocupar o lugar de orador, pois isso anularia a função do porta-voz.

Segundo Pêcheux (1990 [1982]), o destino do porta-voz circula entre as posições de profeta, de dirigente e de homem de Estado, pois “ele é o ponto em que ‘o outro mundo’ se confronta com o estado de coisas existente, o ponto de partida recíproco no qual a contradição vem se amarrar politicamente a um ‘negócio de Estado’” (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 18). Ao chamar para si a questão do Estado, ainda conforme Pêcheux, o porta-voz, considerado o agente geral da mudança, é confrontado aos efeitos recorrentes do trabalho revolucionário da memória, onde estão sedimentados todos os discursos que o precederam.

Considerando os postulados de Conein (1981) e de Pêcheux (1982), Zoppi-Fontana (1997) afirma que a figura do porta-voz é definida como um funcionamento enunciativo de mediação da linguagem, sendo que tal função enunciativa “se configura como uma relação de destinação da palavra realizada em duas direções: do grupo para o porta-voz e através deste para o poder ou adversário, e do poder ou adversário para o grupo” (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 20). Desse modo, segundo a autora, passam necessariamente pelo porta-voz direções que se representam no discurso político contemporâneo como “povo”- líder e líder -“povo”.

Na perspectiva de Zoppi-Fontana (1997), a contradição, constitutiva da figura do porta-voz (ator visível e testemunha ocular do acontecimento), o coloca como ponto de encontro de funcionamentos opostos: de um lado, os processos discursivos de identificação, que unem o porta-voz aos representados, sob a ilusão do mesmo; e, de outro lado, os processos discursivos de diferenciação, que o diferenciam do grupo que representa, na medida em que é definido no espaço do diferente. Desse modo, conforme a autora, a figura do porta-voz “se constitui a partir de uma operação semântica de divisão do sujeito da enunciação [...] que, ao mesmo tempo em que instaura a posição enunciativa do porta-voz, redefine a posição enunciativa dos demais integrantes do grupo” (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 25).

Para a autora, a figura do porta-voz configura-se, no nível do imaginário, como lugar de enunciação coletiva, onde “povo” e “líder” são constituídos com base em uma ilusão de interlocução, a partir da qual se define um pacto dialógico entre as imagens de locutor (porta-voz; o “nós”, o “igual” que se destaca do grupo) e de alocutário (um todo uniforme; imagem de “povo uno”)⁵¹. Segundo Zoppi-Fontana (1997), “a construção de um outro dialógico, constitutivo da figura do porta-voz, é produzida a partir do funcionamento dos processos metonímicos que definem sua função enunciativa como *tradução imediata ou expressão da palavra do povo*” (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 80, grifo da autora). Tais processos, conforme a autora, ao instituírem uma relação de continuidade entre a figura do porta voz e o grupo a que ele representa, garantem que ambos sejam representados como “ser-o-mesmo”, isto é, o outro como um igual, estabelecendo uma relação de simetria.

Zoppi-Fontana (1997) afirma que, por pressupor a presença do interdiscurso na enunciação, é possível tornar visível a contradição constitutiva do porta-voz e os deslocamentos das diferentes posições-sujeito que essa contradição provoca. Nesse sentido, a autora explica que, apesar de manter a terminologia de Pêcheux ao descrever a “dupla visibilidade” do porta-voz, ela entende a representação de testemunha/espectador do acontecimento discursivo, constitutiva do porta voz, “como *efeito da inscrição ideológica do sujeito do discurso numa determinada posição de sujeito estabelecida no complexo com dominante de FDs, que constituem o interdiscurso*” (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 198, grifo da autora).

Assim, para a autora, as posições-sujeito que configuram o sujeito do discurso são estabelecidas em relação às formações discursivas e coexistem no interior da figura do porta-

⁵¹ Zoppi-Fontana (1997) utiliza a noção de imagens do locutor e do alocutário no sentido de Pêcheux (1969), como representações imaginárias constituídas a partir de processos discursivos que determinam as posições de sujeito de um discurso.

voz, determinando o funcionamento dessa forma de representação do sujeito da enunciação política. Em seguida, buscamos identificar em quais posições-sujeito se subjetivaram os candidatos à presidência da República e de que maneira buscam se constituir como porta-vozes, assim como propomos mostrar como se constitui a relação entre o discurso político e o discurso religioso nas materialidades.

3.4 Análise dos dados: posição sujeito e porta-voz na campanha eleitoral de 2018

Nesta subseção, apresentamos uma análise discursiva de excertos extraídos dos Planos de Governo e das publicações em redes sociais oficiais dos seguintes candidatos à presidência da República: José Maria Eymael (DC), Cabo Daciolo (Patriota), Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT)⁵². Considerando o discurso como efeito-sentido entre interlocutores, que são entendidos como lugares na estrutura social, verificamos quais posições-sujeitos estão materializadas nos excertos selecionados e (se/como) funciona a figura do porta-voz no material de campanha desses candidatos. Além disso, apresentamos como se constitui a relação entre o discurso político e o discurso religioso nas materialidades analisadas.

3.4.1 Posição-sujeito e porta-voz na campanha de José Maria Eymael (DC)

Os excertos analisados neste tópico foram coletados no plano de governo e nas publicações feitas na rede social *Facebook* do candidato José Maria Eymael (DC).

O plano de governo *Carta 27 – Diretrizes gerais de governo para construir um novo e melhor Brasil* possui vinte e sete tópicos temáticos, nos quais o candidato apresenta suas propostas. Então, a utilização do número “27”, no título, faz referência tanto à legenda do partido quanto à quantidade de temas tratados no programa de governo. O uso do substantivo “carta” para nomear o conjunto de propostas para o Brasil remete à memória da Constituição Federal Brasileira, também chamada de Carta Magna, cuja elaboração teve contribuições do candidato José Maria Eymael enquanto deputado constituinte, em 1988.

Desse modo, cria-se o efeito-sentido de que, assim como a Constituição, o seu plano de governo se caracteriza pelo caráter democrático, apresentando diretrizes cujo objetivo

⁵² Conforme informamos na introdução deste trabalho, as análises preliminares dos materiais de campanha de todos os presidencialistas, para a constituição do *corpus* de pesquisa, indicaram que a referência ao campo religioso aparecia de forma mais acentuada nas campanhas desses quatro candidatos, seja nos *slogans*, nas propostas ou como estratégia de defesa aos ataques do candidato adversário. Por isso, as campanhas eleitorais desses quatro candidatos foram selecionadas para análise.

principal é garantir os direitos fundamentais dos cidadãos. Assim, do mesmo modo que a promulgação da Constituição Federal de 1988 marcou o início do período de redemocratização do Brasil após a ditadura civil- militar, a concretização do seu plano de governo marcaria a construção de “*um novo e melhor Brasil*”, pelo abandono das velhas práticas políticas e, conseqüentemente, pela inauguração de uma nova fase no país. A seguir, analisamos três excertos desse plano de governo.

Excerto 17: Cumprir e fazer cumprir a Constituição. A força das grandes Nações está no respeito a Constituição. A Constituição é a alma dos povos (Plano de Governo, p. 01).

Excerto 18: COMPROMISSO COM A FAMÍLIA
O resgate e a proteção dos valores éticos da Família e a satisfação plena de suas necessidades serão o fundamento, a inspiração e o objetivo permanente da Democracia Cristã, no exercício da Presidência da República (Plano de Governo, p. 01).

Excerto 19: Governar o País com ética, segundo os princípios da Democracia Cristã, **COMBATENDO TODAS AS FORMAS DE CORRUPÇÃO** (Plano de Governo, p. 07).

Os excertos acima apresentam metas do plano de governo do candidato. Nessas materialidades linguísticas, o presidenciável ocupa a posição-sujeito político-partidária, tendo em vista que propõe um novo Brasil a partir dos princípios defendidos pelo Partido Democracia Cristã. Observamos, ainda, nos excertos 18 e 19, o atravessamento do discurso religioso, uma vez que os princípios do referido partido estão fundamentados na dignidade da pessoa humana e nos valores humanísticos do Cristianismo⁵³.

Desse modo, “o resgate e a proteção dos valores éticos da Família e a satisfação plena de suas necessidades” (18), assim como “Governar o País com ética” (19) são compromissos políticos que têm como base os ensinamentos e os princípios cristãos. A expressão “o resgate e a proteção dos valores éticos da Família” indica um pré-construído segundo o qual a família brasileira perdeu os seus valores éticos, que precisam ser resgatados. E isso só poderá ser feito por um governante que considera a família como base fundamental da sociedade, segundo os princípios cristãos. Além disso, o candidato identifica-se com a posição-sujeito político cujas ações são reguladas pelos princípios constitucionais, uma vez que é descrito como aquele que vai “Cumprir e fazer cumprir a Constituição” (17). Essa mesma identificação encontra-se, também, nos próximos excertos. Vejamos:

⁵³ Informação obtida em: <https://cutt.ly/pf2exZK>. Acesso em: 06/09/2020.

Excerto 20: HORA DE DECIDIR! Milhões de Pequenos Produtores Rurais, em todo Brasil, NÃO pagam o Imposto sobre a Terra (ITR) e suas terras NÃO podem ser desapropriadas para Reforma Agrária. **SOU o autor dessas conquistas na Constituição.** E Bolsonaro e Haddad, o que já fizeram, de forma concreta, pela Agricultura Familiar? Sinais! Fortes Sinais! (*Facebook*, 06/10/2018, grifo nosso).

Excerto 21: A nova PESQUISA DATA FOLHA, publicado dia 29/09/2018, CONFIRMA: 1- Haddad mantém 22%! 2 - Bolsonaro estacionou em 28% e não vence Haddad no 2º Turno! De outro lado, nas REDES SOCIAIS, e em todo o Brasil, **EYMAEL é apontado como o único que pode derrotar o PT**, uma vez que **é o autor de TODAS as conquistas sociais dos Trabalhadores na Constituição**, como o Aviso Prévio Proporcional ao Tempo de Serviço e no mínimo de 30 dias! A DECISAO é uma só: **EYMAEL 27 ou vai ser PT 13!** (*Facebook*, 01/10/2018, grifo nosso).

Excerto 22: Em 17 de setembro, em minha entrevista no Metro News, afirmei, para surpresa de todos, que Haddad - PT, estaria no Segundo Turno e que **só a Democracia Cristã - DC, poderia derrotar Haddad.** As Pesquisas estão demonstrando isso! Só ficou Bolsonaro para enfrentar o PT! Mas o que ele já fez pelos Trabalhadores? Repito, **só a Democracia Cristã - DC**, nesses 30 anos da Constituição, na qual **sou o autor das grandes conquistas dos Trabalhadores**, como o Aviso Prévio Proporcional ao Tempo de Serviço, **pode enfrentar e derrotar o PT!** À Luta! À Vitória! Sinais! Fortes Sinais! (*Facebook*, 19/09/18, grifo nosso).

Nesses excertos, o sujeito político José Maria Eymael está subjetivado na posição-sujeito político constituinte, e, como tal, apresenta-se como defensor dos direitos do trabalhador, uma vez que é discursivizado como “autor das grandes conquistas dos Trabalhadores” (22), como o político que já fez e vai fazer muito mais pelo trabalhador brasileiro. A informação dessa autoria, que remete à memória da aprovação da Constituição Federal de 1988, a qual marcou o início do período de redemocratização do Brasil, é apresentada como causa principal da possível vitória do candidato Eymael sobre o candidato do PT, Fernando Haddad. Essa relação de causa é marcada linguisticamente pela oração subordinada “uma vez que é o autor de TODAS as conquistas sociais dos Trabalhadores na Constituição” (21), que sucede a oração principal “Eymael é apontado como o único que pode derrotar o PT”. Essa oração, assim como as expressões “A DECISAO é uma só: EYMAEL 27 ou vai ser PT 13” (21) e “só a Democracia Cristã – DC [...], pode enfrentar e derrotar o PT” (22) indica o funcionamento de uma memória relacionada ao antipetismo, pois o sujeito político utiliza como estratégia uma certa ameaça de volta do PT ao governo para convencer o eleitor de que ele seria a melhor opção de voto. Vejamos, agora, outros excertos:

Excerto 23: Cumpri meu dever cívico de cidadão: escolher aqueles que irão dirigir os destinos desta nação pelos próximos 4 anos. Votar é Escolher! Votar é encontrar Caminhos! Votar é Cidadania! Competência, Honra e Caráter! Que Deus abençoe nossa Nação e nosso povo, **na missão de Construir uma Sociedade Livre, Justa e Solidária, como escrevi na Constituição do Brasil!** (*Facebook*, 01/10/2018, grifo nosso).

Excerto 24: Quero saudar a vinda, e são tantos, de apoiadores de outras Candidaturas a Presidente, e que agora se juntam à força magnífica e vencedora da Democracia Cristã - DC. E juntos, **entoamos o Jingle que embala o sonho de um povo, por um novo e melhor Brasil** : Ey, Ey, Eymael, um Democrata Cristão! Sinais! Fortes Sinais! (*Facebook*, 30/09/2018, grifo nosso).

Excerto 25: Ey, Ey, Eymael! Um Democrata Cristão! A força de um Jingle, **embalando o sonho de um povo: EYMAEL PRESIDENTE 27** ! Sinais! Fores Sinais! (*Facebook*, 29/09/18, grifo nosso).

Nessa série de excertos, identificamos o funcionamento do lugar discursivo do porta-voz como representante do povo. Considerando os postulados de Pêcheux (1990 [1982]), a figura do porta-voz é o ponto de confronto entre “o outro mundo possível” e o estado de coisas existente. Esse funcionamento pode ser visto no excerto 23, na medida em que o sujeito político é apresentado como aquele que tem a “missão de Construir uma Sociedade Livre, Justa e Solidária”. Trata-se, portanto, da representação do sujeito político como o agente da mudança do país, aquele que tem uma missão de instituir o novo, o que se confronta com a situação atual do país, conforme indicado também no referido excerto. Isso está marcado na língua pelo uso do verbo “construir”, pois este, além de indicar algo novo, traz um pré-construído de que o Brasil não é uma sociedade livre, justa e solidária.

Esse funcionamento da figura do porta-voz como agente da mudança também pode ser visto nos excertos 24 e 25, visto que o sujeito político indica a possibilidade de um outro mundo, “um novo e melhor Brasil”. Além disso, observamos, conforme Zoppi-Fontana (1997), uma ilusória relação de interlocução, “em que a voz (o poder político e a demanda) circula simetricamente como efeito de um processo duplo de delegação: o líder como porta-voz do povo e, reciprocamente, o povo como porta-voz (herdeiro) do seu líder” (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 61). Desse modo, o sujeito político, que aqui se pretende porta-voz, propõe-se a ocupar o lugar de presidente da República para realizar “o sonho de um povo”. Esse povo que ele representa é constituído, imaginariamente, como uno, uniforme, e que tem o mesmo desejo: o de ter José Maria Eymael, um democrata cristão, governando o país.

3.4.2 Posição-sujeito e porta-voz na campanha de Cabo Daciolo (Patriota)

Neste tópico, analisamos publicações feitas na rede social *Facebook* do candidato Cabo Daciolo (Patriota) e excertos do seu plano de governo intitulado *Plano de Nação para a Colônia Brasileira*. Esse título remete à memória do processo de formação do Brasil, mais especificamente, ao período colonial, trazendo um pré-construído de que o Brasil, mesmo após anos da proclamação da independência de Portugal, ainda não conseguiu romper com as raízes do sistema colonial e se constituir, de fato, como uma nação livre e emancipada, seja social, econômica ou politicamente. A nomeação do projeto de governo como “plano de nação” indica o caráter nacionalista e patriota do plano de governo do candidato Cabo Daciolo. Em outras palavras, a nomeação indica que as propostas apresentadas visam à valorização do país, à construção de uma nacionalidade autônoma e orgânica. Vejamos as primeiras análises deste bloco:

Excerto 26: Tenho a honra de apresentar as linhas gerais da nossa proposta de governo, como candidato à Presidência da República pelo PATRIOTA. Essa é **uma batalha** que não é só minha, mas de **todos os BRASILEIROS que acreditam que podemos reconstruir o Brasil em bases que honrem a Deus e tragam dignidade ao povo** (Plano de Governo, p. 02, grifo nosso).

Excerto 27: Convém que se diga também que o próprio Bolsonaro frequenta lojas maçônicas, o que já o desqualifica para essa **batalha que se dá no campo espiritual. Nossa luta é contra as potestades do mal. Lembrem-se: estamos lutando uma guerra no mundo espiritual. É aí que Deus nos dará vitória** (*Facebook*, 12/09/18, grifo nosso).

Excerto 28: BANDO DE BANDIDOS, LADRÕES E MALFEITORES (POLÍTICA BRASILEIRA)
SÓ DEUS PODE LIBERTAR A COLÔNIA BRASILEIRA
VAMOS CLAMAR A DEUS (*Facebook*, 30/09/18, grifo nosso).

Excerto 29: DEUS NOS LEVANTOU PARA PROTEGERMOS A NOSSA NAÇÃO! GLÓRIA A DEUS! JUNTOS SOMOS FORTES NEM UM PASSO DAREMOS ATRÁS.
DEUS ESTÁ NO CONTROLE (*Facebook*, 01/10/18, grifo nosso).

Excerto 30: Deus escolheu o CABO DACIOLO E VOCÊ para juntos mudarmos o Brasil. A nossa fé está exclusivamente firmada em DEUS e nEle teremos VITÓRIA (*Facebook*, 002/10/18, grifo nosso).

Excerto 31: O Brasil precisa de um governante temente a Deus, que não se assenta na roda dos escarneceadores, que encontre na lei a oportunidade de fazer o bem para o povo e não massacrá-lo, e que ame o povo como a si mesmo. O Brasil tem jeito. O BRASIL VAI MUDAR! (*Facebook*, 26/08/18).

Excerto 32: O Brasil será governado a partir de 1 de janeiro de 2019 por um servo de DEUS chamado Cabo Daciolo, **um homem "pequeno" que DEUS usará para HONRA E GLÓRIA do seu nome** (*Facebook*, 21/09/18, grifo nosso).

Excerto 33: O CAMINHO, A VERDADE E A VIDA!

A solução para a NAÇÃO BRASILEIRA não passa pela política ou pelas mãos aqueles que nunca fizeram NADA por este país. A solução está em JESUS CRISTO, Rei dos reis, autor e consumidor da nossa fé. **Sou apenas um instrumento nas mãos de Deus e tenho certeza de que posso, por meio de Cristo, fazer grandes coisas pela NAÇÃO BRASILEIRA** (*Facebook*, 18/08/18, grifo nosso).

Nos excertos acima, o candidato Cabo Daciolo assume as posições-sujeito de político religioso. Nas formulações 26 e 27, observamos o atravessamento do discurso religioso no campo político a partir da vinculação de elementos ligados tanto à religião quanto ao processo eleitoral, por meio da nomeação das eleições como “batalha”, “luta”, “guerra”, léxico que se aproxima daquele usado pelas religiões, principalmente as cristãs, quando se referem a relação entre mundo carnal e mundo espiritual. Assim, por um efeito metafórico em que a disputa eleitoral é substituída por expressões vinculadas ao campo religioso, ocorre um deslizamento de sentidos do modo de significar as eleições presidenciais de 2018.

Também está em funcionamento, nos excertos 26 e 27, assim como nas formulações 28, 29 e 30, a figura enunciativa do porta-voz, tendo em vista que o sujeito político Cabo Daciolo, a partir da posição-sujeito que ocupa, fala em nome de um grupo do qual se destaca como “centro visível de um ‘nós’ em formação e também em contato imediato com o adversário exterior” (PÊCHEUX, 1990 [1982], p. 17). No caso em questão, esse “nós” corresponderia a “todos os BRASILEIROS que acreditam que podemos reconstruir o Brasil em bases que honrem a Deus e tragam dignidade ao povo”, conforme apresentado no excerto 26. Trata-se daqueles brasileiros que se identificam com a posição-sujeito religioso que o candidato ocupa. Do mesmo modo, esse “nós” está marcado linguisticamente pelas expressões “Vamos clamar a Deus” (28), “Nossa luta” (27), “Deus nos levantou para protegemos a nossa Nação [...] Juntos somos mais fortes” (29), que apontam para o porta-voz falando em nome de uma coletividade, a qual deseja que o país seja governado por um cristão.

Nessa série de formulações (26 a 33), a proposta de um novo mundo possível apresentada pelo sujeito político Cabo Daciolo é feita com base em princípios cristãos, pois, conforme os excertos citados, essa mudança se daria a partir do mundo espiritual, uma vez que Deus seria o agente de todas as ações do referido sujeito político enquanto presidente da República. Nesse sentido, o funcionamento da figura do porta-voz se dá, também, a partir da

identificação do sujeito político Daciolo com a posição-sujeito mensageiro de Deus, visto que, ao se enunciar como o escolhido (29 e 30) e como instrumento de Deus (32 e 33), ele legitima sua prática política pelo discurso religioso, exercendo, portanto, a função enunciativa de mediador do querer divino.

Assim, o voto no candidato Cabo Daciolo significaria, de acordo com o discurso materializado nos excertos acima analisados, a manifestação da vontade de Deus, a qual é, ainda segundo o discurso materializado nos excertos, o único meio para se alcançar esse novo mundo. O sujeito político Cabo Daciolo é, então, discursivizado nos excertos acima como salvacionista, emissário de Deus, que dará fim às mazelas e opressões do país e instaurará uma nova ordem de paz e justiça. Nos próximos excertos, são apresentadas algumas propostas do referido candidato para esse novo Brasil. Vejamos:

Excerto 34: Vamos honrar a Deus sobre todas as coisas. Ele tem sido até aqui o **nosso norte** e continuará a sê-lo em todo o **nosso mandato** para o qual creio que seremos eleitos pelos brasileiros. **Todos os nosso atos serão pautados por essa convicção**, certo de que, em sendo assim, faremos o melhor e **Deus nos ajudará** a colocar o Brasil nos trilhos para que todos possamos usufruir as suas bênçãos sem medida (Plano de Governo, p. 02, grifo nosso).

Excerto 35: Vamos reduzir a taxa de juros a fim de possibilitar ao país atrair investimentos estrangeiros e competir com mais vigor no mercado internacional. Além disso, **iremos fortalecer** a produção brasileira, facilitar o trâmite para patentes de produtos nacionais e promover o desenvolvimento do pequeno, médio e grande empreendedor do país (Plano de Governo, p. 15, grifo nosso).

Excerto 36: IREMOS FIGURAR ENTRE OS PAÍSES MAIS DESENVOLVIDOS DO PLANETA (Plano de Governo, p. 16, grifo nosso).

Excerto 37: Empresas estatais estratégicas jamais serão privatizadas em nosso governo. [...] **Iremos fortalecer** a soberania brasileira em todos os setores, pois o país perdeu muito de sua autonomia para tomar decisões devido aos grandes interesses estrangeiros que permearam as decisões políticas (Plano de Governo, p. 15, grifo nosso).

Excerto 38: VAMOS MUDAR O BRASIL!

A velha política já não convence mais. Os discursos se repetem, "soluções" mentirosas são oferecidas e o Brasil continua na mesma. **O nosso plano é transformar a colônia brasileira em NAÇÃO** (Facebook, 19/08/18, grifo nosso).

Excerto 39: Precisamos fortalecer os pilares da Seguridade Social, combater a corrupção e aplicar de forma honesta e inteligente o dinheiro arrecadado. CHEGA DE DESVIOS E ROUBALHEIRA! CABO DACIOLO 51JUNTOS **SOMOS FORTES NEM UM PASSO DAREMOS ATRÁS DEUS ESTÁ NO CONTROLE** (Facebook, 30/08/18, grifo nosso).

Nessa série de excertos, observamos, mais uma vez, o lugar discursivo do porta-voz em funcionamento, visto que o sujeito político se constitui, ao mesmo tempo, como ator visível (participa das ações do grupo que representa) e testemunha ocular do acontecimento (diferencia-se do grupo, ocupando lugar de destaque), conforme destaca Pêcheux (1990 [1982], p. 17). Essa dupla visibilidade, constitutiva do porta-voz, possibilita que o sujeito político, Cabo Daciolo, ao apresentar suas propostas, fale em nome daqueles que representa, ao mesmo tempo que está sob o olhar do adversário. Trata-se, segundo Zoppi-Fontana (1997), de uma “dupla direção da função enunciativa que define o porta-voz como aquele a quem se dá e de quem se cobra a voz” (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 88). Esse funcionamento está materializado linguisticamente nos excertos em análise pelo “nós” elíptico dos verbos “vamos”, “iremos”, “somos”, “precisamos” e pelo pronome possessivo “nosso”, pois ambos os pronomes (“nós” e “nosso”) marcam o compromisso assumido pelo sujeito político com o seu “povo”, o qual ele representa, do qual faz parte, mesmo que em posição de destaque, e por quem poderá ser cobrado.

Na apresentação das propostas, transcritas nos excertos 37 a 39, o sujeito político figura como profeta ao vislumbrar “o outro mundo”, um novo Brasil, mas, ao mesmo tempo, atualiza certa memória referente à política brasileira. Assim, no excerto 37, o candidato retoma a memória das privatizações de empresas estatais já ocorridas no Brasil, para afirmar o caráter patriota do seu governo, ao propor o fortalecimento da soberania brasileira, ocupando, portanto, uma posição-sujeito nacionalista. Essa mesma posição-sujeito está marcada no excerto 38, por meio da expressão “o nosso plano é transformar a colônia brasileira em NAÇÃO”, a qual materializa um pré-construído de que o Brasil, apesar de ter conquistado a independência, ainda não possui uma soberania plena. No excerto 39, é retomada a memória dos escândalos de corrupção ocorridos nos governos anteriores, para marcar o posicionamento do candidato como o político honesto, aquele que vai “combater a corrupção”.

Além disso, nos excertos 34 e 39, observamos o atravessamento do discurso religioso no discurso político a partir do funcionamento do lugar discursivo do porta-voz, visto que ao enunciar que todos os seus atos como presidente serão pautados pela convicção de que Deus tem sido, e continuará sendo, durante o mandato, o norte (34) e que “Deus está no controle” (39), o candidato se subjetiva na posição de mediador da vontade divina, de porta-voz de Deus, tendo em vista que as suas ações governamentais são controladas/guidadas por Deus.

No próximo excerto, observamos um certo conflito entre a posição-sujeito político e a posição-sujeito religioso. Vejamos:

Excerto 40: Acredito no estado laico, ou seja, que ele não deve promover qualquer tipo de religião, mas isso não quer dizer que o povo não tenha a sua fé, que substancia os princípios pelos quais vivemos. O Brasil não é uma anarquia. É um país de decência e ordem. **Não é possível conceber que a família em seus moldes naturais seja destruída, que a ideologia de gênero e a tese de legalização do aborto sejam disseminadas em nossa sociedade como algo normal;** que até mesmo a pedofilia seja estimulada de forma sorrateira por aqueles que querem destruir o que há de mais sagrado na sociedade, simplesmente para dominar e oprimir. Isso não é laicidade. É a desmoralização da Pátria. Minha conduta, **no que compete ao Estado,** será construir um dique contra todas **essas mazelas** sem que isso signifique dar voz ao preconceito, mas **oferecer à sociedade brasileira condições para que a família se mantenha nos padrões para os quais foi por Deus estabelecida** (Plano de Governo, p. 02, grifo nosso).

Aqui, há uma tentativa do candidato de ocupar a posição-sujeito político democrático, ao defender a laicidade do Estado, tendo em vista que a premissa do Estado Laico é a separação entre Estado e Religião, de modo que não haja interferência de correntes religiosas nos assuntos estatais, assim como o privilégio de uma religião em detrimento de outra. Entretanto, o uso da conjunção adversativa, “mas”, que estabelece uma oposição entre a primeira e a segunda oração, marca a identificação do candidato com a posição-sujeito religioso, visto que, apesar de dizer que acredita no estado laico, defende que a fé do povo “substancia os princípios pelos quais vivemos”.

Além disso, no período seguinte, o candidato faz uma defesa da concepção religiosa de família, tendo em vista que o enunciado “Não é possível conceber que a família em seus moldes naturais seja destruída”, numa relação parafrástica com a promessa de “oferecer à sociedade brasileira condições para que a família se mantenha nos padrões para os quais foi por Deus estabelecida”, atualiza a memória do discurso bíblico, segundo o qual Deus criou o homem e a mulher para se unirem e, assim, constituir família. Desse modo, considerar como modelo de família natural aquela prefigurada nas/pelas religiões cristãs, isto é, a que é formada por um casal heterossexual, produz um efeito-sentido de negação e/ou reprovação de outras estruturas familiares existentes no país, o que indica a subjetivação do candidato na posição-sujeito religioso conservador.

Ademais, “ideologia de gênero” e uma suposta “tese de legalização do aborto” são apresentadas como algo que está sendo disseminado na sociedade e que, do mesmo modo que a pedofilia e a destruição da família tradicional, não configuram laicidade, mas uma “desmoralização da Pátria”. Esse posicionamento é confirmado no período seguinte pela retomada desses temas por meio da expressão anafórica “Essas mazelas”, fazendo emergir um

efeito-sentido de que se trata de questões prejudiciais à sociedade e que, portanto, serão combatidas por Daciolo, caso se torne governante do país.

A emergência das expressões “ideologia de gênero” e “legalização do aborto”, além de retomar uma determinada memória ligada ao discurso religioso sobre a defesa da vida, bem como as polêmicas envolvendo o projeto *Escola sem Homofobia*⁵⁴, vincula a atualidade da campanha eleitoral de 2018 a momentos políticos anteriores, como, por exemplo, as eleições presidenciais de 2010, na qual, segundo Lessa (2014), a questão do aborto e outras temáticas religiosas emergiram de forma acentuada na campanha eleitoral; e a sessão de votação pela admissibilidade do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, conforme mostra Luz (2018). Segundo a autora, nos votos favoráveis, houve uma repetibilidade de justificativas por Deus, pela fé cristã, assim como pela defesa da família, fazendo ressoar o “efeito-sentido sobre o PT como destruidor da família, e sobre o governo de esquerda como o responsável pelo desmontar do modelo de família tradicional no país” (LUZ, 2018, p. 95).

Podemos dizer, então, que os discursos materializados nesse excerto, assim como nas demais formulações analisadas anteriormente nesta subseção, estabelecem uma relação com outros já-ditos produzidos no campo político e no campo religioso. Os resultados dessas análises indicam que o entrecruzamento do discurso político com o discurso religioso se dá, principalmente, no funcionamento discursivo da figura do porta-voz, visto que o sujeito político Cabo Daciolo, na tentativa de representar os interesses de uma coletividade, subjetiva-se na posição de mensageiro de Deus ao pautar as ações governamentais como fruto da vontade divina. Assim, o referido candidato é discursivizado, nos excertos, como o messias, aquele enviado por Deus para oferecer ao povo a esperança de um novo mundo.

3.4.3 Posição-sujeito e porta-voz na campanha de Jair Bolsonaro (PSL)

⁵⁴O Projeto *Escola Sem Homofobia*, iniciativa de organização não governamental e apoiado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD), foi proposto para compor o Programa Brasil sem Homofobia, do Ministério da Educação, em 2011. O material didático que compunha o projeto era constituído de filmes, cartilhas, sugestões de atividades didáticas direcionadas aos professores e tinha como objetivo contribuir para a promoção da cidadania e dos direitos humanos da comunidade LGBT, fomentando o respeito às orientações sexuais e às identidades de gênero no ambiente escolar. A proposta de distribuição desse material didático foi alvo de muitas críticas por setores conservadores da sociedade e do Congresso Nacional, que iniciaram campanha contra o projeto, apelidando, inclusive, o material de “kit gay”. Diante da pressão, o governo vetou o material dos programas do MEC. Informação obtida em: <https://cutt.ly/Rf2rrK2>. Acesso em: 10/09/2020.

Neste tópico, analisamos excertos coletados nas publicações feitas na rede social *Twitter* do candidato Jair Messias Bolsonaro (PSL) e no seu plano de governo, cujo título é *O caminho da prosperidade*.

Considerando o funcionamento de uma memória sobre os sentidos de “prosperidade” ligados à riqueza, abundância, felicidade, sucesso, crescimento, podemos dizer que esse título cria um efeito-sentido segundo o qual as propostas apresentadas pelo candidato Jair Bolsonaro levarão o país a alcançar um estado de pleno desenvolvimento. Esse “caminho da prosperidade” é qualificado, pelos adjetivos que compõem o subtítulo do plano de governo, como “constitucional”, “eficiente” e “fraterno”.

Também compõem a primeira página desse plano de governo o *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus Acima de todos” e o versículo bíblico “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (JOÃO 8:32), como epígrafe. A junção desses elementos ao título, além de indicar o caráter nacionalista do governo proposto por Bolsonaro, marca o atravessamento do discurso religioso no campo político, tendo em vista que o *slogan* aponta para uma visão religiosa da política, o que não coaduna com a laicidade do Estado. Além disso, a apresentação do versículo bíblico produz um efeito-sentido de que há uma verdade na política a ser descoberta, que essa verdade libertará os brasileiros e será apresentada neste plano de governo.

Observamos, ainda, que, na composição desse título, está em funcionamento um discurso que se aproxima do discurso da teologia da prosperidade⁵⁵, presente em religiões de tradição cristã, especialmente, nas neopentecostais. Além de ensinar aos cristãos que atitudes do ser humano interferem no mundo espiritual, trazendo resultados ao mundo material, essa teologia prega que o dízimo é uma condição para mover o coração de Deus e, conseqüentemente, alcançar a prosperidade. Verifiquemos, agora, a análise de alguns excertos publicados no *Twitter* do candidato Jair Bolsonaro:

Excerto 41: Agradeço aos movimentos espontâneos espalhados por todo o Brasil neste final de semana por minha recuperação. Tenham certeza que isso nos dá forças para cumprir **nossa missão! Vamos mudar o Brasil!** Muito obrigado a todos! (*Twitter*, 16/09/18, grifo nosso).

Excerto 42: Estamos presenciando um exemplo prático do que é um país com sua soberania ameaçada. Justiça, investigações, leis, penas, nada disso tem significado diante desta situação. Parte de **nossa missão** é justamente

⁵⁵ A Teologia da Prosperidade é definida como “um conjunto de crenças e afirmações surgidas nos EUA, que afirmam ser legítimo ao crente buscar resultados, ter fortuna, enriquecer, obter o favorecimento divino para a sua vida material ou simplesmente progredir” (CAMPOS, 1999, p. 363).

garantir essa soberania para que nossas leis sejam devidamente cumpridas! (*Twitter*, 31/08/18, grifo nosso).

Excerto 43: Muita coisa vem sendo falada na tentativa de nos dividir e conseqüentemente nos enfraquecer. Não caiam nessa! Desde o início **sabíamos** que a caminhada não seria fácil, por isso **formamos um time sólido e preparado para a missão de mudar o Brasil!** Não há divisão! (*Twitter*, 13/09/18, grifo nosso).

Excerto 44: Menos impostos e desburocratização! É preciso parar de sufocar quem produz. Enquanto os adversários mentem e se preocupam somente com o poder a qualquer custo, **nosso time foca no futuro do país!** (*Twitter*, 21/09/18, grifo nosso).

Excerto 45: O que incomoda muitos é que o apoio que **recebemos** é espontâneo, algo que nunca tiveram. **Não é por Bolsonaro, mas pelo Brasil**, que foi saqueado e jogado às traças. São todas as cores, idades, sexo e classe social, confiantes na chegada de um futuro melhor. Isso é imbatível! (*Twitter*, 26/09/18, grifo nosso).

Excerto 46: Estamos iniciando a última semana a caminho de, **se Deus quiser**, nossa nova Independência! **Vamos tirar o Brasil do vermelho e devolvê-lo aos brasileiros!** (*Twitter*, 22/10/18, grifo nosso).

Nos excertos 41 a 43, o substantivo “missão” foi utilizado para fazer referência à possível mudança do Brasil em virtude da suposta vitória do candidato Jair Bolsonaro na disputa pelo cargo de presidente da República. Desse modo, o uso da palavra “missão” nos excertos citados, relacionada à expressão “se Deus quiser” do excerto 46, produz o efeito-sentido de que mudar o Brasil é uma incumbência, uma tarefa designada por Deus ao candidato Jair Bolsonaro. Nesse caso, o referido candidato assume a posição-sujeito de missionário, isto é, aquele que foi designado para promover a transformação do Brasil, transformação essa que, conforme os excertos apresentados, passa pelo cumprimento das leis (42), desburocratização e redução de impostos (44), além de “tirar o Brasil do vermelho e devolvê-lo aos brasileiros” (46).

Esta última formulação, por um efeito de memória sobre a atualidade, produz um duplo efeito-sentido, pois “tirar o Brasil do vermelho” significa tanto ajustar as contas públicas do país quanto impossibilitar o PT e/ou outros partidos de esquerda, que usam a cor vermelha em suas bandeiras, de assumirem o poder. Essa associação pode ser feita devido às críticas contra o PT (grafadas, na maioria dos casos, na cor vermelha) presentes no plano de governo do candidato, assim como pela atualização da memória de uma campanha publicitária em defesa do ajuste fiscal (PEC do congelamento de gastos), que circulou na mídia impressa em 2016, no governo de Michel Temer, cujo *slogan* era “Vamos tirar o Brasil

do vermelho para voltar a crescer”⁵⁶. Podemos dizer, também, que “tirar o Brasil do vermelho” retoma a memória de uma suposta ameaça comunista, que funcionou no Brasil antes do Golpe Militar de 64, o que implica dizer que PT e ameaça comunista estão em relação interparafrástica nesse excerto.

Ainda em relação ao funcionamento da figura enunciativa do porta-voz, vemos que o sujeito político Jair Bolsonaro não fala por si, mas em nome de uma coletividade. Isso pode ser identificado pelo uso dos pronomes possessivos “nossa” (41, 42 e 46) “nosso” (41), assim como pelo uso dos verbos “estamos” (42 e 46) “formamos”, “sabíamos (43), “recebemos” (45) e “vamos” (46), que mostram o candidato falando em nome de um “nós”, o qual funciona como lugar discursivo de coletividade. Do mesmo modo, na expressão “Não é por Bolsonaro, mas pelo Brasil” (45), o efeito-sentido é de que o candidato fala em nome de toda a sociedade brasileira, como se fosse desejo de todo o país que ele se tornasse presidente, ou seja, produz um efeito ilusório de universalidade quando fala “pelo Brasil”. Além disso, nos excertos 43 e 44, a memória de “time” é um efeito metafórico que faz deslizar do espaço esportivo para o espaço político o discurso daquele (o porta-voz) que fala pelo “povo”, não fala sozinho. As formulações seguintes apresentam compromissos assumidos pelo candidato em nome dessa coletividade que, supostamente, representa. Vejamos:

Excerto 47: Meu compromisso é com a **minha pátria**, não com corruptos na cadeia (*Twitter*, 08/10/18, grifo nosso).

Excerto 48: Faremos um Governo que confiará no cidadão, simplificando e **quebrando a lógica que a esquerda nos impôs** de desconfiar das pessoas corretas e trabalhadoras [...] **O GOVERNO VAI CONFIAR NOS INDIVÍDUOS!**
O GOVERNO RECUARÁ, PARA QUE **OS CIDADÃOS POSSAM AVANÇAR!** (Plano de Governo, p. 20, grifo nosso).

Excerto 49: **Quebrado o atual ciclo**, com o Brasil livre do crime, da corrupção e de ideologias perversas, haverá estabilidade, riqueza e

⁵⁶ A campanha cujo título era “Vamos tirar o Brasil do vermelho para voltar a crescer” e subtítulo “O Governo Federal encontrou uma situação muito grave nas contas públicas”, elencava uma série de dados referentes às contas públicas do Brasil. Após ser veiculada em anúncios de jornais impressos, foi alvo de questionamentos pela bancada do PT, no Senado, que cobrou explicações ao então ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, alegando que a referida campanha se tratava de violação aos princípios constitucionais de impessoalidade e moralidade, por ter um caráter político-partidário. O *slogan* não chegou a ser veiculado nos vídeos da campanha e foi substituído por “Equilibrar as contas públicas, isso é governar com responsabilidade”. Informação obtida em: <https://cutt.ly/Yf2rv6S> e <https://cutt.ly/Sf2rnbL>. Acesso em 10/09/2020.

oportunidades para todos tentarem buscar a felicidade da forma que acharem melhor (Plano de Governo, p. 06, grifo nosso).

Excerto 50: Para combater o desemprego o Brasil precisa de confiança e segurança. Investidores não confiam no Brasil, milhares de empresas fecharam devido a violência, altos impostos, burocracia, corrupção e crise, **tudo herança do PT. Nós mudaremos esse quadro. Seremos o governo do emprego!** (*Twitter*, 25/10/18, grifo nosso).

Excerto 51: Está chegando o momento da mudança; de nosso valor ser medido pelo nosso caráter, não pela nossa cor, sexo ou crença; de governar pelo exemplo; de se espelhar em grandes nações; **de se livrar das amarras ideológicas; de por fim ao sistema falido que impera há décadas no Brasil!** (*Twitter*, 02/10/18, grifo nosso).

Excerto 52: O Brasil passará por uma rápida transformação cultural, onde a impunidade, a corrupção, o crime, a “ a esperteza, deixarão de ser aceitos como parte de nossa identidade nacional, POIS NÃO MAIS ENCONTRARÃO GUARIDA NO GOVERNO (Plano de Governo, p. 15, grifo nosso).

Nessas formulações, o sujeito político Jair Bolsonaro, ao assumir compromissos “pelo povo” e “para o povo”, apresenta as características que seriam do novo Brasil, proposto pela sua candidatura. Desse modo, ele indica que está subjetivado na posição-sujeito agente da mudança (porta-voz), entretanto, considerando os postulados de Pêcheux (1990 [1982]), segundo os quais todo processo revolucionário⁵⁷ tem em si algo do processo anterior, identificamos nos excertos apresentados a proposta de um novo Brasil a partir do retorno de certas memórias.

Nas formulações, o agente da mudança ocupa o lugar de fronteira entre o que seria o Brasil governando pela esquerda e a forma de governar proposta pelo candidato. Desse modo, a emergência da mudança, nos excertos, se dá, não pela construção de um novo programa de governo, mas pela desmontagem do sistema político que teria sido instituído nos anos em que o PT governou o Brasil, como se verifica na expressão “tudo herança do PT” (50). Essa proposta de um novo Brasil (sem corrupção, violência, desemprego, altos impostos, crise), a

⁵⁷ Pêcheux (1990 [1982]) trata, em seu texto, como indicado acima, de processos revolucionários, nos quais o porta-voz é constituído como o agente da mudança. Mas, é possível fazer um deslocamento e pensar na noção de porta-voz para além de processos revolucionários *strictu sensu*, como, por exemplo, faz Zoppi-Fontana (1997), que se apropria da noção de porta-voz para pensar o contexto eleitoral argentino. Nesse sentido, quando retomamos a noção de porta-voz, nas análises desta subseção, não estamos comparando as eleições de 2018, no Brasil (e muito menos a vitória de Jair Messias Bolsonaro), a um processo revolucionário, mas, reconfiguramos, a exemplo de Zoppi-Fontana (1997), o conceito de porta-voz para fazê-lo funcionar em relação a qualquer processo de mudança, principalmente na esfera política.

partir da dissolução do que estaria posto na sociedade, pode ser identificada nas formulações “quebrando a lógica que a esquerda nos impôs” (48); “quebrado o atual ciclo” (49) e “se livrar das amarras ideológicas [...]; por fim ao sistema falido que impera há décadas no Brasil” (51), cujos verbos produzem o efeito-sentido de desconstrução.

Observamos que, nesses excertos, está em funcionamento um discurso salvacionista, segundo o qual o candidato Jair Bolsonaro seria o líder responsável por salvar o Brasil do PT e das mazelas que afligem o país, instituindo uma espécie de “paraíso na terra”, onde haja “estabilidade, riqueza e oportunidades para todos tentarem buscar a felicidade da forma que acharem melhor” (49). Os excertos seguintes dizem respeito a critérios de governabilidade propostos pelo candidato. Vejamos os excertos e, em seguida, a análise:

Excerto 53: O BRASIL LIVRE Propomos um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal. **Um governo sem toma lá-dá-cá, sem acordos espúrios.** Um governo formado por pessoas que tenham compromisso com o Brasil e com os brasileiros. Que atenda aos anseios dos cidadãos e trabalhe pelo que realmente faz a diferença na vida de todos (Plano de governo, p. 02, grifo nosso).

Excerto 54: Milhares de obras paradas em todo país atualmente. Assim permanecerá se ministérios e cargos continuarem sendo distribuídos a partidos políticos em troca de apoio ao invés de ocupados por critérios técnicos. Essa é a raiz do problema e **nós temos a liberdade necessária para mudar!** (*Twitter*, 01/10/18, grifo nosso).

Excerto 55: Se vencermos, já começamos diferentes dos outros. **Estamos livres para escolher nossa equipe pelo critério técnico e pela eficiência. Não devemos cargos** nem favores que coloquem em xeque a autonomia de nosso governo e a soberania de nosso país. **Nossa aliança é com a sociedade!** (*Twitter*, 06/10/18, grifo nosso).

Excerto 56: Estamos fortes, com poucos recursos, **sem acordões**, sem tempo de TV e impossibilitado de fazer campanha na rua pela tentativa de assassinato que sofreu. **Nossa força é apenas a verdade e o apoio de todos vocês.** O BRASIL É NOSSO! Vamos à vitória! Boa tarde e fiquem com Deus! (*Twitter*, 06/10/18, grifo nosso).

Nessas formulações, identificamos um funcionamento discursivo que vincula a possibilidade da concretização de uma verdadeira mudança no país à instituição de um novo modelo de governabilidade, distanciado da coalizão de partidos ou dos tradicionais acordos, que estariam intrínsecos à política vigente, conforme indicam as formulações “assim permanecerá se ministérios e cargos continuarem sendo distribuídos a partidos políticos em troca de apoio” (54) e “se vencermos, já começamos diferentes dos outros [...] Não devemos

cargos nem favores que coloquem em xeque a autonomia de nosso governo e a soberania de nosso país” (55). Desse modo, o candidato Jair Bolsonaro se apresenta como o único capaz de fazer essa mudança, quando se subjetiva na posição-sujeito político independente, aquele que tem “a liberdade necessária para mudar” (54), que está livre para propor “um governo sem toma lá-dá-cá, sem acordos espúrios” (53), “sem acordões” (56). O uso dessas expressões, principalmente do adjetivo “espúrios” para qualificar os acordos políticos, faz funcionar o efeito-sentido de que tais acordos são ilegítimos, desonestos, contribuem para a estagnação do país e de que não são necessários para manutenção da governabilidade.

Novamente, observamos, nos excertos, o sujeito político falando a partir de uma coletividade da qual se destaca como a voz autorizada a falar em nome do grupo que representa, o que o constitui sob a ilusão do mesmo, isto é, como o igual e como o diferente, ao mesmo tempo. Esse funcionamento também está presente nos excertos 57 a 61, transcritos abaixo, nos quais está presente um “nós” inclusivo constituído pelo porta-voz e pelos representados. Vejamos:

Excerto 57: Apoiar a Lava Jato é fundamental **no combate à corrupção no Brasil**. O fim da impunidade é uma das frentes que estanca o problema, outra é **atacar a corrupção na sua raiz, pondo fim nas indicações políticas do governo em troca de apoio**. **Nós temos** a independência necessária para tal! (*Twitter*, 11/09/18, grifo nosso).

Excerto 58: Tentaram **nos** tirar da disputa na covardia, mas o esforço de cada um, mesmo no momento mais crítico, só nos ergue ainda mais. **Estamos** mostrando que é possível vencer sem vender a alma, sem mentiras, e isso ninguém vai apagar! Vamos em frente! **Chega de facções comandando o Brasil!** (*Twitter*, 20/09/18, grifo nosso).

Excerto 59: Apoio voluntário é algo que o PT desconhece e não aceita. Sempre fizeram política comprando consciências. Um dos ex-filiados de seu partido de apoio, o PSOL, tentou **nos** assassinar. **Somos a ameaça aos maiores corruptos da história do Brasil**. Juntos resgataremos nosso país! (*Twitter*, 18/10/18, grifo nosso).

Excerto 60: Se for da vontade de Deus, amanhã será o dia de nossa nova independência. **Vamos derrotar o partido dos maiores escândalos de corrupção da história**, do Petrolão, do Mensalão, do Foro de SP, dos inimigos da liberdade e da Constituição! Devolveremos o Brasil aos brasileiros de bem! (*Twitter*, 27/10/18, grifo nosso).

Excerto 61: A **questão ideológica** é tão, ou mais grave, que a **corrupção** no Brasil. **São dois males a ser combatido**. O desaparecimento do Estado, e o fim das indicações políticas, é o remédio que **temos** para salvar o Brasil (*Twitter*, 02/10/18, grifo nosso).

Excerto 62: Mais importante: uma Nação fraterna e humana, com menos excluídos, é mais forte. Há menos espaço para populistas e suas mentiras. **O**

Brasil precisa se libertar dos corruptos. O povo brasileiro precisa ser livre de VERDADE! (Plano de governo, p. 06, grifo nosso).

Excerto 63: Represento uma ameaça sim, aos corruptos, à bandidagem, aos estupradores, aos esquemas que assaltam o BNDES, aos assassinos e aos que querem destruir o Brasil! Por isso estão desesperados! NÃO TERÃO SOSSEGO EM MEU GOVERNO! (*Twitter*, 26/10/18, grifo nosso).

Nessa série de excertos, identificamos a atualização de uma memória sobre a corrupção, produzindo efeitos de sentido sobre a política brasileira, sobre o PT e sobre a possível vitória do candidato Jair Bolsonaro. A relação interparafrástica das formulações apresentadas acima indica o funcionamento de um discurso segundo o qual o Brasil está dominado e destruído pela corrupção, da qual precisa se libertar, conforme se verifica nas orações “O Brasil precisa se libertar dos corruptos” (62) e “O povo brasileiro precisa ser livre de VERDADE!” (62), cuja locução adverbial “de verdade”, escrita em caixa alta, materializa o pré-construído de que existe uma falsa liberdade no Brasil, tendo em vista que, segundo o excerto, o país está preso a questões ideológicas e à corrupção.

Observamos esse mesmo funcionamento nos excertos 57 e 61, nos quais a corrupção é nomeada como um mal que precisa ser combatido, visto que a sua erradicação seria o remédio para salvar o Brasil, para resgatar o país das mãos dos corruptos e devolvê-lo “aos brasileiros de bem”. A escolha pelo uso da locução adjetiva “de bem” para caracterizar o substantivo “brasileiros”, na oração “devolveremos o Brasil aos brasileiros de bem” (60), aponta para um certo funcionamento discursivo, pois indica uma restrição em relação aos brasileiros para os quais o candidato se propõe a governar. Quando analisamos essa formulação relacionada ao excerto (63), identificamos a referência a dois grupos antagônicos: o dos brasileiros de bem (para quem o Brasil será devolvido; o “nós” a que o candidato representa) e o dos não-brasileiros de bem (os “outros”; aqueles que não terão sossego no seu governo).

Considerando a relação entre os excertos e uma atualização da memória dos escândalos de corrupção ocorridos durante o governo do PT (Mensalão e Petrolão), mencionados no excerto 60, e da Operação Lava-Jato, no excerto 57, podemos dizer que, nas formulações, a corrupção está associada ao PT, nomeado no excerto 60 como “o partido dos maiores escândalos de corrupção da história”, o que produz o efeito-sentido de que livrar o Brasil da corrupção significaria livrar o Brasil do PT e vice-versa. Desse modo, essas formulações atualizam uma memória sobre o PT como partido corrupto, criminoso, destruidor do país, mentiroso, populista, inimigo da “liberdade e da Constituição” e que, por tudo isso, precisa ser derrotado, expurgado da política brasileira.

Luz (2018) identificou esse mesmo funcionamento discursivo nos votos pela admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016. Segundo a autora, 18% dos votos a favor da admissibilidade foram justificados pelo combate à corrupção, sendo que, nas justificativas, as retomadas, repetições, atualizações produziram efeitos de memória sobre o PT enquanto partido corrupto que precisa ser erradicado e efeitos de memória da esquerda como despreparada para governar ou com falta de habilidade para lidar com o poder. As análises de Luz (2018) indicam, ainda, que os discursos que circularam na mídia impressa e nas manifestações de 2013, 2015 e 2016 em defesa do combate à corrupção, da intervenção militar, do fim do PT, dentre outras pautas, também circularam na sessão de votação “como um eco do que se ouviu nas ruas, na mídia, nas redes sociais, discursos estes realizados sob o regime da repetibilidade, que para a AD significa que os saberes pré-existem ao discurso do sujeito” (LUZ, 2018, p. 93).

Nas formulações “somos a ameaça aos maiores corruptos da história do Brasil” (59), “Vamos derrotar o partido dos maiores escândalos de corrupção da história” (60), “Nós temos a independência necessária para tal!” (57) e “Represento uma ameaça sim, aos corruptos, à bandidagem, aos estupradores, aos esquemas que assaltam o BNDES, aos assassinos e aos que querem destruir o Brasil!” (63), o candidato Jair Bolsonaro ocupa a posição-sujeito político honesto, anticorrupção, aquele que tem os requisitos necessários para libertar o Brasil do PT e, conseqüentemente, acabar com a violência, a impunidade e a corrupção no país.

Além disso, ocupa a posição-sujeito religioso, tendo em vista que, no excerto 60, afirma que ele ganhar as eleições está condicionado ao querer divino, conforme se verifica na formulação “se for da vontade de Deus, amanhã será o dia de nossa nova independência”. De modo geral, o efeito-sentido produzido no jogo dessas formulações é de que a vitória do candidato Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 significa o fim do PT, da corrupção política, e é a salvação do Brasil. Assim, podemos dizer que, nessas formulações, está em funcionamento um discurso, em certa medida, escatológico, que anuncia o fim de uma era ao mesmo tempo em que apresenta a esperança para se alcançar a plenitude em um novo mundo. Essa esperança que, conforme a escatologia cristã, é o Cristo ressuscitado, na campanha eleitoral, segundo o discurso materializado no excerto, é o candidato Jair Bolsonaro, o qual é discursivizado como o salvador enviado por Deus.

Os excertos seguintes apresentam outras pautas defendidas por Jair Bolsonaro durante a sua campanha, as quais marcam a identificação do candidato com outras posições-sujeito. Vejamos:

Excerto 64: Nossa constituição será o mapa e os princípios liberais serão a bússola para navegarmos no caminho da prosperidade. Nós temos os fundamentos e as pessoas certas para, finalmente, trazer ao nosso país os valores que estampam a nossa bandeira verde e amarela: Ordem e Progresso! (*Twitter*, 18/09/18, grifo nosso).

Excerto 65: Momento de resgatar nosso orgulho de ser brasileiro; de estampar nossa bandeira verde e amarela em nossas casas; de resgatarmos nosso direito de ir e vir; Falta pouco para darmos o primeiro passo em direção à grandeza! **Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!** (*Twitter*, 02/10/18, grifo nosso).

Excerto 66: Depois de décadas, o Brasil finalmente tem a chance de eleger um presidente que carrega verdadeiramente os valores dos Brasileiros. Vamos juntos mudar os rumos da nossa nação! Vamos votar Jair Bolsonaro presidente 17! Um forte abraço a todos e até a vitória, se Deus quiser! (*Twitter*, 27/10/18, grifo nosso).

Excerto 67: O PT agora tenta jogar católicos e evangélicos uns contra os outros. Essa divisão ofende várias famílias que, assim como a minha, são formadas por diferentes vertentes. Não conseguirão! **Estamos todos unidos contra a inversão de valores que impera há anos e que destrói nosso país!** (*Twitter*, 12/10/18, grifo nosso).

Excerto 68: Livre de acordões com corruptos para atender aos interesses da nação e não de partidos políticos; Contra o aborto; A favor da redução da maioria penal; Por fim, **um presidente que seja honesto, patriota e tenha Deus no coração.** VAMOS JUNTOS MUDAR O BRASIL! (*Twitter*, 16/08/18, grifo nosso).

Excerto 69: Não esqueçam! Desde o início somos contra o controle da mídia e da internet. Desde o início **defendemos a inocência das crianças nas escolas.** Desde o início **somos contra o aborto.** Desde o início defendemos a prisão de bandidos e não o desencarceramento. Recusem imitações! (*Twitter*, 17/10/18, grifo nosso).

Excerto 70: Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE (Plano de Governo, p. 41, grifo nosso).

Nos excertos 64 e 65, a referência ao símbolo da bandeira nacional brasileira, associada à defesa do resgate dos valores e ao orgulho de ser brasileiro, marcam a posição-sujeito nacionalista/patriota, assim como o *slogan* de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos! ”. Além de produzir o efeito-sentido de patriotismo, esse *slogan* associa o sujeito político Jair Bolsonaro à posição-sujeito religioso, uma vez que a expressão “Deus acima de todos” produz o efeito-sentido de supremacia divina, atualizando a memória do primeiro mandamento bíblico “Amar a Deus sobre todas as coisas” (Êxodo 20:3). Assim,

podemos dizer que o *slogan* de campanha do referido candidato materializa o atravessamento do discurso religioso no campo político. Esse mesmo funcionamento está presente na formulação “Por fim, um presidente que seja honesto, patriota e tenha Deus no coração” (68), em que identificamos três posições-sujeito: político honesto, patriota e religioso. Além disso, o candidato ocupa a posição-sujeito político liberal, ao afirmar que “os princípios liberais serão a bússola para navegarmos no caminho da prosperidade” (64).

Nesses excertos, o sujeito político Jair Bolsonaro ocupa, também, a posição-sujeito conservador/moralista, que se encontra materializada nas formulações “estamos todos unidos contra a inversão de valores que impera há anos e que destrói nosso país!” (67), “somos contra o aborto” (69), “SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE” (70) e “defendemos a inocência das crianças nas escolas” (69). As duas últimas formulações remetem à polêmica referente ao Projeto Escola sem Homofobia, já mencionado anteriormente neste texto. Tal polêmica emergiu nas eleições de 2018 por conta das *fake news* que circularam na sociedade a respeito de um suposto “kit gay”⁵⁸. As formulações aqui citadas, associadas ao enunciado linguístico “Depois de décadas, o Brasil finalmente tem a chance de eleger um presidente que carrega verdadeiramente os valores dos Brasileiros” (66), produzem o efeito-sentido de que a implementação de políticas educacionais referentes a questões de gênero se configura como uma inversão de valores da sociedade, cuja responsabilidade teria sido do PT, tendo em vista que este foi o partido que esteve no poder nos últimos anos no Brasil.

Assim, cria-se o efeito-sentido segundo o qual o governo do PT busca destruir valores tradicionais dos brasileiros, associado a um outro efeito, o de que o candidato Jair Bolsonaro é o único capaz de reverter essa situação, resgatando esses valores, que seriam, conforme os excertos, a defesa dos princípios cristãos, do patriotismo, da vida (oposição ao aborto), da família tradicional, além da rejeição a questões referentes a gênero (oposição à discussão sobre gênero no contexto escolar, por considerar tal discussão uma forma de incentivo a uma sexualização precoce das crianças e também uma anulação das diferenças/aptidões tidas como “naturais” de cada sexo). Em síntese, na série de excertos acima destacada, o sujeito político Bolsonaro fala a partir de um lugar discursivo coletivo que se identifica com posições-sujeito

⁵⁸ O candidato Jair Bolsonaro, no início da campanha, acusou, em entrevista ao Jornal Nacional (Rede Globo), o candidato Fernando Haddad de ter distribuído, quando era Ministro da Educação, um material denominado por Bolsonaro de “kit gay”. Esta acusação acerca da suposta distribuição do “kit gay” se tornou um dos principais temas das chamadas “*fake news*” que circularam no período de campanha eleitoral. A falsidade da informação foi confirmada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que solicitou a suspensão de *links* de sites e redes sociais que continham a referida expressão, em 15 de outubro de 2018. Informação obtida em: <https://cutt.ly/Sf2tio3>. Acesso em 12/09/2020.

nacionalista, religioso, conservador e moralista. Vejamos, agora, excertos nos quais são apresentadas as propostas do candidato Bolsonaro em relação às políticas contra a violência no Brasil:

Excerto 71: O brasileiro desta vez tem a opção de escolher um Presidente que pegue FIRME CONTRA A BANDIDAGEM que apavora a população; Contra saidinha nas prisões; A favor do LIVRE MERCADO; Contra ideologia de gênero e doutrinação ideológica nas escolas; CONTRA O DESARMAMENTO (*Twitter*, 16/08/18).

Excerto 72: BANDIDO armado até os dentes atirando em homens, mulheres e crianças inocentes **só se resolve na bala**. Quem não considera este fato ignora a própria realidade que estamos vivendo e esse é um sinal de que tudo permanecerá do mesmo jeito. **Nós entendemos e buscaremos a mudança!** (*Twitter*, 30/08/18, grifo nosso).

Excerto 73: **Vamos pegar pesado contra a violência** para termos um Brasil mais seguro e livre para todas as pessoas, independente de cor, sexualidade e religião. Queremos devolver à população o prazer de andar na rua sem medo, de viver sem medo. **Nosso inimigo é o crime**, não o cidadão! (*Twitter*, 09/10/18, grifo nosso).

Excerto 74: Somos o país da impunidade. Desde candidatos que querem soltar corruptos, a bandidos, estupradores e assassinos que são soltos em audiências de custódia, saidões da cadeia, indultos, etc. Não há vítima da sociedade. A SOCIEDADE É A VÍTIMA! Se depender de nós ISSO VAI ACABAR! (*Twitter*, 03/10/18).

Excerto 75: PRENDER E DEIXAR NA CADEIA SALVA VIDAS! (Plano de Governo, p. 30).

Excerto 76: Meu adversário falou que vai combater o encarceramento e soltar criminosos da cadeia. Nossa preocupação e prioridade são as pessoas de bem. Falo desde sempre, **prefiro uma cadeia lotada de criminosos do que um cemitério lotado de inocentes. Se faltar espaço, a gente constrói mais!** (*Twitter*, 09/10/18, grifo nosso).

Nesses excertos, há a materialização de um discurso segundo o qual é possível resolver o problema da violência por meio do recrudescimento penal e pelo uso rigoroso de medidas punitivas. Nesse sentido, o uso das expressões populares “pegar firme” e “pegar pesado” contra a violência, apesar de não apresentar nenhuma proposta concreta, indica a promessa de um governo que agirá com repressão contra a criminalidade. No excerto 71, expressões como “contra saidinha nas prisões” e “contra o desarmamento” marcam o posicionamento contrário do candidato a duas questões regulamentadas por lei no Brasil, que

é o direito à saída temporária do preso que cumpre regime semiaberto, conforme a Lei 7.210/84, e o Estatuto do Desarmamento, que vigora no país desde 2003.

Nos excertos 75 e 76, há uma defesa do encarceramento em massa como medida punitiva, independentemente das condições a que os presos serão submetidos, conforme se verifica na formulação “prefiro uma cadeia lotada de criminosos do que um cemitério lotado de inocentes. Se faltar espaço, a gente constrói mais!” (76). Desse modo, verificamos que o sujeito político Jair Bolsonaro se identifica com uma posição-sujeito punitivista e, conseqüentemente, se contrai-identifica com uma posição-sujeito que incentiva políticas de ressocialização e humanitárias em favor dos presos, o que o associa ao funcionamento discursivo da política de extrema-direita, caracterizada, dentre outras questões, pelo autoritarismo⁵⁹. No excerto 72, a formulação “BANDIDO armado até os dentes atirando em homens, mulheres e crianças inocentes só se resolve na bala” associa o candidato a uma posição-sujeito punitivista extremista, que nega os direitos humanos, tendo em vista que a expressão “só se resolve na bala” produz um efeito-sentido de negação do direito à vida àquele que infringe a lei.

Os excertos 74 e 76 estabelecem uma diferença ideológica entre a candidatura de Bolsonaro e a de seu adversário, de modo que a proposta de redução do encarceramento em massa, apresentada por Fernando Haddad, é caracterizada pelo candidato Bolsonaro como sinônimo de impunidade e de libertação de criminosos. Os dois excertos produzem o efeito-sentido de que o candidato Jair Bolsonaro estaria do lado do cidadão, da sociedade, das pessoas de bem, enquanto o seu adversário teria como objetivo proteger o crime. As expressões “Nós entendemos e buscaremos a mudança!” (72), “Queremos devolver à população o prazer de andar na rua sem medo, de viver sem medo. Nosso inimigo é o crime, não o cidadão!” (73) e “se depender de nós ISSO VAI ACABAR!” (74) traduzem, imaginariamente, a voz de um consenso, tendo em vista que o sujeito político assume o lugar discursivo do porta-voz para dar voz aos anseios de um grupo. Assim, apesar de evocar um

⁵⁹ Segundo Lowy (2015), a política atual de extrema-direita, apesar de procurar se distanciar dos regimes fascistas, pela aceitação da democracia parlamentar, ainda apresenta muitas características desses regimes, tais como a defesa de valores e instituições tradicionais, do nacionalismo, do racismo, da xenofobia, da misoginia e de medidas autoritárias contra o que considera insegurança. Nas palavras do autor, por mais que os partidos de extrema-direita tenham ideologias similares, as suas práticas políticas não são homogêneas. No caso do Brasil, segundo ele, diferentemente da Europa, não há partidos de massa tendo o racismo como bandeira principal, entretanto, assim como a extrema-direita francesa, a brasileira defende um conservadorismo mais reacionário referente a dois temas principais: 1) “a ideologia repressiva, o culto da violência policial, o chamado a restabelecer a pena de morte” (LOWY, 2015, p. 662), representada no Congresso Brasileiro pela “bancada da bala”; 2) a intolerância à diversidade de gênero, agitada no Brasil, principalmente, por setores religiosos com referência neopentecostal.

sentido universalizante, o porta-voz, ao se apresentar como um “nós” inclusivo, dá voz àqueles que se identificam com a posição-sujeito punitivista e se contraidentificam com aquela que é favorável às políticas de direitos humanos, conforme mostramos na análise dessa série de excertos.

3.4.4 Posição-sujeito e porta-voz na campanha de Fernando Haddad (PT)

Nesta subseção, analisamos excertos coletados nas publicações feitas na rede social *Twitter* do candidato Fernando Haddad (PT) e no seu plano de governo, cujo título é *O Brasil Feliz de Novo*. Esse título é idêntico ao do *jingle* que foi apresentado no lançamento da candidatura de Lula, em Junho de 2018⁶⁰, que diz em um dos trechos: “*Chama, chama que o povo quer. Chama, chama que o homem dá jeito. É o Brasil feliz de novo*”. Observamos que a locução adverbial de modo “de novo” materializa um pré-construído de que o Brasil teria sido feliz em momentos anteriores e que a execução desse plano de governo traria essa felicidade de volta ao povo brasileiro. Assim, podemos dizer que a atualização da memória do *jingle* de lançamento da campanha de Lula, no qual ele foi retratado como aquele que daria um “jeito” no Brasil e o faria feliz de novo, no plano de governo de Fernando Haddad, produz um efeito-sentido segundo o qual a proposta de governo apresentada é de retomada das políticas desenvolvidas no Brasil durante o governo do PT, mais especificamente, no Governo Lula. Vejamos, abaixo, alguns excertos desse plano de governo e de publicações do *Twitter*.

Excerto 77: O governo Haddad vai recuperar a capacidade do Estado retomar os grandes projetos sociais de nosso legado (Plano de Governo, p. 07).

Excerto 78: O governo Haddad retomará a centralidade das políticas para as mulheres, afirmando o protagonismo das mulheres no novo ciclo de desenvolvimento brasileiro (Plano de Governo, p. 20).

Excerto 79: Defendemos também um **projeto nacional de desenvolvimento** que enfrente a crise social e econômica que massacra nosso povo e um **novo período histórico de afirmação de direitos** dos trabalhadores das cidades, dos campos e das florestas, das mulheres, das juventudes, de negros, negras, indígenas, LGBTIs, espalhados pelas várias regiões desse país tão rico em diversidade (Plano de Governo, p. 05, grifo nosso).

Excerto 80: Nós aprendemos com os erros e vamos corrigi-los, mas não podemos deixar de lado **o nosso compromisso** com a liberdade e a igualdade. #SabatinaHaddad (*Twitter*, 27/10/18, grifo nosso).

⁶⁰ Informação obtida em: <https://cutt.ly/ugtrrNm>. Acesso em 06/09/2020.

Excerto 81: Nossa candidatura propõe dar um basta a todo esse retrocesso histórico. É preciso estabelecer o Estado Democrático de Direito para refundar democraticamente o Brasil, pôr fim ao Golpe e sua herança, recuperar a soberania nacional e popular, realizar as reformas democráticas e populares (Plano de Governo, p. 11).

Excerto 82: Recuperaremos também a governança adequada às formulações e implementação de políticas para os direitos humanos, esvaziada pelo governo ilegítimo (Plano de Governo, p. 19).

Excerto 83: Temos 15 dias para convencer as pessoas que o Brasil pode voltar a ser feliz. Nós estamos vivendo uma crise política que só pode ser superada na urna. É o povo que vai libertar o Brasil de seus algozes (*Twitter*, 21/09/18).

Nos dois primeiros excertos, a expressão “o governo Haddad” indica que o candidato fala a partir do lugar de governante, aquele que assume compromisso com os representados, cuja fala se dá na direção líder-povo. Nos excertos seguintes, identificamos o funcionamento da figura enunciativa do porta-voz, tendo em vista que o candidato fala em nome de uma coletividade, dando visibilidade àqueles que representa, pois estes são incluídos na fala por meio do “nós” (explícito ou elíptico) das formulações apresentadas. Identificamos, nesses excertos, o funcionamento da posição-sujeito defensor dos direitos humanos e sociais das minorias, principalmente no que diz respeito às propostas: i) de retomada dos projetos sociais (77); ii) de “centralidade das políticas para as mulheres” (78) e iii) de afirmação de direitos dos “trabalhadores das cidades, dos campos e das florestas, das mulheres, das juventudes, de negros, negras, indígenas, LGBTIs” (79), marcando, portanto, um funcionamento discursivo antagônico ao apresentado na campanha do candidato Jair Bolsonaro. Isso porque este último, diferente do candidato Fernando Haddad, não apresenta propostas direcionadas às minorias por alegar que “ninguém gosta de ser tratado como coitadinho” (*Twitter*, 24/10/18), assumindo, assim, uma posição-sujeito de contrariedade às políticas públicas destinadas a grupos marginalizados pela sociedade.

Também encontramos formulações que apresentam propostas para o novo governo a partir de uma retomada da memória do *impeachment* de Dilma Rousseff, denominado nos excertos de “golpe”, criando o efeito-sentido de que se tratou de um processo ilegítimo e que, portanto, o governo de Michel Temer se configura como “governo ilegítimo”, conforme se verifica nos excertos 81 e 82. O golpe, nessas formulações, é considerado o início de um retrocesso histórico e o momento de ruptura da democracia, a qual precisa ser refundada, segundo a formulação “É preciso estabelecer o Estado Democrático de Direito para refundar

democraticamente o Brasil” (81). O jogo dessas formulações produz o efeito-sentido segundo qual a vitória do candidato Fernando Haddad configura uma vitória da democracia e uma retomada das políticas públicas que foram esvaziadas após o golpe.

Conforme mostramos na introdução deste texto, durante os anos em que governou o Brasil, o PT esteve envolvido em uma série de escândalos de corrupção, os quais foram retomados na campanha eleitoral de 2018, como estratégia de ataque ao candidato Fernando Haddad. Assim, podemos dizer que, no excerto 80, a formulação “nós aprendemos com os erros e vamos corrigi-los” retoma esses escândalos, denominados pelo referido candidato como “erros” que serviram de aprendizado, o que atribui um certo caráter pedagógico a tais acontecimentos. Nesse caso, ao apresentar o substantivo “erros”, o enunciado sob análise silencia outros sentidos possíveis para esses escândalos, como o sentido de “crime”, por exemplo, pois, conforme Orlandi (2007 [1992]) “ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2007 [1992], p. 73). Vale salientar, contudo, que, para a AD, esse apagamento não é analisado como uma estratégia argumentativa elaborada por um sujeito que seria a origem do sentido, mas como um efeito do discurso. Por isso, não se trata de uma escolha do indivíduo, mas de um funcionamento do sujeito que se encontra subjetivado em determinada posição discursiva.

Verificamos, também, que, nesse excerto, Fernando Haddad ocupa a posição-sujeito político-partidário, tendo em vista que fala do lugar do partido. No excerto 83, o sujeito político, ao assumir o lugar enunciativo do porta-voz, convoca o seu grupo “para convencer as pessoas de que o Brasil pode voltar a ser feliz”, de modo que, ao mesmo tempo em que fala em nome do povo, fala, também, para o povo. Nos excertos seguintes, outras memórias são atualizadas na apresentação de propostas para um novo Brasil. Vejamos:

Excerto 84: O Brasil **vai voltar** a gerar empregos no curto prazo, **valorizar novamente** o salário mínimo e impulsionar a economia popular, com investimentos públicos, **retomada** de obras paralisadas, estímulo ao crédito acessível para combater a inadimplência das famílias e empresas, num círculo virtuoso que ative a produção, o consumo e a economia nacional (Plano de Governo, p. 06, grifo nosso).

Excerto 85: **Nós vamos voltar** a ter paz, desenvolvimento, progresso, liberdade e inclusão nesse país, com trabalho e educação para todos. É assim que se constrói uma nação. É assim que **vamos retomar** o Brasil para os brasileiros. Veja como foi nossa passagem por Minas Gerais. #Vote13 (Twitter, 23/09/18, grifo nosso).

Excerto 86: Faltam três dias para o Brasil começar a **virar a página do governo Temer! O povo vai voltar ao poder!** #Vote13 (Twitter, 04/10/18, grifo nosso).

Excerto 87: Queremos governar um país para todos e não só para os ricos, como fez o governo Temer. Domingo é o dia do **povo voltar ao poder**. #Vote13 (*Twitter*, 05/10/18, grifo nosso).

Excerto 88: A cada atividade vemos crescer nosso apoio. Um povo que não se sente representado no Brasil de Temer e que lembra dos dias de paz que vivemos com Lula presidente. **Vamos recuperar** esses dias, vamos viver o sonho outra vez! #Vote13 #HaddadPresidente (*Twitter*, 27/09/18, grifo nosso).

Excerto 89: Tá chegando a hora de fazer o Brasil Feliz de Novo. Vamos com esperança, lembrando do Brasil que construímos junto a Lula e que a partir do dia 1 de janeiro **vamos resgatar**. #Vote13 #HaddadPresidente (*Twitter*, 03/10/18, grifo nosso).

Excerto 90: **As pessoas eram felizes nos governos Lula**. Tinham trabalho e educação, foram mais de 20 milhões de empregos. Vislumbro o futuro do brasileiro com uma carteira assinada na mão e um livro na outra. #HaddadNaRecord #DebateNaRecord (*Twitter*, 01/10/18, grifo nosso).

Nesses excertos, o sujeito político Fernando Haddad ocupa a posição-sujeito agente da mudança e, como tal, funciona como alguém que está em um lugar de fronteira entre o outro mundo possível e o estado de coisas existentes. Portanto, funciona, aqui, o lugar discursivo da figura do porta-voz, conforme Pêcheux (1990 [1982]). As propostas apresentadas remetem tanto à situação política do Brasil em 2018 (Governo Temer) quanto à memória do governo do PT. Nesse sentido, a constituição desse novo Brasil se dá a partir de um retorno aos tempos do governo de Lula, como se verifica nos excertos 88 a 90, nos quais as expressões “Vamos recuperar esses dias”, “vamos viver o sonho outra vez!”, “vamos resgatar”, “dias de paz que vivemos com Lula presidente”, “As pessoas eram felizes nos governos Lula” produzem o efeito-sentido de que esse Brasil, onde há paz, desenvolvimento, progresso, liberdade, inclusão, trabalho e educação já existiu e será recuperado no governo Haddad. O uso dos verbos “voltar”, “recuperar”, “retomar”, “resgatar”, assim como de expressões como “valorizar novamente” e “viver o sonho outra vez” marcam linguisticamente esse efeito-sentido.

Nessas formulações, funciona, também, o efeito-sentido salvacionista, segundo o qual o candidato Fernando Haddad seria o agente da salvação do país, que sofre com a crise ocasionada pela interrupção do governo de Dilma Rousseff, em 2016. Diferentemente do efeito-sentido salvacionista, que é produzido a partir do imaginário religioso, identificado nos excertos das campanhas dos candidatos Cabo Daciolo e Jair Bolsonaro, esse efeito-sentido,

aqui, é produzido a partir da retomada de memórias do campo político, mais especificamente, dos Governos Temer e Lula.

Além disso, nas formulações “Domingo é o dia do povo voltar ao poder” e “O povo vai voltar ao poder!”, está em funcionamento a figura do porta-voz como expressão imediata da palavra do povo, isto é, como representante legítimo, cuja palavra coincide com a do povo, já que a chegada de Haddad ao poder significaria, segundo o discurso aqui materializado, a chegada do povo ao poder. A expressão “o povo” remete a um pré-construído que indica uma totalidade uniforme e que busca mascarar/apagar as diferenças entre os lugares ideológicos. Essa expressão funciona, portanto, como uma evidência subjetiva, pois, segundo Pêcheux (2014 [1975], “é a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc.” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 146). E sabe também o que é “o povo”, expressão constantemente retomada no discurso político e que faz funcionar uma espécie de “sempre-já” aí. Algo bastante semelhante ao que Pêcheux apresenta quando explica a emergência de formulações como “*a França está ameaçada/ somos todos franceses/ é a guerra!*” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 210, grifo do autor). Nesse caso, o autor defende que a ideologia dominante faz emergir um “sempre-já” aí, sob a forma de um funcionamento ideológico espontâneo mais antigo”, o que produz “uma cadeia de evidências da ordem do fato realizado que vão funcionar, [...], para uma grande parte do povo francês, subsidiadas e articuladas em diversos ditos sentenciosos e injunções carregadas de pré-construídos inculcados” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 210).

No caso da expressão “o povo”, os ditos sentenciosos e as injunções carregadas de pré-construídos inculcados são largamente encontrados em dados como os que constituem o *corpus* deste trabalho, isso em relação a todos os candidatos aqui analisados⁶¹.

Vejamos, abaixo, outros exemplos da campanha de Fernando Haddad:

⁶¹ Alguns exemplos: “**O povo** brasileiro vai prosperar (EM NOME DO SENHOR JESUS CRISTO)” (*Facebook* de Daciolo, 03/09/18, grifo nosso); “**O POVO** VAI SER LIBERTO” (*Facebook* de Daciolo, 12/09/18, grifo nosso); “O Brasil precisa se libertar dos corruptos. **O povo brasileiro** precisa ser livre de VERDADE” (Plano de Governo de Bolsonaro, p. 06, grifo nosso); “Haddad (PT) ameaça a justiça e **o povo brasileiro**” (*Twitter* de Bolsonaro, 17/10/18, grifo nosso); “**O povo** lembra e reconhece todas as mudanças e melhorias de vida que a era Lula fez no Brasil” (*Twitter* de Haddad, 25/09/18, grifo nosso); “**O povo** tem memória e não vai ser vítima das mentiras do lado de lá” (*Twitter* de Haddad, 04/10/18, grifo nosso). Ressaltamos que, nos dados do candidato José Maria Eymael, não identificamos, especificamente, a expressão “o povo”, mas apenas o substantivo “povo” acompanhado de outros determinantes, conforme os exemplos a seguir: “A Constituição é a alma **do povo**” (Plano de Governo de Eymael, p.1, grifo nosso); “A força de um Jingle, embalando o sonho de **um povo**” (*Facebook* de Eymael, 30/09/18, grifo nosso).

Excerto 91: Este Plano de Governo de Fernando Haddad e Manuela D’Ávila propõe uma verdadeira **refundação democrática** do Brasil para recuperar a soberania nacional e popular, atingidas duramente a partir do golpe de 2016 (Plano de Governo, p. 05, grifo nosso).

Excerto 92: O tempo presente impõe o desafio de **refundar e aprofundar a democracia** no Brasil na contramão do avanço do conservadorismo no cenário internacional, do autoritarismo na América Latina, do neoliberalismo e da intolerância no Brasil (Plano de Governo, p. 11, grifo nosso).

Excerto 93: Haddad é a única opção para a manutenção da nossa Democracia. Sua trajetória e sua capacidade o habilitam a ocupar o posto de Presidente da República e reconduzir nosso país ao caminho da paz e do desenvolvimento (Plano de Governo, p. 10, grifo nosso).

Excerto 94: Meu compromisso com a democracia não é de hoje. Lutei pelas diretas, lutei pela assembleia constituinte, sou contra governos autoritários. Para mim tudo se resolve pelo voto e pela soberania popular. #DebateNaRecord #HaddadNaRecord (*Twitter*, 30/09/18, grifo nosso).

Excerto 95: Vamos defender o Brasil e seu povo, sobretudo o povo mais pobre. **Sempre estive do lado da liberdade e da democracia.** Não vou abrir mão dos meus valores (*Twitter*, 07/10/18, grifo nosso).

Excerto 96: Eu nunca compactuei com nenhum tipo de autoritarismo. Nunca defendi a tortura. Eu estou aqui para defender o meu país do que pode acontecer. E armado só com argumento (*Twitter*, 09/10/18, grifo nosso).

Excerto 97: O que eu peço a cada um de vocês é um voto a mais. E assim vamos varrer o fascismo do Brasil! (*Twitter*, 22/10/18).

Essas formulações apresentam a principal proposta do candidato Fernando Haddad, que seria “refundar” a democracia no Brasil “para recuperar a soberania nacional e popular, atingidas duramente a partir do golpe de 2016” (91). Essa proposta materializa o pré-construído de que a democracia no Brasil foi abalada pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, já que a candidata, eleita democraticamente, teria sido destituída do cargo de forma ilegítima. Os demais excertos apontam para a existência de uma ameaça à democracia no país, conforme se verifica nas formulações “Haddad é a única opção para a manutenção da nossa Democracia” (93), “assim vamos varrer o fascismo do Brasil” (97) e “Eu estou aqui para defender o meu país do que pode acontecer” (96), nas quais o candidato é apresentado como a única solução para conter o avanço do autoritarismo e do conservadorismo no Brasil.

Nesse sentido, como representante do povo, esse sujeito político se constitui, conforme Zoppi-Fontana (1997), por um processo discursivo de identificação e de diferenciação, na medida em que se identifica com o grupo que representa e se diferencia deste como aquele capaz de defender os interesses da coletividade pelo seu histórico, como se pode observar nos

excertos 94 a 97, nos quais o candidato identifica-se com a posição-sujeito democrata. A legitimação desse lugar pode ser verificada nas expressões “Meu compromisso com a democracia não é de hoje” (94) e “Sempre estive do lado da liberdade e da democracia” (95), nas quais a defesa da democracia em si já indica a existência de um discurso oponente, com o qual esse sujeito político não se identifica, o que se marca linguisticamente por meio das formulações “Eu nunca compactuei com nenhum tipo de autoritarismo. Nunca defendi a tortura” (96) e “sou contra governos autoritários” (94). Vejamos, abaixo, excertos que apresentam características desse sujeito político que, supostamente, o tornam apto a exercer a função de representante do povo:

Excerto 98: O radicalismo está do lado de lá. Eu nunca tive nenhum projeto rejeitado no Congresso Nacional, foram mais de 50 projetos aprovados quando era ministro. Isso porque **eu tenho capacidade de diálogo** (*Twitter*, 09/10/18, grifo nosso).

Excerto 99: Fui escolhido para ser candidato por conseguir transitar em todas as tribos. Nunca recebi ofensas dos meus adversários porque **sempre respeitei a todos. Sempre fui democrata**, sempre repudiei qualquer regime de força, não acredito que a força vai resolver problemas sociais (*Twitter*, 16/10/18, grifo nosso).

Excerto 100: Meu adversário deu uma entrevista falando que vai tratar os governadores que o apoiaram de um jeito e os que não apoiaram de outro. Isso não é republicano, quem escolhe governador é o povo. **Eu não vou discriminar ninguém** (*Twitter*, 25/10/18, grifo nosso).

Excerto 101: Quando você entra em uma sala de aula, você não pergunta se o aluno é corinthiano ou torce pro Bahia, se ele é judeu ou muçulmano, se é preto ou branco. **Você apenas se doa. Se doa para que as pessoas aprendam e se desenvolvam. Essa é a missão de vida de um professor** (*Twitter*, 15/10/18, grifo nosso).

Excerto 102: Eu vivo de salário, sou professor. Eu e minha esposa. Tenho ética. Como ministro da Educação trabalhava 18 horas por dia para abrir as portas das universidades aos pobres. #HaddadÉ13 #DebateNaGlobo (*Twitter*, 04/10/18, grifo nosso).

Excerto 103: Quero pedir ao povo brasileiro que não se deixe levar pelo ódio e pela mentira. **Sou um professor que vive de salário, com 18 anos de serviços prestados ao Brasil.** Vamos virar essa eleição, corrigir os erros e retomar os acertos. O ódio não vai levar o Brasil a lugar nenhum (*Twitter*, 26/10/18, grifo nosso).

Excerto 104: Eu tenho uma vida pública **sem nenhum reparo.** Não existe nada na minha vida que não seja produzir o bem, trabalho e educação. HaddadÉ13#DebateNaGlobo (*Twitter*, 05/10/18, grifo nosso).

Nos excertos 98 a 100, o candidato Fernando Haddad ocupa a posição-sujeito político estadista, aquele que consegue “transitar em todas as tribos”, tem a capacidade do diálogo, respeita a todos e não discrimina ninguém, independentemente de partidos, o que seria uma postura contrária à do seu adversário, como observamos nas expressões “o radicalismo está do lado de lá” (98) e “Meu adversário deu uma entrevista falando que vai tratar os governadores que o apoiaram de um jeito e os que não apoiaram de outro” (100). Desse modo, esses excertos materializam um efeito-sentido de embate ideológico entre as duas candidaturas. Nos excertos 101 a 104, o candidato se subjetiva no lugar de professor, caracterizado como aquele que tem a missão de se doar “para que as pessoas aprendam e se desenvolvam”. Para tanto, ele recorre a seu histórico pessoal/profissional e distancia-se, imaginariamente, do lugar de sujeito político.

Observamos, ainda, a tentativa de construção de uma imagem de homem trabalhador, que vive de salário, que respeita as diferenças e que tem a vida pautada pela ética, mostrando, assim, uma confluência entre a vida privada e a vida pública do candidato. Isso se justifica porque há uma memória em funcionamento na sociedade brasileira contemporânea de que político e trabalhador estão em lados opostos, visto que, no imaginário social, político não trabalha e ganha muito dinheiro de modo fácil. Então, nesses excertos, a caracterização de Fernando Haddad como um homem trabalhador produz o efeito-sentido de que o referido candidato seria um político diferente daquele que é conhecido na sociedade como o político tradicional, aquele que não trabalha. Tal característica (de político de profissão, político que não trabalha) é atribuída ao adversário, Jair Bolsonaro, conforme vemos nas formulações: “Nosso adversário é um político tradicional, com 28 anos de estrada e pouco serviço prestado ao país”, e “Coitado é ele que em 28 anos como deputado não fez nada pelo Brasil”, publicadas no *Twitter* de Fernando Haddad, em 08/10/18 e 24/10/18, respectivamente. Assim, o apelo à imagem de homem trabalhador marca, também, o antagonismo entre os dois candidatos.

Nos próximos excertos, o candidato Fernando Haddad faz referência a seu histórico como Ministro da Educação. Vejamos abaixo:

Excerto 105: O presidente Lula me indicou para a prefeitura de São Paulo porque na visão dele **fui o melhor ministro do seu governo**. Criamos o ProUni, levamos institutos federais a mais de 200 cidades. Não existe município que não tenha sido beneficiado pelo MEC no nosso governo. HaddadNoJN (*Twitter*, 14/09/18, grifo nosso).

Excerto 106: Quando eu era ministro da Educação melhoramos todos os índices de educação infantil, alcançamos os melhores níveis do IDEB e

quase dobramos os ingressos na universidade. #HaddadNaCBN (*Twitter*, 18/09/18).

Excerto 107: Ninguém investiu mais em educação gratuita do que eu. Mais do que duplicamos as matrículas nas universidades federais, inauguramos institutos federais em mais de 200 cidades do interior. #HaddadNaRecord #DebateNaRecord (*Twitter*, 30/09/18, grifo nosso).

Excerto 108: Fui ministro da Educação por 7 anos, geria um orçamento de R\$ 100 bi e não se ouviu uma denúncia sequer de desvio de recursos públicos. E por quê? Não apenas pela minha conduta, mas porque tinha um controle interno eficaz. E pretendo aplicar em todas as estatais. #HaddadNoSBT (*Twitter*, 17/10/18, grifo nosso).

Excerto 109: Meu adversário está soltando mentiras na internet, dizendo que eu distribuí material impróprio para crianças com menos de 6 anos. **Eu fui ministro da Educação e o que eu distribuí foi computador, ônibus e bibliotecas...** Coisas que ele desconhece da escola pública (*Twitter*, 11/10/18, grifo nosso).

Nesses excertos, o sujeito político retoma as ações realizadas por ele como ministro da Educação, no período de 2005 a 2012, nos governos de Lula e de Dilma Rousseff, respectivamente, como forma de legitimar o seu lugar de político capaz de ser o verdadeiro representante do povo, de falar em nome da coletividade, ou seja, de ocupar o lugar de porta-voz do povo. Nos excertos 105 a 107, a apresentação de feitos, como a duplicação do número de vagas nas universidades, a criação de um grande número de Institutos Federais e a melhoria dos índices da educação infantil no IDEB, associa o candidato à posição-sujeito ministro democrático, aquele que foi responsável pela democratização do acesso à educação no Brasil. A retomada dos feitos de Fernando Haddad como ministro da educação produz, também, o efeito-sentido de que o candidato é um político que trabalha, diferentemente de um discurso que circula na sociedade, segundo o qual todo político não trabalha e é corrupto.

Além disso, no excerto 108, o candidato ocupa a posição-sujeito político honesto, aquele que sabe gerir os recursos públicos com controle e boa conduta. Essa mesma posição está materializada no excerto 109, que remete à questão polêmica do apelidado “kit gay”, já explicada anteriormente. Ao se defender das acusações de ter distribuído material impróprio para crianças, o candidato deslegitima a conduta do seu adversário, assim como o faz nos próximos excertos, que apresentam, mais uma vez, o antagonismo entre as duas campanhas. Vejamos os excertos e a análise a seguir:

Excerto 110: Bom dia! Três dias para o primeiro turno! Vamos em frente com uma campanha limpa, combatendo as mentiras e apresentando soluções

para o Brasil. Não se deixe enganar por fake news no Whats App. Denuncie. #HaddadPresidente #Vote13 (*Twitter*, 04/10/18).

Excerto 111: Nós vamos tentar identificar os emissores das fake news. Sabemos que não é simples para identificar, mas é possível. Vamos tentar até domingo, recebendo as denúncias e combatendo pelo número 11 99322-3275 (*Twitter*, 03/10/18).

Excerto 112: Nossa candidatura é transparente, não varia proposta conforme a estação do ano. O lado de lá é só mentira e desinformação (*Twitter*, 09/10/18).

Excerto 113: O Bolsonaro não quer assinar um protocolo ético e isso é um atestado de desonestidade. Se ele tivesse interesse de retirar as mentiras da internet, teria aceitado o acordo. A gente sabe de onde vem e por isso ele não tem interesse em combater, ele se beneficia com essas mentiras (*Twitter*, 09/10/18).

Excerto 114: Estamos diante de uma tentativa de fraude eleitoral. O esforço do Bolsonaro era pra liquidar já no primeiro turno. Ele contava que viraríamos a página e isso tudo não seria apurado. O que está hoje nos jornais não são indícios, são provas. Não estamos falando de suposições (*Twitter*, 18/10/18).

Essas formulações fazem referência às chamadas *fake news*, que circularam durante o período de campanha eleitoral, sendo que o excerto 114 refere-se, diretamente, à denúncia feita pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre a existência de um suposto esquema em que empresas teriam pago pelo “disparo” (envio em massa) de conteúdos contra o candidato do PT, pelo aplicativo *Whatsapp*, beneficiando o candidato do PSL. Observamos que, nesses excertos, o sujeito político Fernando Haddad, a partir da posição-sujeito político ético, fala em nome de uma coletividade, ao mesmo tempo em que parlamenta com o adversário, constituindo, assim, a figura do porta-voz, que fala na direção líder-povo, ao convocar os representados a identificarem os disseminadores das *fake news* e a combaterem as mentiras disseminadas por tais sujeitos.

Além disso, esse sujeito político ocupa a posição de vítima das *fake news*, enquanto o seu adversário é discursivizado como algoz, mentiroso, desonesto e corrupto. Esse funcionamento pode ser identificado nas formulações: “Vamos em frente com uma campanha limpa, combatendo as mentiras e apresentando soluções para o Brasil” (110); “Nossa candidatura é transparente [...] O lado de lá é só mentira e desinformação” (112) e “O Bolsonaro não quer assinar um protocolo ético e isso é um atestado de desonestidade [...] ele se beneficia com essas mentiras” (113). Desse modo, podemos dizer que esses excertos

apresentam um antagonismo entre as duas campanhas no que diz respeito à ética, pois o funcionamento discursivo dessas materialidades indica que o candidato Fernando Haddad ocupa uma posição-sujeito de político honesto, ao passo que o candidato Jair Bolsonaro é associado a uma posição-sujeito de político desonesto.

Vejamos os próximos excertos que, também, marcam o embate ideológico entre as duas candidaturas:

Excerto 115: Vamos fazer uma campanha propositiva e demarcar as diferenças entre projetos. Agora, meu adversário precisa participar dos debates. **Eu estou disposto a ir até uma enfermaria se for preciso para debater o Brasil.** Ninguém pode ser eleito sem apresentar as suas propostas ao povo (*Twitter*, 10/10/18, grifo nosso).

Excerto 116: Bolsonaro é mentiroso. **Porque ele não me pergunta sobre kit gay no debate?** É uma mentira deslavada de quem não tem projeto, só pensa em botar arma na mão da população para ela se matar (*Twitter*, 12/10/18, grifo nosso).

Excerto 117: Diz que quer pacificar o país, como? Eu faço esse apelo todo dia. Não se ganha uma eleição dessa maneira, isso é ruim para o Brasil. **Precisamos debater propostas.** Ele tem uma razão para não participar do debate: ele não pode afirmar essas mentiras na minha cara (*Twitter*, 14/10/18, grifo nosso).

Excerto 118: Meu adversário não descansa. Trabalha em ritmo industrial na sua fábrica de fake news. Enquanto isso **sigó esperando ele dizer suas mentiras olhando no meu olho** (*Twitter*, 16/10/18, grifo nosso).

Excerto 119: Não enalteço torturador, não bato continência pra bandeira americana. **Quem é fraco e foge dos debates é você, @jairbolsonaro.** Não tem a menor condição de conduzir o Brasil. #SabatinaHaddad (*Twitter*, 26/10/18, grifo nosso).

Os excertos acima retratam o embate entre os candidatos durante a campanha do segundo turno, nas redes sociais, especialmente no *Twitter*, que foi o espaço utilizado por eles para apresentação de propostas e, também, para confrontar o adversário, tendo em vista que não houve debate aberto, televisivo. No excerto 115, o candidato Fernando Haddad se compromete a fazer uma campanha propositiva e a debater os projetos com o adversário, dispondo-se, inclusive, a “ir até uma enfermaria se for preciso para debater o Brasil”. Isso porque o candidato Jair Bolsonaro, alegando questões de saúde, devido ao atentado que sofreu no mês de setembro de 2018, não participou dos debates. Nesse excerto, assim como nos seguintes, por meio das formulações “Porque ele não me pergunta sobre kit gay no debate?”

(116), “Ele tem uma razão para não participar do debate: ele não pode afirmar essas mentiras na minha cara” (117), “Enquanto isso sigo esperando ele dizer suas mentiras olhando no meu olho” (118) e “Quem é fraco e foge dos debates é você, @jairbolsonaro” (119) identificamos uma posição-sujeito em que o candidato Fernando Haddad subjetiva-se como corajoso, pois não tem medo do enfrentamento e não foge dos debates.

Por outro lado, seu adversário, que é convocado a ocupar o lugar daquele que foge dos debates, é apresentado como fraco, covarde e mentiroso, além de não ter propostas e de não ter competência para governar o país, conforme o enunciado “Não tem a menor condição de conduzir o Brasil” (119). Além disso, o antagonismo entre as duas campanhas é marcado, no excerto 119, pela oposição do candidato Fernando Haddad à ditadura, à qual o candidato Bolsonaro é associado pela retomada da memória da homenagem que o referido candidato fez a Carlos Brilhante Ustra, durante sessão de votação pela admissibilidade do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff (PT). Assim, enquanto o candidato Fernando Haddad ocupa a posição-sujeito político democrático, os excertos também produzem um efeito-sentido de rejeição ao lugar de funcionamento discursivo da extrema-direita, especificamente, dos regimes ditatoriais.

Os excertos abaixo tratam de questões religiosas que atravessaram a campanha eleitoral de Fernando Haddad. Vejamos:

Excerto 120: No nosso governo, **todas as religiões terão a proteção e nenhuma discriminação.** Sempre com respeito e liberdade de escolha. Infelizmente nós temos um adversário que quando abre a boca sempre desrespeita alguém. É um risco muito grande para democracia (*Twitter*, 26/10/18, grifo nosso).

Excerto 121: As fake news prejudicaram muito minha campanha, sobretudo no 1o turno. Mas por que os cristãos em geral estão abandonado a candidatura do Bolsonaro? **Porque a mentira é coisa do diabo. Os evangélicos sabem o significado da palavra verdade na Bíblia e o peso da palavra mentira** (*Twitter*, 25/10/18, grifo nosso).

Excerto 122: A Justiça Eleitoral tirou do ar o último programa do Bolsonaro. **Mais uma mentira envolvendo religião. Não vou admitir que minha fé seja questionada** por quem não tem coragem de me enfrentar. O soldadinho de araque vai continuar escondido zombando da justiça e espalhando fake news? (*Twitter*, 26/10/18, grifo nosso).

No excerto 120, o candidato Fernando Haddad ocupa a posição-sujeito político que se vincula a uma posição democrática, pois defende a laicidade do Estado, que constitui um princípio constitucional. Assim, ao dizer que “No nosso governo, todas as religiões terão a

proteção e nenhuma discriminação” garante o cumprimento desse princípio. Entretanto, nos excertos seguintes, o discurso religioso aparece relacionado ao discurso político, funcionando como uma estratégia de defesa aos ataques do adversário de Haddad, no que se refere a questões religiosas. Desse modo, no excerto 121, o candidato recorre ao texto bíblico na tentativa de mostrar que o cristão, conhecedor da verdade bíblica, abandonaria o candidato Bolsonaro, já que este estaria do lado da mentira.

Na formulação “Porque a mentira é coisa do diabo. Os evangélicos sabem o significado da palavra verdade na Bíblia e o peso da palavra mentira” (121) há uma referência à passagem bíblica “Vós tendes por pai ao diabo, e quereis satisfazer os desejos de vosso pai. [...] Quando ele profere mentira, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso, e pai da mentira” (JOÃO 8:44). Assim, o jogo parafrástico entre essas formulações produz um efeito-sentido de que apoiar Bolsonaro significa ir de encontro à palavra de Deus, que é a verdade, segundo os princípios cristãos. Já na formulação “Mais uma mentira envolvendo religião. Não vou admitir que minha fé seja questionada” (122), o candidato Fernando Haddad assume a posição-sujeito religioso ao negar a veracidade da peça publicitária, veiculada pelo candidato do PSL e retirada do ar pelo TSE⁶², que o retratava como ateu.

Vemos, portanto, que, por mais que a questão religiosa não se constitua como bandeira do candidato Fernando Haddad, ela emerge em sua campanha como resposta ao que é proposto pela campanha de seu adversário político. Este último é discursivizado nos excertos como mentiroso e covarde, conforme indica a formulação “o soldadinho de araque vai continuar escondido zombando da justiça e espalhando fake news?” (122), que faz referência a supostas atitudes do candidato Jair Bolsonaro, as quais não coadunam com os princípios cristãos. Passemos às análises dos próximos excertos.

Excerto 123: Esse é o programa da vitória, do #LulaLivre, da luta das mulheres e das juventudes, da resistência democrática, dos movimentos negros, indígenas, LBGTI+, dos trabalhadores e do povo por seus direitos violados (Plano de Governo, p. 10, grifo nosso).

Excerto 124: Um dia para o resto de nossas vidas! Vamos com garra, energia e fé que a virada chegou. De porta em porta, olho no olho, com muita conversa e muito respeito. **Nossa luta é dura e nossa causa é nobre.** Amanhã vamos comemorar uma vitória histórica da verdade e da democracia! (*Twitter*, 27/10/18, grifo nosso).

⁶² Informação obtida em: <https://cutt.ly/Ff6kyvV> . Acesso em 20/09/2020.

Excerto 125: Aqueles que estão em dúvida, nós precisamos conversar. Os que estão do outro lado, temos que trazer para o nosso. **Nós não vamos desistir do Brasil** (*Twitter*, 27/09/18, grifo nosso).

Excerto 126: Tanta gente lutou por liberdade, tanta gente morreu por liberdade nesse país. Nós vamos abrir mão disso? **Nós não queremos ser apenas símbolos da resistência, queremos ser a vitória da resistência** (*Twitter*, 22/10/18, grifo nosso).

Nessas formulações, a campanha do candidato Fernando Haddad é discursivizada como uma luta, produzindo diferentes efeitos-sentido. No excerto 123, emerge o efeito-sentido de que a campanha é uma luta pelos direitos das minorias e do povo, de modo geral, enquanto que, no excerto 124, a luta é em defesa da democracia e da verdade. Já no excerto 126, o efeito-sentido é de que se trata de uma luta pela liberdade. Desse modo, podemos dizer que está em funcionamento, nesses excertos, um discurso de resistência em defesa dos interesses de uma coletividade da qual o candidato Fernando Haddad se constitui como o porta-voz, conforme se verifica nas expressões “Nós não vamos desistir do Brasil” (125) e “Nós não queremos ser apenas símbolos da resistência, queremos ser a vitória da resistência” (126). Esse “nós” inclusivo que é constituído, imaginariamente, por uma coletividade uniforme, traduz, na verdade, a voz daqueles que se subjetivam nessa posição-sujeito de militância em favor dos direitos das minorias e, também, da democracia.

3.5 Considerações sobre a figura do porta-voz nas campanhas eleitorais

Considerando que, por ser eleito pelo voto direto, o presidente da República se constitui como o representante da vontade do povo, podemos dizer que a eleição de um presidente seria o que Zoppi-Fontana (1997) chama de “confirmação documentária da cena rousseauiana do contrato social, pela qual a sociedade se constitui em Povo e, como tal, delega o poder político ao Estado” (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 60). Entretanto, segundo a autora, para que esse contrato social aconteça, de fato, seria necessário que o povo que delega o poder ao Estado fosse uno e indiviso. No caso em análise, seria necessário que a vontade do povo brasileiro fosse uma só, da qual o presidente da República seria o representante.

Observamos nos dados que os quatro candidatos falam em nome do povo, na ilusão de uma totalidade uniforme, como pudemos ver nos exemplos apresentados na subseção 3.4.4, nos quais a expressão “o povo” remete a uma certa unidade. Identificamos os pretensos porta-vozes do povo brasileiro falando como um “nós” coletivo, o que se dá pelo uso do pronome “nós”, explícito em algumas formulações e elíptico em outras, mas também pelo emprego de

outras palavras que indicam coletividade como “time”, “cidadãos”, “todos”, “brasileiros” e “nação brasileira”.

Com base no que propõe Zoppi-Fontana (1997), para quem a figura do porta-voz configura-se, no nível do imaginário, como lugar de enunciação coletiva, onde povo e líder são constituídos a partir de uma ilusória relação de interlocução, podemos dizer que a figura enunciativa do porta-voz, identificada na campanha eleitoral de 2018, fala em nome de uma coletividade, mas não em nome da vontade coletiva de um povo brasileiro uno e indiviso, pois a forma de tais candidatos se identificarem com o lugar discursivo do porta-voz aponta para a deriva de sentidos (não existe um único porta-voz, mas, como vimos, o porta-voz mensageiro de Deus, o porta-voz mensageiro da justiça, o porta-voz mensageiro da democracia, etc.), indicando que essa suposta unidade do “povo brasileiro” é apenas um efeito relacionado à ilusão subjetiva.

Assim, ao se constituir nesse lugar do diferente e sob a ilusão do mesmo, os porta-vozes das campanhas do Cabo Daciolo e José Maria Eymael se identificam com as posições-sujeito: nacionalista, religioso, conservador, defensor da família, da Constituição e dos valores morais. O candidato Jair Bolsonaro, por sua vez, se subjetiva nas posições-sujeito: conservador, nacionalista, religioso, liberal, antipetista, punitivista, defensor de valores morais, anticorrupção. E o candidato Fernando Haddad se identifica com as posições-sujeito: democrata, estadista, professor, ministro, trabalhador, honesto, salvacionista, religioso, corajoso, ético e militante. Ressaltamos que a posição-sujeito agente da mudança, que também configura o lugar do porta-voz, aparece nas quatro campanhas, entretanto, é constituída a partir da atualização de diferentes memórias e da apresentação de diferentes mundos possíveis. Como o porta-voz é constituído por diferentes posições-sujeito e enuncia a partir delas, podemos dizer que, em todos os casos analisados, ao ser construída uma ilusão de coletividade, ocorre o silenciamento⁶³ daqueles que não se identificam com as posições-sujeito nas quais o pretense porta-voz se subjetiva.

⁶³ Orlandi (2007 [1992]) defende que o silêncio pode ser categorizado de duas formas: a) o silêncio fundante, o qual indica que todo processo de significação tem uma relação necessária com o silêncio; b) a política do silêncio (silenciamento), segundo a qual todo dizer, por ser sempre produzido a partir de uma posição-sujeito, necessariamente, cala outros sentidos possíveis. Segundo a autora, esse silenciamento pode ser constitutivo (o não dito necessariamente excluído) e local (manifesta-se pela interdição do dizer). No caso em questão, estamos falando do silenciamento constitutivo, do “mecanismo que põe em funcionamento o conjunto do que é preciso não dizer para poder dizer” (ORLANDI, 2007 [1992], p. 74), visto que, ao dizer de um determinado lugar de porta-voz, apaga-se, necessariamente, dizeres de um outro lugar de porta-voz, ao mesmo tempo em que esse não dizer produz sentido.

Vimos que a posição-sujeito religioso está materializada nas campanhas dos quatro candidatos, indicando o entrecruzamento do campo religioso com o campo político, sendo que aparece de forma diferente em cada uma delas. Na campanha do candidato José Maria Eymael, esse encontro se dá no funcionamento do lugar discursivo do porta-voz, no sentido de que o sujeito político, como o agente da mudança, propõe “o outro mundo possível”, isto é, “um novo e melhor Brasil” a partir dos princípios cristãos, que são os pilares do partido Democracia Cristã (DC), do qual o candidato é representante. Na campanha do candidato Fernando Haddad, o discurso religioso emerge como estratégia de defesa aos ataques do candidato adversário em relação a questões religiosas. Nesse sentido, o candidato subjetiva-se na posição-sujeito religioso, como pretensa porta-voz, também, daqueles que se identificam com essa posição-sujeito.

A confluência entre o discurso político e o discurso religioso nas campanhas dos candidatos Cabo Daciolo e Jair Bolsonaro se estabelece na constituição do lugar discursivo do porta-voz, tendo em vista que os candidatos se subjetivam na posição de missionários, mensageiros de Deus, na medida em que vinculam suas ações como sujeitos políticos à manifestação da vontade divina. Nas duas campanhas, identificamos o funcionamento de um discurso salvacionista, segundo o qual os candidatos teriam sido enviados por Deus para cumprirem a missão de dar fim a todos os problemas que afetam o país e instituir um novo mundo, uma espécie de “paraíso na terra”.

Diferentemente de eleições anteriores, nas quais, como mostramos, houve o atravessamento do discurso religioso no discurso político, seja pela discussão de temas ligados à religião ou pela tentativa dos candidatos de construir suas imagens como pessoas religiosas, na campanha eleitoral dos candidatos Cabo Daciolo e Jair Bolsonaro, o discurso religioso, de certo modo, determina as ações do campo político, na medida em que os candidatos se subjetivam como mensageiros de Deus. Podemos dizer, portanto, que a campanha desses dois candidatos às eleições presidenciais de 2018 é marcada por um efeito-sentido religioso messiânico.

4 CONCLUSÃO

A pesquisa que resultou este trabalho, como explicitamos na primeira seção, teve como objeto de investigação a campanha eleitoral da eleição para presidente da República, realizada no ano de 2018, no Brasil. Para tanto, partimos de dois pressupostos: i) o de que a campanha eleitoral de 2018 se constitui como um acontecimento discursivo; ii) o de que a relação entre discurso político e discurso religioso encontra-se materializada na referida campanha.

A partir desses dois pressupostos e da observação de que a referência ao campo religioso aparecia de forma mais acentuada nas campanhas dos candidatos: José Maria Eymael (DC), Cabo Daciolo (Patriota), Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), investigamos como se constituiu a relação entre o discurso político e o discurso religioso na campanha eleitoral de 2018, considerando esses quatro candidatos.

A partir daí, com base nos postulados da Escola Francesa de Análise de Discurso e nos pressupostos acima apresentados, defendemos a seguinte hipótese: no acontecimento discursivo da campanha das eleições presidenciais de 2018, a relação entre o discurso político e o discurso religioso se estabelece com base no funcionamento do lugar discursivo do porta-voz, que se constitui a partir das diferentes posições-sujeito nas quais os sujeitos políticos se subjetivam como candidatos à presidência.

O *corpus* da pesquisa foi constituído por recortes de materialidades linguísticas utilizadas como material de campanha dos quatro candidatos citados e de reportagens que tratam das eleições, veiculadas na mídia digital, no período de 16 de agosto a 27 de outubro de 2018. O material de campanha analisado é composto por recortes de materialidades linguísticas, que compõem os planos de governo, e por trechos de publicações dos candidatos, feitas nas redes sociais *Twitter* e *Facebook*.

Na segunda seção, discutimos o primeiro pressuposto no qual nos baseamos, mostrando, a partir de textos veiculados na mídia digital e de publicações dos candidatos Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL) feitas na rede social *Twitter*, que a campanha eleitoral de 2018, para além de um acontecimento histórico, configurou-se, também, como acontecimento discursivo. Observamos que, tanto nas reportagens veiculadas na mídia quanto nas publicações dos candidatos, a campanha eleitoral de 2018 está vinculada a acontecimentos que a antecedem, ao mesmo tempo em que instauram o novo.

Nesse sentido, mostramos que as reportagens: i) retomam a memória discursiva das eleições anteriores à eleição de 2018, ao mesmo tempo que apontam para o surgimento de uma nova direita como preferência dos eleitores; ii) indicam que o PT passa por um momento político difícil na atualidade da campanha eleitoral de 2018, assim como remetem a outros momentos delicados da história do partido; iii) materializam um efeito da memória sobre a atualidade, na medida em que estabelecem uma relação entre as eleições de 2018 e o tema do impeachment presidencial; iv) indicam a existência de uma polarização entre os candidatos Fernando Haddad e Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, produzindo um efeito-sentido de rejeição às duas candidaturas, a partir da atualização, por um lado, da memória da ditadura militar e, por outro, dos escândalos de corrupção em que o PT esteve envolvido no período em que governou o Brasil.

Nas publicações do candidato Jair Bolsonaro, observamos que há uma relação entre memória e atualidade, pois a imagem do PT e dos sujeitos políticos Lula e Haddad é construída por meio do retorno e da atualização de uma memória acerca dos casos de corrupção envolvendo o PT, assim como da prisão do ex-presidente Lula e de outros membros do referido partido. Nas publicações do candidato Fernando Haddad, mostramos que a memória atualiza sentidos já-ditos em relação à ditadura militar, em oposição à democracia. Assim, ao mesmo tempo em que a relação da memória com a atualidade permite a construção de efeitos-sentido segundo os quais o PT e o candidato Fernando Haddad defendem a democracia e são contrários às Ditaduras, essa memória materializa efeitos-sentido que associam o candidato Jair Bolsonaro a princípios antidemocráticos e a práticas de movimentos fascistas e de regimes políticos ditatoriais.

Vimos que as reportagens e as publicações dos candidatos apontam para a ressignificação da polarização já existente em eleições anteriores no Brasil, pois foi produzido um novo sentido de polarização, a partir da atualização da memória da ditadura militar e do antipetismo. Esse novo sentido é representado nos excertos pelas oposições marcadas, por um lado, pela relação entre corrupção e anticorrupção, e, por outro, pela relação entre democracia e antidemocracia.

Feita essa caracterização da campanha eleitoral como acontecimento discursivo, trabalhamos a nossa hipótese na terceira seção. Nas análises, identificamos como se constituem as diferentes posições-sujeito em que se subjetivam os candidatos Cabo Daciolo (Patriota), José Maria Eymael (DC), Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL) e quais memórias tais posições retomam. Além disso, identificamos se/como funciona a figura do

porta-voz na campanha eleitoral desses candidatos, indicando, ainda, como se estabelece a relação entre o discurso político e o discurso religioso nessas campanhas.

As análises do material de campanha do candidato José Maria Eymael indicaram que o referido sujeito político propõe a mudança do país a partir dos princípios defendidos pelo Partido Democracia Cristã, ocupando, portanto, a posição-sujeito político-partidária. Observamos, nas materialidades, o atravessamento do discurso religioso, uma vez que os princípios do referido partido estão fundamentados na dignidade da pessoa humana e nos valores humanísticos do Cristianismo. Assim, ao assumir compromissos políticos que têm como base os ensinamentos e os princípios cristãos, o candidato ocupa, também, a posição-sujeito religioso. Além disso, identifica-se com as posições-sujeito conservador e constituinte.

Vimos, também, que os excertos analisados do material de campanha do Cabo Daciolo materializam um discurso segundo o qual as mudanças propostas pelo candidato se dariam a partir do mundo espiritual, uma vez que as ações do sujeito político enquanto presidente estariam condicionadas à vontade de Deus. Nesse sentido, defendemos que o referido sujeito-político se identifica com a posição-sujeito mensageiro de Deus ao legitimar sua prática política pelo discurso religioso. Constatamos, ainda, que, a partir da retomada da memória das privatizações e dos escândalos de corrupção, o candidato propõe o fortalecimento da soberania brasileira e o combate à corrupção, ocupando, assim, as posições-sujeito nacionalista e político honesto. Além disso, o candidato Cabo Daciolo ocupa a posição-sujeito religioso conservador ao defender a concepção religiosa de família a partir da atualização da memória do discurso bíblico.

No material de campanha do candidato Jair Bolsonaro, identificamos o atravessamento do discurso religioso no campo político, tendo em vista que, tanto o *slogan* de campanha, quanto muitas das propostas do candidato apontam para uma visão religiosa da política. Assim, ao afirmar que ganhar as eleições está condicionado ao querer de Deus e defender uma supremacia divina perante as ações políticas, o candidato assume a posição-sujeito religioso. Observamos, ainda, em funcionamento, um discurso que se aproxima do discurso da teologia da prosperidade, presente em religiões de tradição cristã, especialmente, nas neopentecostais. Identificamos, nas formulações, o efeito-sentido segundo o qual mudar o Brasil é uma tarefa designada por Deus ao candidato Jair Bolsonaro e, nesse caso, o candidato assume a posição-sujeito missionário enviado por Deus.

Vimos que os excertos atualizam a memória dos escândalos de corrupção ocorridos durante o governo do PT, produzindo o efeito-sentido de que livrar o Brasil da corrupção significaria livrar o Brasil do PT e vice-versa. Nesse sentido, Jair Bolsonaro, ao se apresentar

como o único que possui os requisitos necessários para libertar o Brasil da corrupção e de todas as mazelas que teriam sido causadas pelo PT, ocupa as posições-sujeito de político independente, honesto, anticorrupção e salvacionista. Além disso, o sujeito político Jair Bolsonaro ocupa as posições-sujeito político liberal, conservador/moralista e nacionalista. Identificamos, também, que o referido candidato se identifica com uma posição-sujeito punitivista extremista e, conseqüentemente, se contraidentifica com uma posição-sujeito que incentiva políticas de ressocialização e defensoras dos direitos humanos.

Constatamos, nos dados referentes ao candidato Fernando Haddad, a atualização de uma memória acerca do governo do PT e do *impeachment* de Dilma Rousseff, produzindo um efeito-sentido de que a constituição de um novo Brasil deve acontecer a partir de uma retomada das políticas desenvolvidas no Brasil durante o governo do PT, mais especificamente, no Governo Lula. Nesse sentido, vimos que o referido candidato ocupa a posição-sujeito político-partidário, tendo em vista que enuncia do lugar do partido.

As análises apontam, ainda, para discursivização, nos dados da campanha de Haddad, de uma ameaça à democracia no país, sendo que o candidato Fernando Haddad, ao apresentar a proposta de refundar a democracia no Brasil em oposição à ameaça de ditadura, é apresentado como a única solução para conter o avanço do autoritarismo e do conservadorismo no Brasil, ocupando, portanto, uma posição-sujeito salvacionista. Identificamos, também, em funcionamento, as posições-sujeito democrata, estadista, professor, ministro democrático, corajoso, político ético, político honesto e político que trabalha. Além disso, vimos que o candidato Fernando Haddad ocupa as posições de religioso, de vítima das *fake news* e de militante em favor dos direitos das minorias e, também, da democracia.

Os resultados das análises indicam que está em funcionamento, no acontecimento discursivo da campanha eleitoral de 2018, o lugar discursivo do porta-voz, tendo em vista que os quatro candidatos falam em nome de uma coletividade, na ilusão de uma totalidade uniforme, como se representassem a vontade de todo o povo brasileiro. Considerando que, conforme Zoppi-Fontana (1997), a figura do porta-voz configura-se, no nível do imaginário, a partir do pressuposto de que povo e líder são constituídos com base em uma ilusória relação de interlocução, mostramos que a figura enunciativa do porta-voz da campanha eleitoral de 2018, apesar de falar em nome de uma coletividade, não representa a vontade coletiva de um povo brasileiro uno e indiviso, pois a forma dos quatro candidatos analisados se identificarem com o lugar discursivo do porta-voz aponta para a deriva de sentidos.

Vimos que, na construção dessa ilusória coletividade, os porta-vozes da campanha eleitoral de 2018 se constituem por diferentes posições-sujeito que ocupam, enunciam a partir delas e em nome daqueles que se identificam com essas mesmas posições. Nesse sentido, mostramos que as diferentes posições-sujeito que coexistem no interior da figura do porta-voz determinam o funcionamento das formas de representação dos sujeitos políticos na campanha eleitoral. Observamos, também, que todos os candidatos são discursivizados como agentes da mudança, o que também configura o lugar do porta-voz, conforme Pêcheux (1990 [1982]).

Defendemos, portanto, que, nas campanhas analisadas, há um entrecruzamento entre o campo político e o campo religioso, tendo em vista que os quatro candidatos, funcionando discursivamente como agentes da mudança, ocupam a posição-sujeito religioso. Vimos que esse encontro, na campanha do candidato José Maria Eymael, se dá no funcionamento do lugar discursivo do porta-voz, visto que a proposta de um novo Brasil é feita com base em princípios cristãos, que são os pilares do Partido Democracia Cristã (DC), do qual o candidato é representante. No caso da campanha do candidato Fernando Haddad, observamos que o discurso religioso emerge como estratégia de defesa aos ataques do candidato adversário em relação a questões religiosas, de modo que o candidato se subjetiva na posição-sujeito religioso, como pretense porta-voz, também, daqueles que se identificam com essa posição-sujeito.

Observamos, ainda, que, nas campanhas dos candidatos Cabo Daciolo e Jair Bolsonaro, a confluência entre o discurso político e o discurso religioso se estabelece na constituição do lugar discursivo do porta-voz, porém por um funcionamento discursivo diferente das demais campanhas analisadas. Vimos que esses candidatos se subjetivam na posição de missionário, mensageiro de Deus, na medida em que vinculam suas ações como sujeitos políticos à manifestação da vontade divina. Nesse sentido, mostramos que, nessas duas campanhas, está em funcionamento um discurso salvacionista, segundo o qual os candidatos teriam sido enviados por Deus para cumprirem a missão de acabar com todos os problemas do país e instituir uma espécie de “paraíso na terra”.

Assim, identificamos, também, em funcionamento nessas duas campanhas, um discurso, em certa medida, escatológico, que anuncia o fim dos tempos ao mesmo tempo em que anuncia a esperança para se alcançar a plenitude de um novo mundo. Se, no caso da escatologia cristã, essa esperança é o Cristo ressuscitado, nas campanhas dos candidatos Cabo Daciolo e Jair Bolsonaro, segundo o discurso materializado nos excertos analisados, os referidos candidatos é que são discursivizados como salvadores enviados por Deus. Nesse sentido, defendemos que, diferentemente de eleições anteriores, nas quais o atravessamento

do discurso religioso no discurso político se deu pela discussão de temas ligados à religião ou pela tentativa dos candidatos de se apresentarem como pessoas religiosas, a campanha eleitoral de 2018 é marcada por um efeito-sentido religioso messiânico, que está presente na política-partidária do atual momento do país.

Ao fim deste trabalho, constatamos que a nossa hipótese foi comprovada, uma vez que identificamos, nas quatro campanhas analisadas, a relação entre o discurso político e o discurso religioso, o que se configura pelo funcionamento do lugar discursivo do porta-voz. Entendemos que a identificação do funcionamento de um discurso religioso messiânico na campanha do candidato eleito à presidência da República abre a perspectiva de nova pesquisa, que pretendemos desenvolver no doutorado, a fim de analisarmos se/como se constitui esse funcionamento após as eleições, durante o governo do então presidente.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, Sérgio; CARLOMAGNO, Márcio. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016). **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 26, p. 7-62, 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/NkGaFfR>. Acesso em: 15 out. 2019.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. v.1. 976 p. Disponível em: <https://cutt.ly/mcyXOwQ>.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O paradoxo da esquerda no Brasil. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 74, p. 25-45, 2006. Disponível em: <https://cutt.ly/wkF6ZfM>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- BRITO, Eliane de Jesus. **Memória discursiva e efeitos-sentido de divisão do Brasil em processos de eleições presidenciais**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2016. 89 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2016.
- CALIL, Gilberto. O sentido histórico do Golpe de 1964 e da ditadura e suas interpretações. In: MATTOS, Marcelo Badaró; VEGA, Ruben. **Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 13 a 34.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. **Teatro, templo e mercado: uma análise da organização, rituais, marketing e eficácia comunicativa de um empreendimento neopentecostal - Igreja Universal do Reino de Deus**. Orientador: Antonio Gouvea Mendonça. 1996. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 1996.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: SOLANO, E. G. (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 47-56.
- COELHO, Marina Bichara Faria. **Uso do Twitter em campanhas eleitorais: um estudo de caso**. Orientador: Carlos Pereira. 2019. 60 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas-Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Rio de Janeiro, 2019.
- CORTEZ, Rafael. **Eleições majoritárias e entrada estratégica no sistema partidário-eleitoral brasileiro (1989-2006)**. Orientador: Fernando Limongi. 2009. 163 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- COSTA, Thaianne Dutra Luz. **A posição-sujeito réu no acontecimento discursivo do Impeachment de Dilma Rousseff**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2018. 91f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: Edufscar, 2009 [1981].

DIAS, Cristiane. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. **Estudos linguísticos**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 972-980, set. - dez. 2015. Disponível em: <https://cutt.ly/McyVUlo>. Acesso em: 15. dez. 2020.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2005.

_____. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; BITTENCOURT, Joseane Silva. Memória e efeitos-sentido de resistência: hashtag #EleNão. In: ATAÍDE, Cleber (Org.). **Estudos linguísticos e literários: caminhos e tendências**. 1ªed. São Paulo: Pá de Palavra, v. 1, 2019, p. 187-194. (*E-book*). Disponível em: <https://cutt.ly/ucy6dct>. Acesso em: 15. Jun. 2020.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Funcionamento discursivo e cenas validadas de escândalos na esfera do poder político. **Revista Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 38. n. 3 p. 193-203, set.-dez. 2009.

_____. Mídia e Lugares de Memória Discursiva. In: Maria da Conceição Fonseca-Silva; Sírio Possenti. (Org.). **Mídia e Rede de Memória**. 1ª ed. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007, p. 11-37.

FREITAS, Filipe. O primeiro grande antagonismo entre PSDB e PT. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v.24, n.3, set./dez. 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/FcyM1dH>. Acesso em: 10 ago. 2019.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina LEANDRO FERREIRA. (Org.). **Memória e história na/da análise do discurso**. 1 ed. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p. 67-90.

_____. Lula Lá: estrutura e acontecimento. In: **Organon 35**, v. 17, Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://cutt.ly/CcyMUwd>. Acesso em: 10 mar. 2020.

KINZO, M. D'Alva. A eleição presidencial de 1994 no Brasil: Fernando Henrique Cardoso e o Plano Real. In: PINTO, Céli, GUERRERO, Hugo. **América Latina: o desafio da democracia nos anos 90**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

LESSA, Alexandre Ribeiro. **Memória e discurso político: o discurso religioso e as eleições presidências brasileiras de 2010**. Orientadora: Edvania Gomes da Silva. 2014. 114f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2014.

LOWY, Michael. **Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015. Tradução de Deni Alfaro Rubbo e Marcelo Netto Rodrigues. Disponível em: <https://cutt.ly/rcyMXyy>. Acesso em: 10 nov. 2019.

LUZ, Milca Borges. **Efeitos-sentido na circulação-confronto de formulações da Sessão de Admissibilidade do Processo de Impeachment de Dilma Rouseff**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2018. 102f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.

MACHADO, Marcelo Nogueira. **Memória, relações de poder e corrupção política no Brasil: o escândalo do mensalão como acontecimento discursivo**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2013. 120f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: SOLANO, Esther Gallego. (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018, p.14-32.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 12ª edição. Campinas: Pontes, 2015 [1990].

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007 [1992].

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5ª edição, Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2007 [1996].

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2014 [1975].

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, IEL/UNICAMP, n.19, p.7-24, jul./dez. 1990 [1982].

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento?** Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 4ª edição. São Paulo: Pontes Editores, 2008 [1983a].

_____. Papel da Memória. Tradução de José Horta Nunes. In: ACHARD, Pierre. et al. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes Editores, 1999 [1983b], p. 49-57.

_____. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014 [1978], p. 269-281.

_____. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014 [1983c], p. 307-315.

PEIXOTO, Vitor de Moraes; CRESPO, Ralph André. A crise política brasileira dos anos 2000 e o governo de Michel Temer. **Em Construção: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciências**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 132-145, 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/zcy0b9p>. Acesso em: 15 mai. 2020.

PETROLA, José Ismar. *Fake news* e a disputa entre grande imprensa e redes sociais na campanha eleitoral de 2018 no Brasil. In: COSTA, Cristina; BLANCO, Patrícia (Org.).

Liberdade de expressão e campanhas eleitorais - Brasil 2018. São Paulo: ECA-USP, 2019. (*E-book*). Disponível em: <https://cutt.ly/tcy9DO3>. Acesso em: 15.out. 2020.

POSSENTI, Sírio; MOTTA, Ana Raquel. Direita esquerda: volver! In: BARONAS, Roberto Leiser. (Org.). **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva.** 2ª ed. revisada e ampliada. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011, p. 207-225.

QUEIROZ, Felipe. Crise política no governo Dilma Rousseff: uma análise a partir do conflito de classes. **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 27, p.136-156, 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/gcy90uY>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SANTOS, Glauber Lacerda. **Corrupção, memória e o ato de julgar: o senso de justiça e o espírito de vingança no caso Collor de Mello.** Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2016. 128f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2016.

SILVA, Deborah Ramos da; KERBAUY Maria Teresa Miceli. Eleições 2018 e a forte influência das redes sociais. In: COSTA, Cristina; BLANCO, Patrícia (Org.). **Liberdade de expressão: questões da atualidade.** São Paulo: ECA-USP, 2019. (*E-book*). Disponível em: <https://cutt.ly/Mzdx5v>. Acesso em: 20 set. 2019.

SILVA, Érica Anita Baptista. **Corrupção e opinião pública [manuscrito]: o escândalo da Lava Jato no governo Dilma Rousseff.** Orientadora: Helcimara de Souza Telles. 2017. 252 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2017.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TATAGIBA, Luciana. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o *impeachment* de Dilma Rousseff. **Lusotopie.** São Paulo, nº 17, 2018. Disponível em: brill.com/luso. Acesso em: 20 set. 2019.

VIZONÁ, Amanda. **Discursos eleitorais de PT e PSDB nos programas de governo e debates televisivos: ideologia, estratégias e pragmatismo.** Orientador: Pedro Floriano Ribeiro. 2019. 171f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

ZOPPI-FONTANA, Monica Graciela. **Cidadãos Modernos: discurso e representação política.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.